



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 62

SÁBADO, 5 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 87ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 143/76, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, que institui adicional por tempo de serviço aos trabalhadores regidos pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Estudos e ponderações sobre a localização do futuro Aeroporto Internacional de São Paulo.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Noticiário da Imprensa sobre a construção de casa no lago sul de Brasília, destinada ao Sr. Ministro da Fazenda.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Comentário sobre a baixa remuneração do professor do ensino secundário. Necessidade do cumprimento de dispositivo legal que dispõe sobre a colocação de ondulações transversais nas proximidades de estabelecimentos escolares do I e II graus.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Carência do ensino de enfermagem no País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 172/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado por ocasião de sua visita oficial à Inglaterra, e publicado no *Jornal de Brasília*, em 6 de maio de 1976. **Aprovado.**

— Requerimento nº 208/76, do Sr. Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General Ayrton Pereira Tourinho ao assumir o comando da Escola Superior de Guerra. **Aprovado.**

— Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106/76 (nº 1.346-C/75, na Casa de origem), que regula a situação dos imóveis adquiridos pelo sistema financeiro da habitação, em caso de morte presumida do adquirente. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 188/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os "Cartões de Crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, e dá outras providências. **Discussão adiada** para a sessão de 4 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 242, de 1976.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARCOS FREIRE — Trabalhos desenvolvidos na Reunião de Dirigentes Políticos da Europa e da América, em prol da solidariedade democrática internacional, realizada em Caracas, Venezuela.

SENADOR FRANCO MONTORO, como Líder — Proposta de S. Extº, no sentido da remessa de documentos que menciona a organismos que discrimina, referentes à contratação de empréstimo pela Prefeitura Municipal de Jundiá—SP.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — A problemática amazônica, em face do plano de redivisão territorial do Estado do Amazonas.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

SENADOR DINARTE MARIZ — Considerações sobre discurso proferido pelo Sr. Franco Montoro, na presente sessão.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Término do prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 59, de 1976.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Franco Montoro, proferido na sessão ordinária de 19-5-76.

3 — CONSULTORIA JURÍDICA

— Parecer nº 24, de 1976.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 87ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Heitor Dias — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Orestes Quércia — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, DE 1976

Institui adicional por tempo de serviço aos trabalhadores regidos pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído adicional por tempo de serviço, aos trabalhadores regidos pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), nas seguintes bases:

I — cinco por cento (5%) ao completar cinco (5) anos;

II — dez por cento (10%) ao completar dez (10) anos;

III — quinze por cento (15%) ao completar quinze (15) anos;

IV — vinte por cento (20%) ao completar vinte (20) anos;

V — vinte e cinco por cento (25%) ao completar vinte e cinco (25) anos;

VI — trinta por cento (30%) ao completar trinta (30) anos;
VII — trinta e cinco por cento (35%) ao completar trinta e cinco (35) anos;

Art. 2º O adicional por tempo de serviço integrará o salário e o acompanhará em suas oscilações.

Art. 3º O cômputo do tempo de serviço para o empregado auferir a vantagem prevista no artigo primeiro desta lei será aquele prestado à mesma empresa.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Como medida de administração salarial com o fim de coibir o que ocorre, na maioria das vezes, que um empregado recém-admitido percebe remuneração idêntica à de outro empregado com dez (10) ou mais anos de serviços, é a intenção visada pelo presente projeto de lei.

Para coibir essa distorção, preconiza a propositura, de modo a criar para as empresas a exigência legal de conceder a seus empregados, ainda que prestando trabalho de igual valor, na mesma função, um adicional por tempo de serviço, como prêmio de antiguidade, adicional esse que deverá integrar-se aos seus salários.

Será, desse modo, decorrência legal para estimular a antiguidade do empregado, que hoje só é admitida na legislação trabalhista em ocorrendo Quadro de Carreira devidamente organizado, nos termos do disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, de difícil e complexa estruturação, motivo pelo qual não têm as empresas dele se socorrido.

Os adicionais constituem, pois, vantagens pelo trabalho feito no tempo (*pro labore facto*) e com tal medida na esfera trabalhista, como é utilizado pela Administração Pública (e nas empresas privadas quando haja Quadro de Carreira organizado), os empregados mais antigos na função não correm o risco de ter os seus salários equiparados aos mais novos, chegando, às vezes, o empregado com cinco (5) ou mais anos de função perceber salário idêntico ao do recém-admitido na mesma função.

Ganham pelo prescrito na propositura as empresas e os empregados mais antigos, sem prejuízo dos mais novos que teriam como mínimo salarial o fixado por suas respectivas categorias, em acordo, ou em dissídios coletivos.

As empresas ganham porque, podendo estimular seus empregados antigos, contariam sempre com sua lealdade.

Os empregados ganham porque, estimulados devidamente, contribuiriam de maneira mais eficiente não só para o desenvolvimento de suas empresas, como também para a melhoria de sua condição familiar e social.

Cabe aqui as ponderações do Prof. Hely Lopes Meirelles, em seu excelente Direito Administrativo Brasileiro, ao justificar a generalização desse adicional a quase todas as categorias de servidores das repartições centralizadas e das entidades autárquicas, que "louvável a sua adoção pelo sentido de justiça que tal acréscimo apresenta para aqueles que há mais tempo se dedicam ao serviço público, e nos quais se presume maior experiência e mais eficiência no desempenho de suas funções, o que justifica o acréscimo estipendiário, sem correr os azares de uma eventual promoção".

Em face do exposto, submetemos o presente projeto de lei ao estudo e superior apreciação de nossos ilustres pares do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1976. — Orestes Quércia.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Approva a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este Decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943; 122ª da Independência e 55ª da República — **GETÚLIO VARGAS** — Alexandre Marcondes Filho.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando se volta mais uma vez a discutir o problema da localização do Aeroporto Internacional de São Paulo, não poderíamos deixar de trazer ao conhecimento e consideração desta Casa estudos e ponderações que julgamos de expressiva oportunidade e que, a nosso ver, levam à conclusão que Viracopos é a melhor solução.

Sendo natural que as condições técnicas de um aeroporto internacional determinem a possibilidade de utilização dos equipamentos em uso e dos projetados para os próximos 20 anos, o primeiro fator determinante de um projeto é obviamente sua adequação às aeronaves previstas.

Atualmente, a frota comercial em operação no mundo pode ser analisada em função dos B-721, B-737, B-747 e B-707 da Boeing, dos DC-7, DC-8, DC-9 e DC-10 da Douglas, dos L-1011 e L-500 da Lockheed, dentro da família dos subsônicos e do Concorde como primeiro membro da família supersônica.

Dos citados equipamentos, os que exigem maiores pistas são os B-707, DC-8 e L-500. O comprimento das pistas é sempre calculado tendo em vista cada equipamento nas piores condições de tempo, de densidade de ar e de carga máxima. Para as condições existentes em Viracopos, aeroporto em pleno funcionamento no Município de Campinas, o comprimento necessário da pista seria de 4.000 metros, para permitir a utilização de todas as aeronaves em uso ou em projeto (Estudo: *Aircraft Characteristics for Major City* — C.T. pág. 195)

Este número — 4.000 metros — poderá ser adotado com boa margem de segurança até o fim do século, dada a tendência atual dos novos projetos em perseguirem sempre soluções técnicas que evitem pistas de grandes dimensões, como bem prova o caso do supersônico Concorde.

Além do fator comprimento de pista, a caracterização dos obstáculos naturais e condições meteorológicas locais são parâmetros fundamentais e até determinantes de um projeto de aeroporto.

A distância do aeroporto aos centros geradores de passageiros é também componente para escolha de alternativa.

Estas considerações iniciais são necessárias a uma apreciação prévia do problema tratado. E o fazemos de maneira sucinta, por parecer-nos que em nosso Estado, desprezando prioridades fundamentais, o Governo se propõe ao gasto faraônico de 600 milhões de dólares para construir um novo aeroporto em Ibiúna (orçamento fornecido pelo Diretor do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo).

Esta aventura de discutível oportunidade e discutível mérito, envolvendo a cifra de 600 milhões de dólares, merece uma análise e um debate mais amplo. Uma decisão dessa importância não pode ficar adstrita ao talante de dois ou três tecnocratas. Deve o Governo do Estado de São Paulo, antes de uma definição conclusiva, abrir o assunto a um debate mais amplo, porque, para muita gente, a opção por Ibiúna parece inviável e despropositada.

Analisemos o assunto:

Colocando em debate o estudo alternativo entre a construção do Aeroporto Internacional de Ibiúna ou ampliação do de Viracopos, algumas considerações se fazem necessárias.

O Aeroporto de Viracopos, com pista de 3.240m, através de um aumento de 760m, ou seja, de 23%, estaria adequado a receber todos os tipos de aeronaves.

Os seus obstáculos naturais são de 500m a 22km, na direção de Bragança Paulista e de 470m a 98km, na direção de São Paulo, permitindo operação em todos os sentidos.

Para que se tenha uma idéia das favorabilidades das condições topográficas, basta citar que o Galeão tem bloqueio total ao norte, a partir de 34km, e ao sul, obstáculos de 1.020m a 25km e de 888m a 11km.

Viracopos tem as melhores condições meteorológicas da América Latina. Já houve caso de interdição de todos os aeroportos do Centro-Sul do Continente e Viracopos atendeu a todos os aviões que operavam nesse dia.

Conforme o Prof. Celestino Rodrigues cita em seu livro **Crise nos Transportes**, Viracopos é conhecido pelos pilotos internacionais como o Aeroporto Internacional ideal, não só para o Brasil, como para todo o mundo.

É uma brutal teimosia tentar desconhecer opiniões de técnicos consagrados e de veteranos pilotos internacionais.

Mas parece que todas essas vantagens estão sendo preteridas por uma outra solução, que implica em gasto estimado em 600 milhões de dólares. Esclareça-se, ainda, que são dólares estimados, que nunca coincidem com os reais, visto os constantes erros de previsões governamentais, que são também uma constante na avaliação do custo de grandes obras: como ocorreu com a Ponte Rio—Niterói, Transamazônica, Aeroporto do Galeão.

A solução de adaptação de Viracopos, estimada em 200 milhões de dólares, propiciará economia de 400 milhões de dólares, isto sem levar em conta prazos mais curtos e continuidade de operação do mesmo.

No mesmo momento, colabora com nossa análise à abertura de concorrência para execução da Via-Norte, cuja viabilidade incluía, na relação benefício-custo, o tráfego de Viracopos como Aeroporto Internacional de São Paulo.

Deixamos para discutir em último lugar, o "aspecto distância" aos centros geradores de passageiros, onde Ibiúna, que se situa a 25 km mais próximo do Centro de São Paulo, se apresentaria no aspecto como melhor solução.

Mas supor que Viracopos, a 75 km, seja distância demasiada é pura desinformação.

O Aeroporto Internacional de Los Angeles ficará a 97 km, do centro da cidade, de Marita, a 70 km de Tóquio, o Maplin a 88 km de Londres, e isto revela a tendência internacional quanto à distância.

Perguntamos então: é razoável um gasto de 400 milhões de dólares a mais para economizar 15 minutos de viagem terrestre aos usuários do aeroporto?

A seguir, tentaremos fazer uma rápida análise sobre a viabilidade da aplicação dos 400 milhões de dólares, importância que será investida a mais, se a opção for Ibiúna, comparando com uma possível aplicação da mesma quantia em outro tipo de obra não menos importante e que tem sido motivo de preocupação do Governo: construção de Metrô.

Se a opção for Ibiúna, teremos para os 5.000.000 de passageiros-ano (Congonhas e Viracopos — números de 1975), levando em conta os 15 minutos de economia, um benefício de 1.250.000 homens/hora por ano (os 5.000.000 de passageiros multiplicados por 0,25 de hora).

Se, no entanto, o Governo decidisse por Viracopos e destinasse os 400.000.000 de dólares para a construção do Metrô, nós teríamos (também aos preços de 1975) a possibilidade de construir 133 quilômetros de linha, um trecho 6 vezes maior do que o existente hoje em São Paulo (20 km). Se o trecho atual em São Paulo atende a 500.000 passageiros por dia, num total de 182.500.000 por ano, concluimos que, com o novo trecho, teríamos um atendimento 6 vezes maior, o que atingiria um total de 1.095.000.000 de passageiros por ano. Admitindo-se que, com a ampliação do Metrô, o usuário possa vir a economizar meia hora de tempo, teríamos um benefício de 547.500.000 homens/hora por ano.

Para concluir então: se o Governo optar por Ibiúna, tendo em vista a economia de 15 minutos de estrada, teremos um benefício, para a Nação, de 1.250.000 homens/hora por ano. Se, por outro lado, o Governo optar pela solução mais lógica, que é Viracopos, e aplicar a economia de 400 milhões de dólares na construção de Metrô, teremos um benefício, de 547.500.000 homens/hora por ano, isto é, uma vantagem 438 vezes maior para São Paulo e para o Brasil.

Em razão de todos esses argumentos em favor da evidência meridiana, esperamos que o Governo de São Paulo tome a decisão mais adequada aos interesses nacionais, optando pelo Aeroporto Internacional de Viracopos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O **Jornal de Brasília** em sua sessão "Decálogo", número de 28 de maio último, publica a seguinte nota sob o título "O Ministro":

"IV — O MINISTRO (UMA CASA POR 6 MILHÕES)

Anotem para os próximos dias uma mudança de endereço: o Ministro da Fazenda, Mário Simonsen, deixa a casa onde mora atualmente (que foi construída pelo Banco do Brasil para seus presidentes, no tempo de Nestor Jost), e vai para uma nova "residência oficial", adquirida pelo Ministério da Fazenda, por Cr\$ 6 milhões.

Fica mais ou menos na altura do Centro Comercial Gilberto Salomão.

O Ministro Simonsen não gostou da casa do Banco do Brasil. Também não examinou a hipótese de mudar-se para a Península dos Ministros, onde há uma residência ministerial que começou a ser desprezada pelo ex-Ministro Delfim Netto.

Imagine-se se o próximo Ministro da Fazenda não gostar da casa que Simonsen comprou agora."

Sr. Presidente, se verdadeira esta notícia, justamente quando o Governo inicia um rigoroso plano de contenção da inflação, com medidas muito drásticas, inclusive aquela de contenção de crédito, esta aquisição de mais uma vivenda ministerial só encontraria respaldo naquele velho e maroto rifão:

"Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carneira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Iniciei aqui, há algum tempo, uma campanha em favor dos professores, e está havendo certa confusão no que tange aos seus vencimentos.

Recebi, hoje, inúmeros telefonemas e, também, algumas visitas, perguntando se o vencimento do professor de ensino secundário, de acordo com a lei, vai ser, na realidade, em torno de Cr\$ 6.000,00, e mais 17% de incentivos, perfazendo, assim, um total de Cr\$ 7.020,00.

Não, Sr. Presidente. Este é um vencimento do titular universitário e não do professor de ensino médio. Vou abordar o assunto com as palavras do próprio Diretor do DASP em resposta a um discurso que fiz, publicado em muitos jornais, daqui e de outras cidades. Aqui está uma publicação em negrito: "**Darci acusa senador ao receber críticas**".

Sem entrar na parte polêmica, apenas direi o que interessa, naturalmente, aos professores, que é o seguinte:

"Os vencimentos dos professores de 1º grau (antigo ginásio), são os seguintes: os com 20 horas de trabalho semanal recebem, além do salário de Cr\$ 2.800,00, uma gratificação sobre a produção científica, mais os incentivos e os adicionais por tempo de serviço com isso chegando a Cr\$ 3.080,00. Os de 40 horas semanais, recebem salários de Cr\$ 5.600,00, mais incentivos e adicionais perfazendo Cr\$ 6.300,00."

Ele se refere ao professor de ensino de 1º grau, ao professor titular, ao professor catedrático, cujos vencimentos estão em torno de Cr\$ 4.000,00, de acordo com a nova lei, e mais 17% de incentivos, correspondendo, naturalmente, a uma gratificação de Cr\$ 680,00.

Então, se o professor recebe Cr\$ 4.000,00, com esta gratificação ficará com Cr\$ 4.680,00.

Não me reporto à gratificação por tempo de serviço, porque, é óbvio, todos os funcionários do serviço público, sem exceção, a recebem. Não é uma conquista alcançada pelo DASP, mas proporcionada pelo Congresso Nacional, quando elaborou o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Tive a honra de presidir a Comissão encarregada do exame daquela matéria. Durante 10 anos,

aproximadamente, coube-me a Presidência da Comissão de Serviços Públicos, e tive sempre a colaboração de grandes companheiros, como o saudoso Deputado Raul Pilla, como o saudoso Senador Paulo Sarazate, como o saudoso Deputado Adauto Lúcio Cardoso, como o caríssimo ex-Deputado Lopo Coelho, como o dedicado ex-Deputado Ary Pitombo, como o ex-Deputado Marechal Mendes de Moraes, que também fazia parte dessa Comissão, como o saudoso e eficiente Deputado Menezes Cortes, que vinha sempre trazer a contribuição da sua inteligência e da sua dedicação a todos os problemas de interesse coletivo.

De modo que não foi uma conquista dada pelo DASP, e sim pelo próprio Congresso Nacional, através da Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Quero dar esta explicação porque estão surgindo várias perguntas, estou recebendo aí uma saraivada de indagações em torno de vencimentos, é verdade que houve um ligeiro aumento para os professores em face da nova lei, porque até então era um ordenado de fome.

Mas, assim mesmo, ainda é muito pequeno o vencimento para um professor titular de estabelecimento do Governo, de estabelecimento de ensino federal e, no Rio de Janeiro, temos vários — a Escola Clóvias Salgado, a Escola Técnica Nacional, o Instituto de Aplicação, que é uma escola modelo, o Colégio Pedro II e muitos outros. Um titular ganhar 4 mil cruzeiros e mais essa gratificação de 17%, sem falar na gratificação por tempo de serviço, reputo muito pouco. Os funcionários que estão me ouvindo devem estar achando ridículo esses vencimentos, não só os que estão me ouvindo, os que estão aqui dentro do Congresso, como também aqueles que estão lá fora, no Judiciário e no Executivo.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é o caso da luta que travamos para o cumprimento das nossas leis. Lembro-me de que quando era Deputado elaboramos uma lei a respeito das pensões dos militares e, nela coloquei um dispositivo em favor das filhas dos militares. Vinte anos mais tarde, já no Senado, defrontei-me com uma mensagem do Governo retirando aquele dispositivo; que a filha do militar quando se casasse perderia essa pensão. Travei uma luta aqui. Foi uma coincidência voltar ao Congresso, pois estive ausente, de 1967 até 1970.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Aliás, ausência lamentável e lamentada.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Muito obrigado. V. Ex^a é sempre muito generoso e muito fidalgo.

Mas, então, voltei e tive oportunidade de lutar, aqui, em favor da reconquista daquela pretensão tão sentida dos militares. Afinal, o Presidente da República, o Ministro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram sensíveis aos apelos do Congresso e não permitiram a queda do dispositivo e a reposição daquela conquista anterior.

Passo a ler notícia de **O Globo**, do dia 13 de novembro de 1974, que diz:

"CONTRAN REGULA USO DE QUEBRA-MOLAS.

— O Conselho Nacional de Trânsito disciplinou ontem a colocação de quebra-molas nas vias públicas, que devem conter sinalização de advertência aos motoristas.

Os sinais de advertência são: "área escolar" ou "crianças", placa de limitação da velocidade a 20 km/h e advertência da existência do quebra-molas, que deve ser pintado com faixas oblíquas, amarelas e pretas, alternadamente."

Sr. Presidente, muito boa providência. Essa decisão do CONTRAN foi normativa é claro, em face de um ato do Poder Executivo que sancionou uma lei que teve a oportunidade de elaborar. E quem a sancionou foi o honrado Presidente da República, o General Ernesto Geisel.

É a Lei nº 6.124, de 25 de outubro de 1974, que altera o art. 14 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.

A Lei a que me refiro reza o seguinte:

“Altera o artigo 14, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 14, da Lei número 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito — passa a vigorar com o acréscimo do seguinte item:

“Art. 14.

IX — disciplinar a colocação de ondulações transversais ao sentido da circulação dos veículos, em vias de trânsito local, bem como nas proximidades de escolas ou outros estabelecimentos que ministrem instrução de 1º e 2º graus, na forma em que dispuser o Conselho Nacional de Trânsito.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de outubro de 1974; 153ª da Independência e 85ª da República. — ERNESTO GEISEL — Armando Falcão.”

Sancionada no dia 25 de outubro de 1974, e já o CONTRAN, diligente, e louvável, já poucos dias depois, conforme li na nota do **O Globo**, tomava as providências para regulamentar a aplicação desta Lei. Mas não é o CONTRAN que vai mandar construir os quebramolas, frente aos estabelecimentos de ensino porque este encargo geralmente é da Prefeitura, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com uma solicitação das próprias escolas, ou da Secretaria de Educação.

Mas, por enquanto, esta determinação está no papel, Sr. Presidente, porque leio constantemente nos jornais que crianças são atropeladas e até mortas, muitas vezes, à frente das escolas. Citei, não faz tempo, o caso de um guarda que foi atropelado, lá em São Cristóvão, à frente de dois estabelecimentos, e, no mesmo dia, uma criança, também atropelada, morrerá. E acontece isso com muita frequência em vários locais, diante de várias escolas, não só no Rio de Janeiro como nas outras cidades do nosso Estado e também em outras Unidades da Federação, porque esta lei não foi feita para o Estado do Rio de Janeiro; ela parte do Congresso para a Nação. O fato é que não está sendo cumprida.

A minha presença nesta tribuna é para fazer um apelo aos Governadores, no sentido de que determinem aos Secretários de Educação e Cultura e de Viação e Obras o cumprimento da Lei nº 6.124, de 25 de outubro de 1974, promulgada pelo Presidente Ernesto Geisel, portanto, lei do atual Governo. E eles, então, que têm o maior respeito e obediência ao Senhor Presidente da República, que cumpram esta lei, porque, senão, estarão dando demonstração de uma resistência, de uma incapacidade e, sobretudo, de abandono à letra da Lei. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O parlamentar tem na missão da interpretação dos anseios do povo, de elaborar leis que possam proporcionar benefícios a esse mesmo povo.

Outra missão importante do parlamentar, principalmente em face das suas limitações, hoje, de elaborar leis, é o de, interpretando esses anseios, abordá-los na sua Casa, formulando críticas, quando necessário, sugestões, alternativas, buscando a conscientização do Governo para necessidade de ampliação das medidas já existentes e a criação das que possam dar um desenvolvimento melhor, um bem-estar melhor ao povo.

Temos tentado cumprir a nossa missão, procurando focalizar os problemas nacionais, os problemas do nosso Estado, na tentativa de oferecer uma contribuição ao Governo, em prol de um melhor e mais rápido desenvolvimento nacional, com o abrandamento das dificuldades, das angústias do povo brasileiro.

Na última segunda-feira, tivemos a oportunidade de tecer considerações longas a respeito do serviço de enfermagem no País, das deficiências desse tão importante setor na complementação do serviço médico.

Chega-nos, agora, ao conhecimento, recorte de reportagem, publicada pelo **Jornal do Brasil**, que evidencia a pobreza educacional nas Escolas de Enfermagem do Brasil, e dele destacáremos alguns tópicos, numa comprovação de nossas palavras anteriores, da nossa posição em defesa da formação do maior número de nossos enfermeiros e enfermeiras:

“Depois de 25 anos atendendo a alunos carentes de recursos e especializando-os na área da Saúde, a Escola Auxiliar de Enfermagem Branca Alves, em Petrópolis, está ameaçada de fechar as suas portas. As dificuldades financeiras são muitas e após quatro anos de peregrinações pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, conseguiu deste último uma verba de apenas Cr\$ 8 mil e 400 cruzeiros.

Os gastos previstos para este ano, só com pagamento de professores e material de secretaria, somam mais de Cr\$45 mil, “sem contar com as emergências”, diz a diretora da escola, Irmã Vera Bueno Bruzi. Acrescenta que começa a se sentir desamparada, pois as promessas de ajuda são muitas, “mas não passam ainda de palavras”. Hoje, a escola celebrará missa para comemorar seu quarto de século.

A Escola Auxiliar de Enfermagem Branca Alves foi fundada em 1951 pela Associação São Vicente de Paula. Reconhecida pelo Governo federal como entidade filantrópica e de utilidade pública, em 1954, desde esse ano se tornou uma comunidade educacional especializada no campo da saúde, como parte da rede de educandários da Associação fundadora.

Durante 24 anos, foi mantida pelo Hospital da Casa Providência, também pertencente à Associação São Vicente de Paula. Mas, no final de 1975, se desligou do Hospital — embora ainda funcione no prédio anexo — que atende, em seus 140 leitos, grande número de indigentes. Isso porque a Casa da Providência “não pode arcar com tantas despesas”, afirma a diretora Irmã Vera Bueno Bruzi.

— Agora, só podemos contar com a ajuda da Associação São Vicente de Paula. Mas ela também passa por dificuldades financeiras: está construindo a sede da casa provincial, no Rio.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Terei a oportunidade de ouvir V. Exª, apenas desejaria completar a leitura do **Jornal do Brasil**:

“E embora nos conceda alguns empréstimos, não tem condições de nos oferecer uma verba fixa para o fundo da escola, observou a Irmã.”

Desde 1951, a Escola Branca Alves atende a alunos pobres da comunidade, formando-os como atendentes e auxiliares de enfermagem, em cursos de 3 mil e 600 horas de duração. Porém, em 1973, modificou seu regime, transformando o curso de auxiliar de enfermagem — anteriormente com dois anos — em um intensivo de 11 meses, sem ter diminuído, no entanto, a carga horária.

— Nós fizemos isso, com aprovação do Conselho Estadual de Educação, em benefício de nossos próprios alunos. Se os pobres, não poderiam ficar esperando dois anos para iniciar o trabalho. Com 11 meses de curso, têm condições de começar logo a carreira de enfermeiro, disse a diretora da escola.

Atualmente, a escola atende, gratuitamente, a 24 alunos — “se houvesse verba poderíamos prestar ajuda a muitos mais”. Até 1975, manteve o internato — “dávamos casa e comida para os estudantes” — mas por motivo financeiros, passou a funcionar em regime de externato, apenas.

Diante da atual situação, qualificada pela Diretora como “bastante grave”, várias pessoas já fizeram propostas para iniciar campanhas. E como o resultado foi negativo — diziam à Irmã Vera que a única solução seria a de ministrar um ensino pago. “Mas isso nunca faremos, pois não deixaremos de lado nosso real objetivo que é o de atender às pessoas pobres”.

Depois de quatro anos em contato com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, do Ministério do Trabalho, a Irmã Vera conseguiu de seu diretor, Sr. Luiz Gonzaga Neto, uma ajuda financeira de Cr\$ 8.400,00 para continuar com o curso de atendente de enfermagem. Do Ministério da Educação, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Petrópolis não conseguiu nada. Durante anos percorrendo salas, antesalas e corredores do Ministério da Educação não conseguiu absolutamente nada.

É o que nós temos falado aqui e defendido. Se o Governo Federal cobrasse nas universidades oficiais teria, no mínimo 60% do orçamento para destinar para o ensino fundamental. Poderia e deveria o Governo cobrar, também, no 2º grau, estender ao 2º grau o programa do crédito educativo. Assim estaria solucionado o problema da educação neste País. Entretanto o Governo, que é revolucionário, o Governo, que surgiu para inovar, para modificar o que estava errado, continua a deixar os erros a se acumularem.

Ouçõ com muito prazer o Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Agradeço a oportunidade que V. Exª me defere e quero louvar a iniciativa de V. Exª, que, embora preocupado, e muito ocupado com os problemas de Santa Catarina, defende aqui os interesses do Estado do Rio de Janeiro, caracterizando, com isso, não a omissão dos parlamentares fluminenses e cariocas, que não posso, absolutamente, fazer essa injustiça àqueles eminentes colegas, mas V. Exª com isso prova que o seu mandato não é de Senador de Santa Catarina, é de Senador da República. Atualmente, o ensino de enfermagem no Brasil ainda está muito carente, os esforços do Governo — é preciso que se confesse — não frutificaram como deveriam. O que salva este País ainda, ou o que torna o problema menos angustiante, é o auxiliar de enfermagem. Se não fosse essa classe, os nossos hospitais teriam dificuldades insuperáveis, já que o enfermeiro graduado, ou o enfermeiro em termos de ensino superior é em número muito escasso neste País. O discurso de V. Exª convoca a atenção do Governo para esse problema. No que diz respeito ao caso específico da Escola de Enfermagem de Petrópolis, temos que procurar uma solução, porque V. Exª pintou com as cores mais negras a situação pré-falimentar daquele estabelecimento. E, como é dever de todos nós apontar a solução, eu me permitiria aqui indicar uma medida — digamos assim — provisória e, quem sabe, definitiva. Cada parlamentar federal tem uma quota de 500 mil cruzeiros, destinada a compor o Orçamento da União, em seus encargos gerais. Essa quota é religiosamente paga. Então, subvenção dessa natureza, colocada no Orçamento da União pelos parlamentares, é dinheiro no bolso, é inquilino de algeira, é

disponibilidade absoluta para as entidades beneficiadas. Seria interessante V. Exª, que tanto está se interessando pela Escola de Petrópolis — não é, obviamente, Santa Catarina — provocar uma reunião dos eminentes Senadores Roberto Saturnino, Nelson Carneiro, Benjamim Farah, aliás, a bancada estadual mais numerosa daqui, porque são seis Senadores, e cada um daria uma parte da sua quota no Orçamento de 1977, para esta Escola. Então, estaria resolvido o problema...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Senador Eurico Rezende, se V. Exª me permite...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — ... a não ser que os eminentes colegas, aqui, já tivessem dado, mas, pelo que vejo, ao revés de procurar os parlamentares do Estado do Rio, para tratar dessa angústia, o estabelecimento foi buscar um médico-parlamentar de Santa Catarina. Mas creio que V. Exª, que está tão interessado pelo problema, irá promover essa reunião ainda hoje, porque a escola tem pressa de enfrentar esse problema, e acredito que os nossos eminentes colegas, aqui, irão corresponder. Essa, então, é a solução, nobre colega, e me congratulo por que V. Exª sai plenamente vitorioso desta tribuna, através da colaboração dos nossos eminentes colegas fluminenses, e se faltar alguma coisa, V. Exª pode arrebatar alguns Deputados também, porque existem alguns que são fluminenses na Casa congênere. Quer me parecer que, por via de consequência, essa ajuda, então, será bem gorda, capaz até de facilitar a ampliação daquela benemérita instituição.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Eurico Rezende, V. Exª é um homem inteligente, culto, talentoso, é de muita assiduidade nesta Casa, V. Exª tem muito reflexo, um raciocínio imediato, repentino, V. Exª é muito espirituoso, muito chistoso, provavelmente, por ser do Espírito Santo; mas, V. Exª deve levar as coisas mais a sério, nesta Casa. Deve levar mais a sério! Estou tratando de um assunto sério. Não vim aqui para falar apenas a respeito do problema de uma casa, estou trazendo o fato de Petrópolis, como um subsídio a um problema nacional. Não tenho me preocupado apenas com os problemas de Santa Catarina. Se V. Exª fosse mais observador, não estaria cometendo essa injustiça com o seu colega. V. Exª tem por hábito, às vezes, de querer rir, ridicularizar...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Não estou ridicularizando, afirmo a V. Exª que não estou.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Tem, V. Exª tem! V. Exª, quis fazer isso com o Senador Orestes Quércia. Comigo mesmo, na última segunda-feira, V. Exª procurou durante 10 minutos desviar-me do assunto principal que me trouxe à tribuna.

Acho, Senador Eurico Rezende — e tenho o maior respeito por V. Exª — que esta Casa é constituída de gente séria. Os assuntos aqui têm que ser tratados de forma séria e não podem ser conduzidos da maneira como V. Exª quer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Não aceito, Senador, porque vim para cá certo de que aqui dentro as coisas são tratadas de forma séria. Aceito, e sou dos que participam do riso de muitos, quando V. Exª entra com uma piada, mas V. Exª, às vezes, extrapola. Não posso concordar.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Devo dizer que V. Exª é uma das personalidades mais estimadas nesta Casa. A

reação inusitada de V. Ex^a está preocupando, não só a mim, mas a toda a Casa. Não houve extrapolação de minha parte; os colegas que estão aqui ouviram, a memória taquigráfica registrou. Concordei com V. Ex^a quando fez comentários a respeito das carências do ensino de enfermagem no País. Disse que os esforços do Governo não têm correspondido. Concordei com V. Ex^a! E, depois, nobre Senador, examinei o caso, a história das dificuldades da Escola de Enfermagem de Petrópolis, e apontei uma solução com verbas públicas. Apontei uma solução, Ex^a! Absolutamente, eu não refugii do assunto.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ai é que está a ironia de V. Ex^a

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Eu não fugi à ética para com V. Ex^a! Quer me parecer que nem o eminente Senador Roberto Saturnino, nem os seus companheiros da bancada do Rio de Janeiro se sentiram agravados. Eu os convoquei para, em reunião, destinarem recursos públicos das suas quotas pessoais para a Escola de Enfermagem. Mas se V. Ex^a, ou por prevenção, já que fez referência a episódio passado, e do qual não me lembro, ou por má interpretação, achou que feriu a sua sensibilidade, eu peço desculpas, porque V. Ex^a, na prateleira da minha amizade, não é poeira não, V. Ex^a é um volume precioso, é uma enciclopédia de afeto. Eu, absolutamente nunca tive nesta Casa a menor intenção de ofender a um colega. Nunca tive. Isto é testemunhado por todos. Talvez seja o meu temperamento. Essas são as diferenças individuais estudadas pela Sociologia e até pela Medicina. Diferenças individuais, diferenças de temperamento. De modo que eu quero dizer duas coisas: primeiro, não retiro uma palavra sequer do que disse; segundo, afirmo que V. Ex^a, depois de voltar ao leito emocional, não encontrará, lendo a minha intervenção, uma "cedilha" sequer, que conduza o desígnio, o propósito de causar erosão na sensibilidade de V. Ex^a. Mas se V. Ex^a assim interpreta eu até peço desculpas a V. Ex^a, porque não abro mão da nossa intervência sentimental.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu também. E quero dizer a V. Ex^a que lhe tenho alta estima, alta consideração, mas isso não implica no meu protesto pela maneira com que V. Ex^a se expressou. V. Ex^a sabe perfeitamente que é impossível ao Senador Roberto Saturnino deslocar da sua verba pessoal para outro Estado, como ao Senador Orestes Quêrcia, quando existem os mesmos problemas no seu Estado. Eu não posso destinar recursos para entidades de outro Estado.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Mas não estou recriando V. Ex^a. Não! V. Ex^a se engana. Pedi a V. Ex^a — ai é que está o seu engano, que solicitasse aos nossos colegas fluminenses que fizessem — foi isso que disse — não disse, absolutamente o que V. Ex^a interpretou. Louvei V. Ex^a porque, sendo um Senador de Santa Catarina, está provando que seu mandato, realmente, é Federal.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — E V. Ex^a diz que sai de Santa Catarina para defender uma escola de enfermagem. Não! Estou defendendo um assunto nacional. No fato de Petrópolis, fui apenas buscar subsídio para minha tese, para minha abordagem.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — A primeira parte do discurso de V. Ex^a foi de natureza genérica, mas V. Ex^a mencionou o caso de Petrópolis, então apontei uma solução.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Como subsídio, para provar que o que estávamos falando era certo.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — O que importa dizer é o seguinte: não pedi que V. Ex^a contribuísse da sua cota pessoal. Fiz, pela cativante intermediação do discurso de V. Ex^a, um apelo aos Senadores fluminenses para minorar, através do uso de suas cotas pessoais, a situação difícil da Escola de Enfermagem de Petrópolis. Mas o que me interessa agora, Excelência — esse assunto passou a

ser secundário para mim — é obter do eminente colega a certeza de que a biblioteca da nossa amizade não perdeu nenhum volume.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouvirei já o Senador Orestes Quêrcia, mas antes quero trazer mais dados em favor da nossa posição.

Desejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trazer outros dados. No Brasil temos a EMBRATUR, que é o órgão responsável pela política do turismo, o instrumento para desenvolver o turismo neste País, como grande fonte de riqueza, de desenvolvimento nacional.

Pois bem, por falta de mão-de-obra qualificada, no Brasil, porque não existe, praticamente, ensino profissionalizante neste País, nós estamos agora trazendo para os hotéis nacionais profissionais da Argentina, de Angola, de Paris, bem como de outros países.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Vejamos, aqui, o que diz a *Gazeta Mercantil* de São Paulo:

"HOTÉIS CONTRATAM MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA

Os hotéis do País alegam que estão faltando gerentes, recepcionistas, garçons, camareiras e pessoal de cozinha e, por isso, vêm contratando pessoal especializado, e não especializado, de Portugal, Angola, Argentina e França para suprir o setor. Nem a EMBRATUR, nem a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira sabem de quanto é o deficit e admitem que tampouco o recente convênio firmado com o Ministério do Trabalho e SENAC — que prevê treinar, nos próximos três anos, pouco mais de 17 mil pessoas do setor — irá resolver o problema.

A EMBRATUR afirma que os cursos de qualificação previstos vão atender apenas a 4% da demanda hoteleira, enquanto os de aperfeiçoamento 60%. De seu lado, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, *Emílio Lourenço de Souza* diz que a improvisação no setor está se tornando um grande problema para os hotéis de luxo.

"Esses hotéis" — explica — "estão importando gerentes e chefes de recepção até de Angola, mas são obrigados a empregar pessoal brasileiro que nunca trabalhou no setor, como garçons, camareiras e cozinheiras, sem qualquer curso de especialização."

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Brasil está importando elementos de outros países, para os seus hotéis. Por quê? Porque não existe ensino profissionalizante aqui. Por que não existe? Porque o Governo Federal continua sem uma sensibilidade, sem um conhecimento para o verdadeiro valor da educação, da preparação do homem. É isso que defendemos, essa necessidade de se corrigirem esses erros. Isso é vexatório! Queremos ampliar a nossa rede de hotéis e temos que importar profissionais e até mesmo não-profissionais de outros países, para trabalhar no Brasil!

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço, pela ordem, o Senador Orestes Quêrcia, e, na seqüência, V. Ex^a, Senador Ruy Santos.

O Sr. Orestes Quêrcia (MDB — SP) — Meu caro Senador Evelásio Vieira, tendo em vista o aparte do ilustre companheiro desta Casa, Senador Eurico Rezende, a quem dedico o maior respei-

to e toda a consideração, gostaria apenas de dizer que se trata de um problema grave, sério.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Problema Nacional.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Exatol E o Senador Eurico Rezende reconhece, no aparte, que o Governo não tem atuado no sentido de resolver esses problemas...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Lá vem a imitação...

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — ...e depois diz que os esforços do Governo não têm frutificado. Então, na realidade, S. Ex^a reconhece que não tem havido solução para o problema, de parte do Governo. Mas S. Ex^a aventa uma solução que partiria do Legislativo, através das verbas pessoais dos Senadores que aqui representam o Estado. Já que o Governo não soluciona, quer o Senador Eurico Rezende que o Legislativo — já tão impossibilitado em suas condições — resolva um problema que o Executivo não resolve.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — A cota é para isso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Realmente é.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Então, eu gostaria somente de dizer, que o reconhecimento disso por um Senador da responsabilidade do Senador Eurico Rezende...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Certo.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — ...é evidente sinal de que nós devemos tirar um volume da biblioteca das nossas esperanças de que o Governo resolva os problemas nacionais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado. Ouço agora o Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Eu que tenho um pouco o temperamento do Senador Eurico Rezende, gosto de apartear alegremente, porque sou psicicamente um ser alegre, vou entrar no discurso de V. Ex^a, e começo pelo fim. Essa nota da importação de servidores, de empregados para hotéis, não procede. O que se dá é que, com as crises em Angola, Portugal, e Argentina, o pessoal está fugindo de lá, também para o Brasil, e acredito que exijam salários mais baixos do que os nossos. Daí os hoteleiros utilizarem-nos. Mas, vou entrar no problema abordado por V. Ex^a, já pela segunda vez. Concordo com V. Ex^a em que precisa ser reformulado o problema do ensino de enfermagem. Acho que, anexo a todos os grandes hospitais — e em alguns isso já se dá — deveriam existir escolas de enfermagem obrigatória, que não formariam só o pessoal de nível superior mas, também, os auxiliares de enfermagem. Teriam cursos para médicos, com exigência de escolaridade não só a primária, mas uma escolaridade secundária. Em segundo lugar, criaria junto aos hospitais dos grandes centros, escolas também, — quando não de enfermagem, se não houvesse essa possibilidade, — escolas de auxiliares de enfermagem, porque a dolorosa realidade brasileira é que os auxiliares de enfermagem que existem e de que, nós médicos, nos servimos, são auxiliares que se fizeram no próprio serviço, alguns deles, até, ótimos, mas sem curso devido. O que é preciso é um esforço do Poder Público para dimensionar o ensino de enfermagem, não só na formação de pessoal de nível superior, de que, realmente V. Ex^a tem razão, há grande carência, como também do pessoal de nível de auxiliar de enfermagem, para que o rendimento da assistência médica seja ainda mais proveitoso e mais útil do que é, até o momento. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Ruy Santos, portugueses, angolanos, realmente, têm vindo para o Brasil, mas franceses e argentinos não. E quem diz que estamos buscando, importando profissionais é o Presidente da Indústria Hoteleira no Brasil e a própria EMBRATUR que isso reconhece. Estou regis-

trando o fato como uma das nossas carências e V. Ex^a sabe que o nosso índice de produtividade no setor industrial, como no setor agropecuario, não é melhor em razão da falta de escolas profissionais, neste País.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite-me V. Ex^a mais uma pequena intervenção, ainda a propósito do assunto?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — No que toca aos grandes hotéis, sabe V. Ex^a que os grandes hotéis servem a cozinha internacional. Sabe V. Ex^a que os *maitres* são *maitres* que, de um modo geral, devem falar, pelo menos, uma língua que não a da pátria. Daí, esses grandes hotéis buscarem, como buscam, gerentes estrangeiros. Aqui mesmo, em Brasília, há gerentes de hotéis que não são brasileiros. Por quê? Por uma técnica, por uma aprendizagem que eles já tiveram, por uma vivência nos hotéis de níveis internacionais. Esses hotéis de níveis internacionais, realmente, recrutam gente já feita ao trabalho.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Posso afirmar a V. Ex^a que também os hotéis de nível médio, aqueles que apenas teriam, assim, características de hotel de atendimento interno, também, lutam com a carência de profissionais. E, aí, volto a Santa Catarina, onde os hotéis também lutam com dificuldades.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Essa é outra deficiência nossa. Nos grandes países, V. Ex^a encontrará escolas que formam pessoas até como barbeiro, como engraxate, desde eletrônica até as profissões mais simples. São as chamadas escolas de oportunidade que no Brasil, pela nossa probreza, ainda não atingimos, embora as escolas técnicas federais já estejam cogitando disso. Perdoe V. Ex^a esta nova interrupção.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado. V. Ex^a concorda conosco em que há carência de profissionais, há carência enorme de escolas profissionais no Brasil.

Ouço, pela ordem, o Senador Cattete Pinheiro e, em seguida, o Senador Benjamim Farah.

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — Senador Evelásio Vieira, sou testemunha permanente da preocupação de V. Ex^a com os problemas do ensino no nosso País. Nas viagens de a Comissão de Assuntos Regionais tem empreendido, sempre V. Ex^a tem estado presente, pela sua palavra, não somente a perquirir sobre o problema, mas a estimular, em cada lugar que temos estado, o trabalho no campo do ensino e da cultura. Mas, quero voltar ao aparte do nobre Senador Ruy Santos. No que concerne à formação de pessoal de enfermagem no País, esse problema, realmente, vem de longe, e dele sou testemunha, por força da minha profissão. Exemplificarei: quando Secretário de Saúde no Pará, em 1952, empenhei-me em consolidar a Escola de Enfermagem do Pará, para que ela pudesse não só formar profissionais de padrão "Ana Nery", como se chamava, mas, também, auxiliares de enfermagem. E, lamentavelmente, aquela escola, por falta de estímulos e de apoio, até hoje, não conseguiu consolidar trabalho da maior relevância. Além disso, o que é mais lamentável é que em nosso País se permita que hospitais, que já por si não têm padrão adequado, improvisem auxiliares de enfermagem,...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Setenta por cento!

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — ...convoquem qualquer pessoa que aceite um salário miserável para prestar serviço de tamanha importância na assistência médico-hospitalar. Mesmo não podendo concordar com V. Ex^a, de que a culpa seja do Governo em si, quero congratular-me pela maneira com que V. Ex^a analisa o problema do ensino profissionalizante no País, mas, desejando, justamente, trazer o meu testemunho, no campo da enfermagem, porque

é da maior relevância. Ao longo deste tempo — que já vai longe — desde a minha experiência como Secretário de Saúde, no Estado do Pará, nós continuamos marcando passo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sou profundamente grato a V. Ex^a pela magnífica contribuição que dá ao nosso discurso e especialmente pela palavra de estímulo na nossa caminhada, em defesa do ensino.

Ouçõ agora o Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Ex^a está abordando um assunto de grande interesse. Acho que nós podemos receber filhos de Angola, de Portugal, da Argentina, de onde vierem, mas não temos nada a ver com as crises que se passam nesses países — como eles também nada têm a ver com as nossas crises. Uma crise política não expulsa grande multidão, expulsa os líderes; o restante se acomoda. Há aqueles que querem, naturalmente, se aventurar, e vão em busca de riquezas. O que acontece? Isso mesmo que V. Ex^a está dizendo; vêm para cá e vão procurando substituir nossos empregados. Se vêm para cá os angolanos, portugueses, ou quem quer que seja, que tragam a mão-de-obra especializada, porque uma pessoa rude, que não tem nenhuma profissão não pode querer desempenhar função de certa responsabilidade, inclusive, a de trabalhar num hotel. Até mesmo garçom é de uma responsabilidade muito grande. Nós não podemos, digamos, aceitar uma pessoa inexperiente, mas ele vem e consegue; tem sempre uma proteção. Digo que é uma profissão de responsabilidade porque está em jogo, inclusive, nossa saúde e a própria vida do cliente, num hotel ou num restaurante. Lembro-me, de que, quando estudante de Medicina, trabalhava na Fundação Gafreé Guinle, no Rio de Janeiro, no serviço de vias urinárias, que tinha vários postos espalhados em toda a cidade. Um serviço muito bom, dirigido por uma equipe de médicos da melhor qualidade, grandes especialistas e nós, os estudantes, aproveitávamos para fazer aqueles treinamentos. Eu trabalhava, na Rua Paulo de Frontin, se não me falha a memória, no Posto n^o 1 com um Chefe, muito bom, muito competente. Vários médicos dali, depois, se projetaram. Nós recebíamos, precisamente, os operários das fábricas, empregado de hotéis, de restaurantes, e de padarias. V. Ex^a, nobre Senador, não pode calcular o que nós observamos. Coisas muito sérias. Certa vez deparei-me com um doente dos mais graves, muito comprometido. Uma simples falta de higiene por parte de um daqueles operários poderia transmitir uma doença grave, uma doença altamente contagiosa, ou a sífilis ou uma doença venérea de qualquer outra natureza. Aliás, esse doente preparava-se para o tratamento e ia embora. Pedi-lhe para lavar as mãos e expliquei-lhe que poderia contaminar alguém ou ficar cego, se passasse as mãos sujas, nos olhos. Perguntei-lhe sua profissão. Era garçom! Não sabia que tinha que lavar as mãos. Avalie esse cidadão, no exercício da sua profissão, vai lá; atende naturalmente a um ato fisiológico qualquer de que é obrigatório, e depois vai servir o cliente, pega no pão, pega no guardanapo, pega no prato, quer dizer, esse cliente está contaminado. Então, o negócio é muito sério, é preciso uma vigilância. No nosso País não damos a isso a mínima importância. É preciso, repito, vigilância, inclusive, exame de sanidade.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Quem está cotaminado é o Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — E V. Ex^a está muito preocupado. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) A preocupação de V. Ex^a também me preocupa. Em certos países, Sr. Presidente, existem serviços de fiscalização e de preparação para garçom. Por exemplo, em Gênève tem uma academia de garçom — achei graça, quando fui lá, uma vez. Pensei que aquilo fosse uma brincadeira. Não é. Ao contrário, é coisa muito séria. O garçom é obrigado a conhecer higiene, é obrigado a saber de três a quatro línguas, é obrigado a conhecer bromatologia, para examinar o alimento,

porque às vezes o alimento não convém, é um peixe deteriorado, onde há uma decomposição das proteínas animais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Permite-me, Senador Benjamim Farah?

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Já vou terminar. Pelo simples fato, ou pela inspeção o garçom percebe uma decomposição porque ele aprende dentro da própria academia; é um homem preparado, sai dali e vai dirigir um hotel ou vai dirigir um serviço, digamos de restaurante, mas com um alto preparo. Agora, os outros que não querem ter esse preparo... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) ... pelo menos que se preparem para ter um pouco de higiene em servir. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) V. Ex^a está certo, este assunto não é de pouca monta, e merece maiores diálogos em outras oportunidades. Agradeço a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Presidente, concluirei dentro de três minutos. Gostaria antes, de ouvir a voz do Maranhão, a voz do Brasil, Senador Henrique de La Rocque.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) — Concorde com V. Ex^a, nobre Senador, quando afirma a carência das escolas profissionais, mas, peço ~~vênha~~ para assinalar a grande dificuldade que encontram os que nelas se titulam, para o exercício da respectiva profissão. Senti esse problema recentemente, quando, tendo paraninfado — e é do meu hábito fazê-lo — a Escola de Auxiliar de Enfermagem São Francisco de Assis, na Capital maranhense, e recebi a solicitação, exatamente de doze componentes da turma, para que viessem exercer a profissão em Brasília. E confesso que supunha ser fácil o aproveitamento humano daquelas maranhenses. Em aqui chegando, vou à Fundação Hospitalar, ao Hospital Distrital, às várias casas de saúde, ao Ministério da Saúde, enfim, tudo aquilo que cheirava a enfermagem à sua porta bati, encontrando sempre denegação à minha solicitação. E o Sr. Secretário de Saúde informou-me, então, que em Brasília havia uma Faculdade de Enfermagem e uma Escola de Auxiliar de Enfermagem e que o aproveitamento humano era prioritário para aqueles que aqui terminavam o curso. Fiquei então diante de um impasse, sem saber o que fazer com aquelas maranhenses, que confiantes à Capital da República chegavam e, então com elas, demandei a São Paulo. Solicitei uma audiência a S. Ex^a o Sr. Governador, expus o problema e ele, com imensa compreensão humana, determinou que elas fossem aproveitadas no Hospital das Clínicas, em São Paulo. É um aspecto, — louvando o interesse de V. Ex^a para assunto tão magno e tão importante — que deve ser também, de maneira marcante, objetivado. É muito difícil, sobretudo nos estados pequenos como o nosso Maranhão — não sei se a panorâmica de Santa Catarina é idêntica — mas é muito difícil, renovo, o aproveitamento desses jovens que ao se titularem, saem das suas faculdades, de suas escolas plenos de esperança, mas que, caindo na realidade da vida, encontram imenso óbice para exercer a profissão para a qual com tanto estímulo se voltaram.

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte, só para completar este raciocínio?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Cattete Pinheiro (ARENA — PA) — Principalmente porque esses profissionais, preparados para o exercício da profissão, são preteridos por aqueles que são improvisados nas diversas casas de saúde deste País, a começar por Brasília.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Perfeito; nós sabemos, porque o próprio Governo tem publicado o grande déficit de profissionais nesta área. Sei, também, porque em Blumenau, em Florianópolis, e em Joinville, as pessoas que se formam nas escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, têm colocação imediata, e com remuneração, não vamos dizer boa, mas pelo menos razoável, dentro do panorama atual.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o que nós defendemos é o Governo cobrar o ensino gratuito das universidades oficiais para, contando no mínimo com 60% desses recursos, deslocá-los para o ensino fundamental e ampliar o programa do crédito educativo para o ensino de segundo grau. Com essas medidas haveria recursos suficientes para a eliminação dos problemas da educação nacional, e aí, sim, o Brasil poderá caminhar para a sua grande destinação. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRs. SENADORES:

José Guimard — José Esteves — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Jessé Freire — Domício Gondim — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Accioly Filho — Otair Becker — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotada a Hora do Expediente.

Estão presentes na Casa 53 Srs. Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado por ocasião de sua visita oficial à Inglaterra, e publicado no **Jornal de Brasília**, em 6 de maio de 1976.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O DISCURSO DO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL:

"Senhor Primeiro-Ministro e ilustres convidados.

É com grande prazer que me encontro com Vossa Excelência e que vejo a desenvolver-se conversações objetivas sobre as relações anglo-brasileiras.

Essas relações sempre foram boas, marcadas pelo respeito mútuo e pelo benefício recíproco.

Recentemente, porém, decidimos, os dois Governos, que elas poderiam ser incrementadas, para melhor corresponder às dimensões e às potencialidades dos dois países.

Vossa Excelência, junto com outros Ministros do Governo britânico, teve destacado papel nessa reavaliação e muito contribuiu para que se concluísse o Memorando de Entendimento que trouxe novo ímpeto às relações anglo-brasileiras.

Na verdade, Senhor Primeiro-Ministro, nada mais oportuno do que aquela decisão. Nossos países, em que pesem as dificuldades que enfrentaram como resultado da crise econômica geral, estão no limiar de novos períodos de expansão.

É, pois, dentro de perspectivas ainda mais vastas de cooperação, que se irão processar nossas relações futuras. Nós, no Brasil, encaramos com otimismo o desenvolvimento dessas relações.

Estou certo de interpretar os sentimentos de todos os presentes ao expressar meu reconhecimento ao Primeiro-Ministro e à Senhora Callaghan por esta agradável ocasião.

Gostaria de pedir a todos que a mim se juntem num brinde à Rainha e às relações que desejamos ainda mais estreitas entre nossos países."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 208, de 1976, do Senhor Senador Otair Becker, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General Ayrton Pereira Tourinho ao assumir o comando da Escola Superior de Guerra.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É O SEGUINTE O DISCURSO DO GENERAL AYRTON PEREIRA TOURINHO:

"Nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, assumo o comando da Escola Superior de Guerra, cômico da enorme responsabilidade que me é outorgada, de conduzir os destinos deste conceituado, instituto de altos estudos. Honrosa sobremodo, afigura-se-me a missão extremamente difícil, pois importa em dar continuidade a 27 anos de trabalhos de excepcional relevância realizados por ilustres antecessores — como os Marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora, e outros altos chefes militares, dignos continuadores da sua grande obra pioneira — os quais, com patriotismo, cultura, inteligência e elevado descortino, afirmaram-se como os principais artífices que construíram e projetaram o nome desta casa de estudos, hoje acatada e respeitada em todo o País e, mesmo, além fronteiras.

"Idealizada quando a conjuntura ressentia-se dos impactos da segunda guerra mundial e temia-se, ainda, pelo reinício das operações entre as duas facções rivais vencedoras, a escola destinava-se, originariamente, a ministrar um curso de alto-comando para oficiais das mais altas patentes de nossas forças armadas, habilitando-os ao emprego das grandes unidades estratégicas em operações combinadas do tipo convencional e, simultaneamente, familiarizando-os com os novos aspectos surgidos pelo evento da arma atômica. Esta tarefa, é hoje, particularmente, atribuída ao Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCEFA).

"Desde a sua instalação em 1949, porém, graças à visão dos seus mentores, definiu-se a Escola Superior de Guerra como sendo um centro de altos estudos e pesquisas, destinado a estruturar o pensamento das elites brasileiras, congregando civis e militares, num labor intenso e continuado, manteve-se a escola em seu trabalho de permanente evolução, atravessando épocas difíceis, em que esteve próxima de sua extinção, até os dias atuais, quando o reconhecimento geral do elevado teor de seus estudos empresta-lhe um lugar de invulgar destaque no País, atribuindo-se-lhe, inclusive, a responsabilidade pela formação de uma mentalidade que influiu, decisivamente, para a deflagração e o sucesso do movimento de 31 de Março.

"Dentro dessa orientação, tornou-se a Escola Superior de Guerra autora de uma doutrina realística, nitidamente nacional, flexível para permitir sua constante evolução em conformidade com a conjuntura. Assim, embora a segurança tenha sido sua motivação, tem-se mantido atenta ao mutável relacionamento hierárquico observado entre desenvolvimento e segurança, matéria de importância básica para seus trabalhos, pela sua influência no campo das cogitações doutrinárias.

"Na esfera governamental, houve época em que a prioridade era dada à segurança; outras houve, em que foram considerados "segurança e desenvolvimento, como fatores de mútua casualidade", imprescindíveis, um ao outro, em pé de igualdade. Presentemente, o Presidente Ernesto Geisel definiu o ponto de vista do atual Governo, ao afirmar: "A Revolução Modernizadora de 1964 fundamenta toda sua doutrina estratégica no binômio desenvolvimento e segurança, reconhecido desde logo que, em essência, o primeiro é dominante.

Em termos mais precisos, pode dizer-se que a ação estratégica da revolução tem sido e continuará a ser exercida de modo a "promover, para a nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável", conferindo-se de forma inequívoca a prioridade ao desenvolvimento. Mas, onde se nos afigura, na gradação indefinida entre o "máximo possível" e o "mínimo indispensável" reside o fator capaz de funcionar, eventualmente, como corretor conjuntural.

A Escola Superior de Guerra distingue-se como um centro de estudos, "de idéias e doutrina, no que tange à segurança nacional"; mas, de tal forma esta se encontra interrelacionada com o desenvolvimento que, em última análise, a sua doutrina chega a assemelhar-se a uma doutrina de segurança e desenvolvimento. Fundamenta-se no poder nacional como um todo, uno e indivisível, para a consecução e manutenção de objetivos nacionais — que abrangem ambos os campos, da segurança e do desenvolvimento — formulados pela política nacional, não específica, segundo estratégias científicas e racionalmente determinadas, através de métodos de raciocínio preconizados.

Daí, estabelecendo o conceito estratégico nacional, nascem as diretrizes de planejamento, levando aos planos nacionais básicos, que servem de orientação para o planejamento de segundo escalão, a ser realizado nos níveis dos Ministérios e órgãos governamentais de mais elevada hierarquia — conforme é visualizado pelos estagiários, como coroamento do aprendizado anual.

Cabe aqui esclarecer a finalidade apenas didática desses estudos, sem qualquer pretensão ou veleidade de orientar a vida político-administrativa do país. Os estudos escolares não têm sequer valor normativo. Mas, por serem portadores de mensagens elaboradas a custo de trabalho sério e pesquisa meticulosa, realizados por equipes das mais capacitadas do país, sem qualquer outro interesse que o de apresentar o que julgam mais indicado para o bem geral, seria mesmo um desperdício não considerá-los como mais uma sugestão válida, quando do equacionamento oficial dos nossos problemas nacionais.

Instituto de altos estudos, laboratório de idéias ou casa antecipadora de idéias, a Escola Superior de Guerra visa, sobretudo, a fornecer, aos seus estagiários, condições as mais próximas da realidade, para melhor cumprir a sua destinação precípua: contribuir para a formação e o fortalecimento de uma elite autêntica, impregnada de um sentimento nacionalista sadio, conhecedora dos nossos principais problemas, capaz de ocupar posições de relevo na comunidade nacional; e, ademais, que nesta escola tenham seus componentes adquirido ou aprimorado o hábito de planejar em trabalho de grupo, fugindo ao individualismo e à improvisação, considerados atributos negativos do nosso caráter nacional.

Quanto à minha ação nesta casa, cabe-me, no corrente ano, apenas zelar para que a programação formulada e já em curso, de acordo com as diretrizes baixadas pelo estado-maior das Forças Armadas — expostas nesta casa, quando da magnífica aula inaugural proferida pelo Exmº Sr. Ministro General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa — desenvolva-se normalmente, para que não se incida no pecado da improvisação, e iniciar a confecção dos programas para 1977, contando, para isso, com a elaboração do nosso competente corpo permanente.

Mas, envidaremos todos os esforços para manter a ESG em seu tradicional dinamismo, "evoluindo com continuidade", segundo preconiza o General Augusto Fragoso. Para isso, consideramos fundamental, neste centro de estudos e pesquisas, a presença, cada ano, de novas turmas de estagiários, elementos destacados dos mais diversos ramos de atividades, que trazem para as salas, onde os assuntos são debatidos livre e francamente, junto com suas experiências profissionais, a marca dos seus conhecimentos e dos problemas regionais das áreas geográficas de onde provêm.

Isto se constitui em magnífica contribuição para o aprimoramento de nossas conceituações doutrinárias, enriquecendo o ensino nesta Escola, onde todos somos alunos.

Cabe assinalar que a ESG tem, em relação aos seus diplomados, um vínculo perene. Os que daqui saem guardam recordações de um ano de convívio de grande intensidade intelectual, de civismo e de amizade.

Aqui estão sempre; e, atualmente, vêm fazendo, a cada 5 anos, um curso de atualização, em que revêem a doutrina da ESG.

Ademais, a tradicional sede na área da Fortaleza de São João, em que pese as deficiências materiais, vem sendo ocupada, por ocasião das viagens da turma efetiva pelo Brasil, para que nela se realizem ciclos de extensão, nos quais têm sido estudados problemas os mais atuais da realidade brasileira.

Ao terminar, registro minha simpatia pelos trabalhos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), esta multiplicadora dos nossos esforços que, com dedicação e patriotismo, por intermédio de suas agências, difunde os ensinamentos desta Escola nos diversos centros culturais do País, merecendo, portanto, todo o nosso apoio.

Também desejo expressar que muito me envaidece substituir, neste Comando e nesta Escola, o Exmº Sr. General-de-Exército Walter de Menezes Paes, que com tanta clarividência dirigiu os seus destinos, desempenhando-se do que foi a sua última missão ativa, com o mesmo brilhantismo que marcou toda a sua carreira militar.

Finalmente, afirmo a minha satisfação em trabalhar sob a direção do prezado amigo, General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa, Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, de cuja orientação segura, calcada em sua inteligência brilhante, destacada cultura e larga experiência, contamos usufruir.

A todos que aqui compareceram, dando mais realce e prestígio a esta cerimônia, deixo agora consignados os meus agradecimentos."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Item 3:

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 374, de 1976), da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1975 (nº 1.346-C/75, na Casa de origem), que regula a situação dos imóveis adquiridos pelo sistema financeiro de habitação, em caso de morte presumida do adquirente.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria voltará à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1975 (nº 1.346-C/75, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1 de Plenário)

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Reaparecendo o adquirente depois de suspensas as prestações, o pagamento destas será estabelecido com base no saldo devedor monetariamente corrigido e distribuído em tantas prestações quanto as que restavam por pagar na data da suspensão."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Item 4:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os "Cartões de Crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 307 a 309, de 1976, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça** — **1º Pronunciamento**: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto, com as Emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CCJ;

2º Pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Economia, com as Emendas de nºs 1 e 2-CCJ anteriormente apresentada e que ratifica; e

— **de Economia**: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que oferece.

A discussão do presente projeto foi adiada em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, quando de sua inclusão na Ordem do Dia da sessão de 20 de maio. O Regimento Interno, entretanto, no § 2º do art. 310, permite um segundo adiamento por prazo não superior a 30 dias. Com esse objetivo, foi encaminhado à Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 242, DE 1976

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requereu adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1975, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os "Cartões de Crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, e dá outras providências, a fim de ser feita na sessão de 4 de agosto.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1976. — Senador **Ruy Santos**.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão de 4 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há, ainda, oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Realizou-se, entre 22 e 25 de maio último, na cidade de Caracas, a Reunião de Dirigentes Políticos da Europa e América em Prol da Solidariedade Democrática Internacional.

O encontro procurou analisar as perspectivas da chamada Democracia Social e da solidariedade internacional, advertindo que não se tratava de uma reunião de países nem de partidos socialistas, senão um encontro de personalidades dirigentes de partidos socialistas, social-democráticos e de outras organizações afins.

Tive a satisfação de receber, oficialmente, um convite subscrito pelo Sr. Henrique Herrera Paris, Secretário Internacional da Ação Democrática, em nome do Dr. Gonzalo Barrios, Presidente do partido governista da Venezuela.

Como se sabe, o Partido de Ação Democrática naquele País foi fundado por Rômulo Betancourt, na clandestinidade, e nela permaneceu entre 1937 e 1941, sempre propugnando pela idéia de justiça social e, especificamente, levantando uma bandeira de luta por postulados nacionalistas e revolucionários.

Posteriormente, legalizado o partido em 1941, teve ele oportunidade de concorrer em vários pleitos e, através do voto popular, de exercer, por meio de representantes seus, a suprema magistratura da nação, através de cujas administrações essa partido procurou oferecer uma radical transformação na estrutura política do Estado, inclusive dando os primeiros e audaciosos passos que conduziram a Venezuela à nacionalização do seu petróleo.

Após golpe militar em 1948 e durante os 10 anos seguintes, a Ação Democrática lutou novamente na clandestinidade e seus integrantes curtiram, muitas vezes, os cárceres e o exílio, dando a sua contribuição para o restabelecimento das liberdades privadas e públi-

cas da Venezuela. De uma certa forma, pode-se até dizer que o Partido de Ação Democrática sustentou, quase sozinho, durante muito tempo, a luta contra a ditadura existente naquele País.

Em 11 de março de 1974, assumia o Governo o atual Presidente, Carlos Andres Perez, que havia se candidatado, exatamente, pela legenda da Ação Democrática.

Este encontro, promovido pelo partido governista daquela nação amiga, veio alcançar um grande êxito, tendo contado com as presenças, entre outras, de Willy Brandt, da Alemanha; de Ricardo Balbin, da Argentina; de Bruno Kreisky, Primeiro-Ministro da Áustria; de Anker Joergensen, Primeiro-Ministro da Dinamarca; de John Silkin, Ministro de Planejamento da Inglaterra; de Dunley Thompson, Primeiro-Ministro da Jamaica; de Victor Raul Haya de La Torre, do Peru; de Mário Soares, de Portugal; além de outras personalidades oriundas da Bélgica, da Bolívia, da Colômbia, de Costa Rica, de Curaçao, do Chile, do Equador, de El Salvador, da Espanha, da Finlândia, da França, da Itália, do México, da Noruega, do Paraguai, da República Dominicana, da Suécia e da Suíça.

Logo na abertura dos trabalhos, o Doutor Gonzalo Barrios, Presidente do Partido Ação Democrática, teve a oportunidade de deixar bem claro os objetivos daquela conferência internacional, mostrando que eles eram óbvios, porque diziam respeito à defesa da liberdade, da dignidade e da segurança econômica dos povos ali representados.

Ouviu-se também a palavra firme e patriótica dessa grande figura da América Latina que é Rômulo Betancourt, que defendeu a recuperação da fisionomia democrática para a América Latina num prazo não muito grande, porque, disse ele: "O homem americano não concebe viver senão com justiça e com liberdade". Por isso mesmo, entre as proposições por ele defendidas estava aquela do reforço da vocação de respeito às liberdades públicas, aos direitos humanos, ao sufrágio popular e a uma mais justa distribuição da riqueza em nosso continente.

Uma outra oração que despertou o respeito e o entusiasmo de todos os presentes, foi a do Chanceler Willy Brandt, prêmio Nobel da Paz, mostrando que o primeiro grande intento daquela reunião era iniciar e aprofundar um diálogo europeu-latino-americano, sob o signo de idéias comuns. Disse ele, textualmente:

"Nosso diálogo haverá de concentrar-se tanto nos temas da paz como nos do progresso social; ... tanto na renúncia à força, como no reconhecimento absoluto da soberania e independência nacionais. Suponho que aqui estamos todos de acordo em rechaçar o intervencionismo, sobretudo o baseado em meios militares, mas não somente os desse tipo ... Na defesa do bem-estar e do progresso dos nossos povos, sentimo-nos acordes em preservar a inseparabilidade elementar dos três valores fundamentais — liberdade, justiça e solidariedade. Isto nos distingue daqueles que ordenam o progresso de cima; que crêem poder força-lo por meio da opressão; que utilizam o homem como mero instrumento para um fim superior, qualquer que seja sua interpretação... A inseparabilidade dos três valores fundamentais nos une na luta e resistência contra aquelas forças que, em muitas partes do mundo, têm tomado o caminho da falta de liberdade e da repressão, ou seja, contra ditaduras, tanto de direita como de esquerda... Mas a liberdade das nações de dependências externas e a realização do seu direito elementar de autodeterminação somente podem desenvolver-se plenamente dentro de um estado de direito, quer dizer, com segurança jurídica, igualdade ante a lei e liberdade interna assegurada. O que queira conseguir igualdade e lograr solidariedade pela força, sem essa liberdade interna, restringe os valores fundamentais e os destruirá no final... A crassa diferença entre pobres e ricos, existente não somente dentro de um País, senão também entre as nações, viola o valor fundamental da justiça. Parte dos objetivos mais importantes da política social-de-

mocrática deverá se intervir em favor do desenvolvimento das nações menos industrializadas, ajudar os povos que sofrem fome. Assim, pois, dispor também mais sensatamente do crescimento econômico. Sem a compensação internacional não se pode assegurar o largo passo do progresso em escala mundial... Nós outros, os que dialogamos aqui, em Caracas, somos, apesar das diferenças entre os nossos países, partidários de uma vida de reforma política e social em liberdade." ... "Estou convencido de que a humanidade não poderá encontrar sua futura estrutura nem através do capitalismo misantrópico, nem do comunismo aniquilador da liberdade; nem através de extremas de esquerda, nem através de extremas de direita, senão de que necessita de uma via de equilíbrio, uma via da razão, uma via do respeito pelo indivíduo.

Por muito que nossas idéias hajam mudado o mundo nos últimos 100 anos, mais importante é a tarefa histórica no futuro."

Igualmente importantes foram as palavras pronunciadas pelo Senhor Presidente da República da Venezuela, Sr. Carlos Andres Perez, que afirmou, em determinado trecho:

"Esta reunião de personalidades, líderes de organizações e movimentos políticos democráticos, orientados nas correntes do pensamento da Social-Democracia, dentro da diversidade que constituem com suas próprias características nacionais, identifica-se, sem embargo, na exaltação da liberdade e da justiça, como categoria de valores primordiais."

E mais adiante:

"A América Latina está no caminho de sua libertação, caminho que somente será seguro no grau em que nossos povos assimilem a lição do Século XX. Esta lição que devemos ensinar com firmeza é a que não se libera o homem mediante a ditadura, qualquer que seja o seu signo, de que a humanidade não se redime a custo da humilhação, do submetimento e do desdém."

E mais adiante:

"A poderosa expansão do capitalismo, com o surgimento das transnacionais tem situado os povos da América Latina e os do Terceiro Mundo em geral, até agora dependentes na única alternativa de unirmo-nos para a defesa e valorização dos recursos e manufaturas frente à outra de alienação de recursos naturais e do trabalho produtivo em favor dos centros do poder econômico tradicionais."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas outras alocações ali proferidas poderiam ser invocadas, mas, para conhecimento desta Casa, prefiro restringir-me à leitura do documento final, que veio a ser aprovado, por unanimidade, pelos integrantes daquele conclave.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda satisfação ouço o nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Nobre Senador Marcos Freire, a notícia que V. Ex^a traz a esta Casa, na tarde de hoje, é extremamente auspiciosa, tanto pelo fato de ter V. Ex^a sido convidado para essa importante reunião, como por ter comparecido e ouvido; de viva voz, palavras tão importantes como as que vem de referir. Assim como os interesses empresariais e econômicos buscam cada vez mais a solidariedade internacional, é justo, é legítimo que os partidos políticos busquem firmar laços de solidariedade entre os

defensores de idéias afins. Isto, traz uma perspectiva muito alentadora para o fortalecimento dos partidos políticos, que é uma das metas principais da democracia. O convívio, a troca de idéias com homens como esse extraordinário Presidente da Venezuela, o Presidente Perez, que tem desempenhado papel tão importante no cenário da América Latina; com homens como esse grande líder do mundo ocidental de hoje, que é Mário Soares; com homens da estatura moral de Willy Brandt, certamente só enriquecem o pensamento e a experiência dos políticos da América Latina e da Europa. Essa confraternização fortalece também, através da troca de experiências, as possibilidades de se afirmarem os respectivos partidos nos diferentes países. Essas ligações internacionais têm demonstrado ser importantes em determinados momentos, em momentos cruciais como, as que tudo indica, ocorreu em relação a Mário Soares, em Portugal, ao receber a solidariedade de todos os Partidos socialistas e sociais-democráticos da Europa. Assim também, no caso brasileiro, acho que deveríamos procurar desenvolver mais essa linha de aproximação entre Partidos políticos afins, de diferentes países, para que, dessa troca de experiências, dessa troca de idéias, pudéssemos também consolidar a linha de fortalecimento dos nossos partidos políticos. O fato de ter essa reunião se desenrolado na Venezuela também me parece particularmente auspicioso. A Venezuela é um país da América Latina que vem se afirmando exatamente pela defesa da causa democrática, pelo fato de ter conseguido banir de seu território, ou pelo menos reduzir a níveis ínfimos as manifestações de terrorismo e de subversão, sem abdicar dos princípios democráticos, isso tudo, dentro de uma linha já tradicional, que vem de Rómulo Bittencourt, mas agora se afirma na figura do Presidente Carlos Perez. Dou parabéns a V. Ex^a por ter sido convidado e ter participado dessa reunião e ainda pela notícia tão importante que traz à Casa na tarde de hoje.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a, expôs com feliz precisão a verdadeira visão que trouxe do encontro ao qual tive a honra de comparecer.

V. Ex^a mostra a importância da confraternização, do entendimento, da troca de idéias entre homens das várias partes do mundo que, malgrado naturais diferenças, muitas vezes até mesmo de ordem ideológica, têm pontos afins, em programação política.

Lembro-me, inclusive, do discurso ali pronunciado por Mário Soares — cujo texto integral infelizmente não me foi dado trazer — em que aquele ilustre Líder de Portugal confessou, de público, a importância que constitui para ele a solidariedade internacional, na luta que travou em Portugal. É possível até que o seu movimento de liberdade, de democracia, de antifascismo não tivesse sobrevivido, não fosse exatamente essa solidariedade por parte de outros homens públicos, de outras personalidades, de outros movimentos políticos da Europa e do mundo inteiro.

O documento final aprovado, a que me referi anteriormente, mostra o conteúdo, as idéias e as teses ali defendidas: Está redigido nos seguintes termos:

"Os dirigentes políticos da Europa e América Latina, reunidos em Caracas, por convite da Ação Democrática, têm confrontado suas experiências e programas, reconhecendo importantes afinidades e princípios que os vinculam.

Hão reconhecido que esses princípios podem servir de base para uma ação coordenada em favor da paz, da justiça social, da liberdade e da solidariedade internacional, fundada no respeito à soberania dos estados.

Os movimentos políticos que aqui se têm manifestado têm diversas origens e estruturas; procedem, igualmente, de nações com diferentes graus de desenvolvimento. Alguns deles governam, outros exercem oposição democrática, outros lutam contra a ditadura, a miúdo no exílio ou na clandestinidade. Todos têm em comum certos princípios fundamentais:

1) O rechaço de toda a forma de discriminação racial, social ou econômica, de toda ditadura, de direita ou de esquerda; dos imperialismos de qualquer signo e de toda ingerência estrangeira nos assuntos que afetem à soberania dos povos e obstrua o seu direito ao progresso.

2) A afirmação de que a democracia política fundada no respeito aos direitos humanos, individuais e sociais; da liberdade de expressão e de representação, tanto política como sindical, não é privilégio dos países ricos, sendo solução tão necessária e tão desejável para os povos em desenvolvimento como para os mais industrializados.

3) A certeza de que a democracia política somente adquirirá autenticidade quando se complementa com a democracia social e que a liberdade somente se realiza plenamente pela igualdade econômica, que faz possível desfrutá-la. Esta democracia deve assegurar o maior grau possível de igualdade na distribuição da propriedade, do bem-estar, das rendas e do acesso à cultura e ao poder.

4) A convicção de que não há solução de validade universal para alcançar a plenitude democrática. Cada país e cada região deve encontrar seu próprio caminho para a liberdade e para a justiça social, de acordo com a sua realidade e com a crescente solidariedade internacional. Não obstante, sustentamos que a justiça social supõe, em cada país, a promoção efetiva da igualdade, a regulamentação da vida econômica pelo Estado, respeitando a iniciativa individual que não contradiga os interesses sociais e populares; a responsabilidade social da propriedade e a eliminação dos resíduos feudais ali onde subsistam. Implica, por outra parte, a superação de todo o sistema econômico caracterizado pela opressão, a injusta divisão do trabalho e a sujeição ao imperialismo econômico, político ou ideológico. Comporta também a racionalização e modernização dos órgãos de poder.

5) A convicção de que a democracia social se demonstra por si mesma, nas relações pacíficas entre os Estados, no respeito à auto-determinação dos povos e na vontade de cooperação internacional, que não deve entender-se como uma forma de ajuda graciosa, sendo como a necessária aplicação, a nível internacional, dos princípios que sustentamos no interior de nossos países. Estas relações devem estar regulamentadas por normas precisas, no espírito da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

Os partidos, no Governo aqui representados, e os que têm a legítima aspiração de chegar a sê-lo, se comprometem a lutar por que se cumprem e se aperfeiçoem os acordos internacionais que, na matéria econômica e social, dão forma e sentido à idéia de uma nova ordem econômica internacional.

Esta nova ordem há de reger-se pelo reconhecimento ao direito, que todos os Estados têm, para a livre disposição dos seus recursos naturais em seu próprio benefício e à faculdade correlata de regular as transferências de capital e tecnologia: de obter preços justos e remuneradores para as matérias-primas e vantagens preferenciais para os produtos manufaturados dos países em menor desenvolvimento; supõe, ademais, o direito a dispor de um financiamento suficientemente equitativo e não condicionado por razões políticas. Implica, finalmente, no repúdio à ingerência dos governos e dos consórcios transnacionais nos assuntos internos dos outros países.

6) Os processos de integração regional constituem um dos métodos mais eficazes para promover o desenvolvimento e a criação de riquezas, assim como para contribuir a uma estrutura de relações econômicas mais equilibrada entre os povos industrializados e os países em desenvolvimento. Este processo deve ser impulsionado por uma firme vontade política,

na qual nossos movimentos e partidos se esforcem por assegurar uma justa distribuição da riqueza e a participação dos seus respectivos povos nas decisões que os incumbem.

7) A convicção de que o regime democrático, fundado no sufrágio universal, na representatividade política e no equilíbrio de poderes, deve complementar-se com a adoção de sistemas que assegurem maior participação do povo trabalhador, através de forma de gestão econômica e social.

8) O reconhecimento de que os problemas da marginalização social e da involução política para a ditadura são os mais graves que afrontam os países em desenvolvimento. Condenam-se, por inumanas, a repressão e a perseguição política, que destroem a convivência civilizada. Em consequência, os dirigentes aqui reunidos comprometem-se a promover a adesão e respeito de seus governos aos instrumentos internacionais que institucionalizam o asilo e protegem os desterrados por regimes ditatoriais, assim como a mais ampla acolhida e atenção aos perseguidos políticos, particularmente aqueles submetidos a precárias condições, e a defender o direito dos cidadãos a sair livremente dos seus países. Manifestam, em particular, seu repúdio aos regimes facistas e totalitários que se estendem na América e o seu voto para que se afirmem a democracia pluralista em Espanha e em Portugal.

9) Os participantes desta reunião, cujo propósito não é criar uma nova organização política internacional, recomendam um grupo de ligação e de informação com a tarefa de promover novos contactos e intercâmbios.

Os ideais de justiça e solidariedade necessitam a prática da ação coordenada de nossos partidos, na América Latina e na Europa. Nesse sentido, consideram a reunião de Caracas como um fato significativo, que deve ser prosseguido em outras reuniões a que irão incorporar-se, gradualmente, os partidos afins, de outras regiões."

Como se vê, Sr. Presidente e Srs. Senadores, este documento sintetiza a orientação, as diretrizes, os princípios, as teses ali defendidas. Parece-me que esse encontro tem uma importância especial, sobretudo nos dias em que vivemos, quando não raro se proclama aos quatro ventos a incompatibilidade da liberdade com o desenvolvimento. Por outro lado, mostra, muito claramente, que o desenvolvimento a que todos aspiramos é aquele desenvolvimento que não seja representado apenas por estatísticas oficiais, por números, por cifras, por PIBs ou taxas de exportações. Na verdade, o desenvolvimento que interessa é aquele que venha trazer, de fato, maior bem-estar para o povo de cada país.

Honrado individualmente com o convite da Ação Democrática para comparecer àquela reunião de dirigentes políticos da Europa e da América, a minha presença naquele encontro teve, sem dúvida, um caráter *sui generis*.

É que não fui representando nenhum governo, nem grupo de compatriotas, nem sequer o Partido Opositorista de que sou membro. Compareci, sim, na mesma qualidade da do próprio convite formulado, isto é, em caráter estritamente pessoal.

Tive oportunidade de, em declaração feita naquele encontro, esclarecer que, como um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, havia me incorporado, no Brasil, àqueles que, malgrado todas as dificuldades por que o Brasil passa, lutam legalmente pela consecução das atuais metas da Oposição, expressas no programa partidário devidamente registrado em nossa Justiça Eleitoral.

Fiz ver, entretanto, que a encurzilhada em que vive a Nação, desafia todos a perquirir sempre, e cada vez mais, sobre o maior número de alternativas possíveis, dentro da legalidade democrática, para levar o País a melhores dias.

Daí por que atendi, com satisfação, ao convite feito, e fui ao chamado "Encontro de Caracas", atribuindo-me, sobretudo, uma

posição de observador, sem desejar mesmo interferir nos debates travados pelas várias correntes de pensamentos ali representados.

Fui, sobretudo, colher subsídios, ouvir e testemunhar expressões do pensamento político-mundial, porque continuo fiel àquela tese que aqui tenho sustentado: que é necessário se estabelecer o mais amplo debate em torno de idéias políticas; é necessário, nessa bruma política em que nos encontramos estabelecer debates de toda a ordem, debates entre iguais e, até mesmo, debates entre contrários, para que possamos, desta maneira, nos aproximar das definições que um dia terão que ser feitas.

Acredito que estas definições não poderão fugir àquilo que tem norteado sempre a minha vida, e que diz respeito à liberdade coexistindo com o desenvolvimento, o desenvolvimento implicando em justiça social, tudo isto sendo acalentado pelo espírito de solidariedade humana.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, julguei de meu dever trazer a esta Casa o meu depoimento sobre o que vi e sobre o que ouvi na Venezuela, sobretudo o que ouvi de personalidades de outros países, para mostrar que não é pacífica a marcha para o totalitarismo. Se muitos países estão sucumbindo aos regimes autoritários, há países e há homens dos mais diferentes lugares que continuam acreditando nos ideais da liberdade.

Trouxe, portanto, do Encontro de Caracas, um vasto e profundo manancial de opiniões e de teses expostas naquela reunião embora possa, inclusive, discordar de algumas delas e julgá-las passíveis de reparos. Mas, na verdade, umas e outras, a merecerem análise, estudo, meditação, sobretudo na busca dos caminhos definitivos, democráticos e pacíficos, que os brasileiros saberão, por certo, encontrar com seus próprios esforços.

Nesta oportunidade em que trago ao Senado o meu depoimento, gostaria de dizer que os princípios de Liberdade, de Justiça Social e de Solidariedade, que tão bem foram enaltecidos naquela assembléia, parecem sobrepor-se às diferenciações filosóficas e de estratégia política que, por vezes, ali se evidenciaram.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que no Brasil a grande maioria do seu povo é também fiel a ele e sobretudo continuará a sê-lo, independentemente dos rumos que venham a ser tomados aqui, face a evolução do atual processo político brasileiro. Por isso mesmo é que julgo que todos nós devemos nos bater por aqueles mesmos princípios, através dos quais creio que encontraremos o verdadeiro futuro que desejamos para o Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, como Líder.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No rigoroso cumprimento de nossa função fiscalizadora e na defesa do interesse da população de nossos Municípios, estamos encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente:

Em face do que dispõe o art. 42, item VI, da Constituição Federal, que estabeleceu como competência privativa do Senado Federal “fixar por proposta do Presidente da República, mediante Resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios”; e, tendo em vista resguardar o conceito de crédito público, temos a honra de solicitar a Vossa Excelência a remessa da documentação, em anexo, aos organismos abaixo relacionados, pelos motivos a seguir expostos:

1. A Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) foi autorizada pelo Senado Federal a contratar empréstimos no valor de Cr\$ 228.560.830,00 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e trinta cruzeiros), com base

solicitação do Poder Executivo, através da Mensagem nº 55, de 1976.

2. A matéria foi analisada pelo Conselho Monetário Nacional que se pronunciou, sob o aspecto financeiro, favoravelmente apenas à contratação de Cr\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de cruzeiros), visto que a poupança líquida daquele município seria insuficiente para arcar com maiores compromissos, muito embora tenha encaminhado ao Senado Federal a totalidade do pedido.

3. Durante a discussão do Projeto de Resolução que autorizou os referidos empréstimos, foi mostrado que o próprio Conselho Monetário Nacional havia declarado que a poupança líquida de Jundiá situava-se em torno de Cr\$ 24.151.600,00, e o dispêndio anual para saldar as operações pretendidas junto ao Banco do Brasil S.A. (F.D.U.) — Cr\$ 17.000.000,00 — e junto a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. — Cr\$ 70.000.000,00, alcançava a cifra de Cr\$ 32.831.000,00. E que, com a aprovação de mais Cr\$ 141.000.000,00 para obra de recuperação e saneamento dos rios Guapeva e Jundiá, a situação das suas finanças ficaria altamente comprometida.

4. Pelos dados constantes do processo, (Doc. 1) Conselho Monetário Nacional, a dívida interna da mesma Prefeitura, já contratada é da ordem de Cr\$ 196.000.000,00, o que eleva para o montante de Cr\$ 424.000.000,00 a dívida global do Município; a esse montante corresponde encargos, apenas de correção monetária e juros, superiores a Cr\$ 150.000.000,00 por ano; sendo que a arrecadação efetiva da mesma Prefeitura, no último ano, foi da ordem de Cr\$ 110.000.000,00. (Documento nº 1.)

5. Após a autorização do Senado, chegaram ao nosso conhecimento as seguintes informações, que passamos a mencionar:

a) as contas da Prefeitura de Jundiá (Processo TC-3449-4), relativas ao exercício de 1974, não foram até hoje aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em virtude de falhas e irregularidades apontadas pelos órgãos técnicos daquela Corte;

b) a Comissão Executiva da ARENA, Aliança Renovadora Nacional, de Jundiá apresentou denúncia formal ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apontando graves irregularidades na contratação de obras, serviços e empréstimos pelo Prefeito de Jundiá, que como consequência — diz o documento — promoveu um sufocante aumento dos impostos predial e territorial urbanos — atingindo em casos não raros para mais de 3.000% — dando, dessarte, largas a uma reação popular que vem recrudescendo a cada dia, com a entrada, na Justiça, de sucessivas levas de mandados de segurança que, sistematicamente, vêm encontrando agasalho nas quatro Varas da Comarca” (Doc. 2, de iniciativa da Comissão Executiva da ARENA de Jundiá);

c) ofício do Chefe do Gabinete do Secretário dos Serviços e Obras Públicas, do Estado de São Paulo, datado de 16 de outubro de 1975, informando “que através dos contatos mantidos com o Sr. Prefeito Municipal de Jundiá, o mesmo informou, verbalmente, não haver necessidade de tais obras no momento” (Doc. 3). Tratava-se de uma Indicação feita na Assembléia Legislativa para a celebração de um convênio entre o DAEE, Departamento Estadual de Águas e Esgotos, e a Prefeitura Municipal de Jundiá, objetivando exatamente a canalização dos rios Jundiá e Guapeva (Doc. 3), que são objetos do empréstimo;

d) no jornal **O Estado de S. Paulo**, na edição do dia 3 de junho do corrente, isto é, ontem, está estampada a notícia de que “Jundiá quer mais 70 milhões, podendo provocar nova polêmica no Senado Federal”. Informa ainda **A Notícia**, que

o Conselho Monetário Nacional já aprovou este novo pedido e tão logo o Banco Central se pronuncie a respeito será enviado à esta Câmara Alta (Doc. 4).

Assim sendo, Sr. Presidente, julgamos conveniente que os organismos responsáveis, especialmente os agentes financeiros, sejam alertados para os fatos apontados, a fim de que se resguarde o interesse público.

Nestas condições, solicitamos a V. Ex^a enviar ao Conselho Monetário Nacional, ao Banco Central do Brasil, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas da União a documentação anexa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Senador Franco Montoro.**¹

Este, o requerimento que estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente.

Como dissemos, o objetivo dessa medida é não apenas dar cumprimento à função fiscalizadora que a Constituição atribui expressamente ao Senado mas, principalmente, atender ao interesse da população da cidade, porque quem paga os empréstimos oficiais é sempre o povo, e a empréstimos excessivos corresponde, também, uma excessiva elevação nos tributos que a população deve pagar.

No movimento contra a elevação do custo de vida não pode faltar a providência vigilante que o Senado deve tomar na defesa do interesse público.

Eram as considerações que queria fazer, encaminhando à Mesa o requerimento que acaba de ser lido. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:

Prefeitura Municipal de Jundiá (SP). Pedido de autorização para elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo Artigo 2º da resolução nº 62/75, do Senado Federal, a fim de que possa realizar operações de crédito junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. (na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação), à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. e ao Banco do Brasil S.A. (Fundo de Desenvolvimento Urbano).

Senhores Conselheiros:

Solicita a Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) autorização para contrair os seguintes empréstimos:

I — Junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A., na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH):

A — Valor: Cr\$ 141.560.830,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 6 meses,

2 — de amortização: 18 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 8% a.a.;

2 — correção monetária idêntica à das ORTN;

D — Prestação mensal inicial: Cr\$ 655.374,21;

E — Garantias: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Fundo de Participação dos Estados e Municípios;

F — Destinação dos recursos: Conclusão da recuperação do fundo do vale por onde corre o Rio Guapeva (2ª etapa) e o Rio Jundiá (1ª etapa).

II — Junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A.:

A — Valor: Cr\$ 70.000.000,00;

B — Prazos:

1 — de interligação: 9 meses;

2 — de amortização: 3 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 10% a.a. pela aplicação da Tabela Price;

2 — correção monetária idêntica à das ORTN;

D — Prestação mensal inicial: Cr\$ 1.944.444,44;

E — Garantia: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias;

F — Destinação dos recursos: Financiamento dos serviços de pavimentação asfáltica a serem executados em vias públicas daquela cidade;

III — Junto ao Banco do Brasil S.A. (Fundo de Desenvolvimento Urbano):

A — Valor: Cr\$ 17.000.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 15 meses,

2 — de amortização: 105 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 10% a.a.,

2 — correção monetária idêntica à das ORTN,

3 — taxa de administração de 1% sobre o valor de cada desembolso e dele deduzida;

D — Garantias: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Fundo de Participação dos Estados e Municípios;

F — Destinação dos recursos: Complementação das obras do sistema viário daquele Município.

2. Segundo os registros da Gerência da Dívida Pública do Banco Central do Brasil, a situação da dívida consolidada interna da Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Cr\$ mil

Natureza	Posição em	Posição em	Operações já	Operações	Situação posterior
	31-12-75 (A)	4-3-76 (B)*	contratadas: integralizações a realizar (C)**	pretendidas (D)***	às contratações pretendidas E = B+C+D
1 — Por títulos	—	—	—	—	—
2 — Por contratos	159.795,2	182.647,2	13.462,0	228.560,8	424.670,0
3 — Total (1 + 2)	159.795,2	182.647,2	13.462,0	228.560,8	424.670,0

* Inclui integralizações — de operações já contratadas — ocorridas no exercício, no valor de Cr\$ 22.852,00 mil.

** Integralizações previstas ainda para o exercício de 1976.

*** Cr\$ 141.560,80 mil junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. (BNH), Cr\$ 70.000,00 mil junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. e Cr\$ 17.000,00 mil junto ao Banco do Brasil S.A. (FDU).

3. Para que possam ser realizadas as operações sob exame, haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal, uma vez que a atual dívida consolidada interna do referido Município extrapola os parâmetros que lhe foram fixados pelos itens I e II, do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, daquela Casa do Congresso conforme a seguir se verifica:

	Cr\$ mil	
Dívida consolidada interna	Parâmetros fixados pela Resolução nº 62/75*	Posição atual
I — Montante	117.149,0	196.109,2 (A)
II — Crescimento anual	33.471,1	36.314,0 (B)
III — Dispendio anual	29.268,6	27.581,7

(*) Receita total arrecadada em 1975 reajustada em 30% conforme decisão deste Conselho em reunião de 16-2-76.

(A) = Cr\$ 182.647,2 mil (posição em 4-3-76) + Cr\$ 13.462,0 mil (integralizações a serem realizadas).

(B) = Cr\$ 22.852,0 mil (integralizações realizadas, no presente exercício, até 4-3-76) + Cr\$ 13.462,0 mil (integralizações a serem realizadas, ainda no referido exercício, após 4-3-76).

4. A propósito, a Lei Orçamentária da Prefeitura Municipal de Jundiá (SP), para o ano em curso, apresenta a seguinte composição:

	Cr\$ mil
a) receita total	344.628,0
b) operações de crédito	181.300,0
c) receita líquida (a - b)	163.328,0
d) despesas de custeio	85.028,0
e) despesas relativas às transferências correntes menos previsão de juros	22.620,0
f) parte da receita, relativa às transferências de capital, que deverá ser aplicada em investimentos obrigatórios	3.388,4
g) despesas certas e inadiáveis (d + e + f)	111.036,4
h) margem de poupança (c - g)	52.291,6

5. Como se pode verificar, a margem de poupança do Município de Jundiá situa-se em torno de Cr\$ 52.291,6 mil, dos quais cerca de Cr\$ 28.140,0 mil se destinam a atender a juros e resgates de operações já contratadas, restando, destarte, Cr\$ 24.151,6 mil para novas contratações.

6. Assim, sob o aspecto financeiro, considero que somente seriam viáveis as operações pretendidas junto ao Banco do Brasil S.A. (FDU) — Cr\$ 17.000,0 mil — e junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. — Cr\$ 70.000,0 mil — cujo dispendio anual (Cr\$ 32.831,0 mil), embora superior à disponibilidade citada no parágrafo anterior, não deverá acarretar maiores pressões ao Tesouro Municipal, tendo em vista a natureza reprodutiva do financiamento destinado aos serviços de pavimentação asfáltica, ou seja, deverá retornar aos cofres públicos grande parte do capital investido, através da tributação aos seus respectivos beneficiários.

7. Entretanto, em face do que preceitua o artigo 3º da Resolução nº 62/75, a seguir transcrito:

“Os Estados e Municípios poderão pleitear que os limites fixados no artigo 2º desta Resolução sejam temporariamente elevados, a fim de realizarem operações de crédito especificamente vinculadas a empreendimentos financeiramente viáveis e compatíveis com os objetivos e planos nacionais de desenvolvimento, ou ainda, em casos de excepcional necessidade e urgência, apresentada, em qualquer hipótese, cabal e minuciosa fundamentação.”

E considerando que os recursos a serem obtidos através da operação de crédito a ser firmada junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A. (na qualidade de Agente Financeiro do Banco Nacional da Habitação), no valor de Cr\$ 141.560,8 mil, serão aplicados na recuperação do fundo do vale por onde correm os Rios Guapeva e Jundiá — o que, segundo titular do referido Município, virá a diminuir, em muito, o índice de mortalidade infantil que, atual-

mente, se apresenta bastante elevado naquela localidade — entendo que o referido pedido, em face da sua excepcionalidade e urgência, poderia ser encaminhado ao Senado Federal.

8. Nessas condições, e em face do que preceitua o parágrafo único do artigo 3º da aludida Resolução nº 62/75, submeto o assunto a V. Ex^{ts}, com meu voto favorável ao encaminhamento dos três empréstimos ora pleiteados à Presidência da República e, posteriormente, ao Senado Federal, se de acordo o Chefe do Poder Executivo.

(Voto do Conselheiro Paulo H. Pereira Lira, em 1º-4-76.)

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

COMISSÃO EXECUTIVA

Secção de Jundiá

Excelentíssimo Senhor Doutor

Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

A Comissão Executiva da Aliança Renovadora Nacional — Secção de Jundiá — pede **venta** com o fim de, respeitosamente, remeter a esse egrégio Tribunal de Contas, para o julgamento que proventura possam merecer, os documentos anexos, constantes de:

1 — Lei Municipal nº 2.028/73, dispondo sobre autorização para que a Prefeitura desta cidade possa negociar um empréstimo no valor de Cr\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de cruzeiros).

2 — Cópia do contrato firmado entre a p.m. e a “Construtora Andrade Gutierrez S/A”, para execução do Plano Viário de Jundiá.

3 — Relatório elaborado por uma comissão técnica concernente à Concorrência Pública 66/73, com considerações em torno do citado Plano Viário.

4 — Relatório pertinente a um contrato firmado com “G. Sampaio — Assessoria de Negócios S/C Ltda.”, para elaboração de Plano Econômico.

Senhor Presidente:

Esta C.E. não saberia como justificar este seu gesto sem atentar a hipótese de tolerância de V. Ex^{ts}, ao oferecer as informações que se seguem:

Em maio pf., o Sr. Prefeito Municipal deste Município promoveu um sufocante aumento dos Impostos Predial e Territorial Urbanos — atingindo em casos não raros para mais de 3.000% — dando, dessarte, largas a uma reação popular que vem recrudescendo a cada dia, com a entrada, na Justiça, de sucessivas levas de mandados de segurança, que sistematicamente vem encontrando agasalho nas quatro varas da comarca.

Com a prodigalidade imaginativa que o caracteriza, o povo começou a vociferar pela rua em torno da legitimidade e dos reais propósitos relativos a um contrato avençado com “G. Sampaio — Assessoria de Negócios S/C Ltda.”, no sentido de se dar nova sistemática ao Plano Piloto Municipal e, muito particularmente, à Concorrência nº 66/73, dispondo sobre execução de obras públicas.

O Sr. Prefeito, que consignou no orçamento do presente exercício, uma dotação de Cr\$ 198.000.000,00, sustentado no pressuposto de que realizaria esse numerário a via de um empréstimo, não logrou, até o presente, sucesso nas suas andanças junto aos estabelecimentos de crédito nacionais e estrangeiros.

Não obstante, o Sr. Prefeito sacou contra o futuro, contratando os serviços da “Andrade Gutierrez” pela vultosa quantia de Cr\$ 178.000.000,00, estribado na verba 606-41-13.94 e 606.41.12.94, no valor de Cr\$ 144.175.000,00.

A lisura desse contrato começou a ser posta em dúvida de maneira generalizada e incômoda para a ARENA sobre quem pairam as responsabilidades de haver elegido o Sr. Prefeito.

Foi então que o Diretório, reunido, incumbiu um de seus membros, o Sr. Virgílio Torricelli, economista e administrador de empresa, para estudar e emitir parecer atinente ao assunto em apreço.

Aquele assessor, aos 30 de maio pf. trouxe a público o resultado de suas pesquisas em virtude do que propôs a instituição de uma comissão formada por três Engenheiros, um Advogado e um Economista, para examinar a Concorrência nº 66/73, e declarando a contratação da firma "G. Sampaio — Assessoria de Negócios S. Ltda." excessivamente onerosa e nada significativa aos interesses municipais.

Quanto à Lei nº 2.028, S.M.J. se apresenta eivada de dispositivos-elásticos e perigosos como se infere dos artigos 2 e 3, motivo que também suscitou intranquilidade na indústria, no comércio e demais setores da vida municipal.

Era o que tínhamos a dizer, como partido político fiel às diretrizes do Governo, na certeza do dever cumprido.

Neste ensejo, apresentamos a V. Ex^a os protestos da nossa distinta admiração e respeito.

C.E. do Diretório da ARENA em Jundiá. —
Jundiá, 15 de setembro de 1974.

São Paulo, 1º de abril de 1975

R. G. nº 09/75-AL
Of. 469

A Sua Excelência o Senhor Doutor Paulo Egydio Martins
Digníssimo Governador do Estado de São Paulo
CAPITAL — SP

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os devidos fins, os inclusos avulsos da Indicação nº 4, de 1975, apresentada a esta Assembléia Legislativa, em sessão de 1º do corrente, pelo nobre Deputado Jayro Maltoni.

Reitero a V. Ex^a os protestos de minha alta consideração. —
Deputado **Leonel Júlio**, Presidente.

São Paulo, 19 de fevereiro de 1976.

CC—ATL nº 601/76

A Sua Excelência o Senhor Deputado Joaquim Carlos Del Bosco
Amaral, 1º-Secretário da egrégia Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

Senhor 1º-Secretário:

De ordem do Excelentíssimo Senhor Governador, tenho a honra de encaminhar a essa ilustre Assembléia, por intermédio de Vossa Excelência, cópia das informações prestadas pela Secretaria de Obras e do Meio Ambiente a respeito da matéria objeto da Indicação nº 4, de 1975, de iniciativa do nobre Deputado Jayro Maltoni.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. — **Luís Arrobas Martins**, Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil.

SECRETARIA DOS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS GABINETE DO SECRETÁRIO

Prot. DA — 1027/75 — Proc. 181/75 ATL

Interessado — Assembléia Legislativa do Estado
Assuntos — Indicação nº 4/75, do Deputado Jayro Maltoni, solicitando a celebração de convênio entre o DAEE e a Prefeitura Municipal de Jundiá, objetivando a canalização dos rios Jundiá e Guapeva.

Com referência ao assunto, o DAEE informa que foram procedidas vistorias no local e mantidos contatos com o Senhor Prefeito Municipal de Jundiá.

Informa ainda, que através dos contatos mantidos com o Senhor Prefeito Municipal de Jundiá, o mesmo informou verbalmente, não haver necessidade de tais obras, no momento.

Concluindo, esclarece que o Senhor Prefeito do referido Município, prometeu manter, oportunamente, novos contatos com aquela Autarquia, com vistas a um melhor equacionamento e solução dos problemas apresentados pelos referidos cursos d'água.

Assim, este SERIL pretende devolver à ATL o seu Proc. nº 181/75. — Eng^o A.A.S. Tássinari, Chefe do SERIL.

Ciente.

Encaminhe-se à A.T.L.

São Paulo, 16 de outubro de 1975. — **João Menna Barreto**,
Chefe do Gabinete.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

INDICAÇÃO Nº 4, DE 1975

Indico, obedecidas as formalidades regimentais, seja oficiado ao Exm^o Sr. Governador do Estado, solicitando providências de Sua Excelência no sentido de que o DAEE, dentro da maior urgência possível, estabeleça convênio com a Prefeitura Municipal de Jundiá, para canalização dos rios Jundiá e Guapeva, bem assim convênio entre o órgão Estadual e aquela Municipalidade, para construção dos emissários de esgoto, visto que os citados rios constituem, hoje, sérios riscos para as populações de Jundiá, Itupeva e outras de municípios vizinhos.

Justificação

A falta de canalização dos rios Jundiá e Guapeva vem constituindo em sérios riscos para a saúde e a vida dos habitantes de Jundiá, Itupeva e de outros municípios circunvizinhos.

O elevado índice de poluição dos referidos rios está a recomendar urgentes providências das nossas autoridades administrativas e sanitárias.

O Município de Jundiá, às expensas próprias, não possui recursos financeiros para uma providência de tal natureza, sem sacrifício de outras importantes áreas, como as de educação, saúde, conservação de vias públicas e estradas, além de outras relativas à urbanização.

Assim, é mister que o Estado vá em socorro daquele Município, solucionando tão importante problema, firmando, para tanto, convênio com a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões em 1º de abril de 1975. — **Jayro Maltoni**.

JUNDIAÍ QUER MAIS 70 MILHÕES

A Prefeitura de Jundiá poderá provocar outra polêmica no Senado, desta vez em torno de um pedido de financiamento de 70 milhões de cruzeiros para seu programa de saneamento. O Conselho Monetário Nacional já aprovou o crédito, e tão logo o Banco Central se pronuncie a respeito o processo será julgado no Senado, que recentemente, após longas e intensas discussões, autorizou um financiamento de 228,5 milhões de cruzeiros para a mesma Prefeitura.

O programa de saneamento, elaborado pelos técnicos do Departamento de Águas e Esgotos de Jundiá, inclui a conclusão das obras já previstas no plano de águas e esgotos da cidade e a construção de uma estação de tratamento de esgotos nas margens do rio Jundiá, com o objetivo de recuperá-lo para uso industrial. Atualmente este rio é considerado um dos maiores focos de poluição no País. Se o financiamento for aprovado, o DAEE local pretende elevar a capacidade de abastecimento de água à população para um índice de 95 por cento, fornecendo redes de água e esgotos para todos os bairros.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fomos surpreendidos, pela manhã, com o noticiário jornalístico que trazia uma notícia, para nós, pessoalmente, acre-doce. Doce porque confirmava as nossas teses a respeito da Amazônia, e acre porque aventa um modelo de desenvolvimento da Amazônia, ainda na base da simples e modesta divisão territorial.

Passo a ler a entrefala concedida pelo ilustre economista Delille Guerra de Macedo, atual Chefe da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios, SAREM, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Para Delille, ex-Secretário de Planejamento do Amazonas, um Estado com 1.600.000 quilômetros quadrados, e com um milhão de habitantes é quase ingovernável.

Conhecemos o economista — trata-se de um homem inteligente, inegavelmente respaldado por uma sedimentação cultural muito boa, e muito me admira que ele parta, agora, para esse projeto, com esta idéia ou com este modelo de divisão territorial do Estado do Amazonas, para com isso provocar uma detonação econômica, um desenvolvimentismo no Estado do Amazonas. Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós já esgotamos essa experiência. O Brasil já dividiu os seus Estados, outrora Mato Grosso com Ponta Porã, já dividiu com o Amapá, já dividiu com o Território de Rondônia, o Território de Roraima, que se arrasta há mais de 30 anos e ainda não conseguiu eclodir para o desenvolvimento.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador, é com prazer que o ouço.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a está falando sobre um assunto que interessa, igualmente, ao Estado de Sergipe. V. Ex^a é o maior e eu sou o menor, V. Ex^a é do Amazonas e eu sou do Sergipe. De vez em quando os puristas das latitudes invocam a tese da redistribuição territorial brasileira, que ninguém, de sã consciência, acha perfeito; entretanto, eu prefiro ficar com Eclesiastes: "Há tempo para tudo; há tempo de nascer, há tempo de morrer", e há tempo de colher. Remanejar, a essa altura, o território brasileiro em novas divisões é, exatamente, a mesma coisa que remanejar alicerces de um prédio pronto. É uma solução simplista das muitas soluções simplistas que têm sido apresentadas neste País para resolver os nossos problemas, não faz justiça à inteligência, nem à criatividade dos técnicos brasileiros. Muito obrigado, Senador.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Gilvan Rocha, agradeço a contribuição de V. Ex^a, porque corrobora mesmo o meu ponto de vista. O ensinamento é primário. Nós já fizemos várias experiências no Brasil, no sentido de dividi-lo e redividi-lo. Não é isso que vai resolver o problema do desenvolvimento, não é isso que vai detonar o petardo do desenvolvimento, em absoluto. O que detonará esse desenvolvimento será uma obediência àquelas vocações. Suponhamos, no caso atual da Amazônia, o enfoque que o Governo Federal atualmente está dando, quando, através do Projeto RADAM, ascoltando a região através da pesquisa, começou a delinear áreas de explosão econômica que passou a chamar de POLAMAZÔNIA, e pretendendo em cada pólo desses concentrar recursos para o desenvolvimento. Certo, correto, exato, perfeitamente. Mas não é a simples divisão territorial. O critério certo é este: descobrir vocações desenvolvimentistas e acelerá-las, desenvolvê-las e impulsioná-las mas não simplesmente dividir administrativamente, por coordenadas, por meridianos e paralelos, que não vai resolver nada. Isso já se fez. O Acre, até hoje, também se arrasta, apesar de ser Estado; Rondônia, se não fosse a cassiterita, não teria condições hoje de almejar ser Estado; talvez tenha mais condições de ser Estado do

que o próprio Estado do Acre. Roraima, lá em cima, também se arrasta; o Amapá, se não fosse a Serra do Navio, nada existiria lá.

Então, convenhamos que o modelo é primário, é pueril, é infantil não tem mais cabimento. Mas, quero analisar com maiores pormenores a entrefala. Diz o ilustre economista Delille Guerra Macedo:

"Quem quer que pense colonizar a Amazônia deve ter em mente um princípio fundamental: o aproveitamento dos seus rios, que levam ao mais intrincado interior e que são as vias naturais e mais fáceis de transporte da região". A tese é de Delille Guerra Macedo, chefe da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM), ao ressuscitar ontem nesta Capital o tema da redivisão territorial do Estado do Amazonas, para ele, um passo decisivo para a execução da filosofia de integração nacional proposta pelo atual governo."

Ora, Srs. Senadores, isto me anima. Não que eu pretenda ser o autor único e absoluto da tese **Vocação Hidrográfica da Amazônia**, aventada por mim há uns três ou quatro anos, quando já me pronunciava na minha Terra e fiz dela bandeira para a minha candidatura ao Senado Federal pelo meu Partido; e aqui chegando passei a adotá-la, **prima facie**, como o ponto mais significativo do recado amazônico, justamente o aproveitamento e o atendimento desta vocação hidrográfica. Não importa que o Sr. Delille seja agora o autor, o que importa é que ele e eu, os dois juntos, e toda esta nação, cheguemos à compreensão de que a Amazônia, para a explosão do seu desenvolvimento, tem que obedecer esta vocação hidrográfica, tem que atender a este chamamento telúrico que é o parâmetro água, a baliza água. Tudo em função da água; tudo tem que ser feito em função da água; antes de mais nada, de qualquer planejamento, de qualquer esboço, de qualquer modelo, vamos ver o que diz a água, como a água atende, como a água condicionará o novo modelo.

"O ex-secretário do Planejamento do Amazonas entende que um Estado com 1,6 milhões de quilômetros quadrados e com 1 milhão de habitantes, é quase ingovernável, uma vez que 95 por cento da renda do Estado provém de uma região de apenas 350 mil quilômetros quadrados.

Para Delille — tido na área econômica como um dos maiores conhecedores dos problemas da Amazônica — a integração da região seria melhor conseguida se, por exemplo, fossem criados novos territórios federais, pelo menos um pouco mais de meia dúzia. Explica que num total de 44 municípios amazonenses, há entre eles municípios superiores à área dos Estados de Pernambuco e Alagoas juntos, contando somente com 10 mil habitantes.

Cada um desses novos territórios passaria a contar com administração e recursos próprios, eliminando-se dois problemas cruciais à atual administração que na verdade, administra somente um quinto da área estadual onde se concentram a quase totalidade da população. Os problemas das áreas mais longínquas passariam a ser vistos com maior atenção, e, o que é mais importante, acompanhados mais de perto.

Embora com um orçamento equilibrado, sem muitas dívidas, o Estado tem visível carência de recursos. Assim, quando se pretendeu construir a estrada Manaus—Porto Velho o orçamento do Estado era de 175 milhões de cruzeiros, chegando a 1970 com 600 milhões, enquanto o custo da estrada era de 1,5 bilhão de cruzeiros.

Para Delille, a ocupação econômica da Amazônia tem de partir dos seus rios e bacias, com 20 mil quilômetros de vias."

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Gostaria de acrescentar ao discurso de V. Ex^a o seguinte: o Dr. Delille Guerra de Macedo é um dos melhores valores da nova geração brasileira. Ele dirige um órgão importantíssimo na área do Planejamento, que é o SAREM, e uma das atribuições, aliás a maior atribuição desse órgão é criar, em termos de planejamento, condições para a interiorização dos recursos Federais, isto é, para o Estados e municípios, que antes estavam num regime de pulverização. Hoje há um comando de planejamento, os Estados e municípios solicitam obras de melhoramentos, solicitam recursos, o SAREM é ouvido, e opina. Ele adota uma tese de redivisão territorial do Brasil que é uma tese respeitável. Há necessidade de se colocar no tabuleiro do debate nacional as grandes teses. V. Ex^a, por exemplo, ontem defendeu o modelo econômico social para a Amazônia. Eu, aqui, disse que, embora discordando da sugestão de V. Ex^a, era mais uma opção para a solução dos ergastulantes e desafiantes problemas da sua região. Devo dizer a V. Ex^a que o problema da redivisão territorial do Brasil é matéria de consenso geral, e é difícil encontrar uma pessoa, na posição de V. Ex^a, contra essa redivisão. O exemplo internacional nos oferece isso, como os Estados Unidos, país de portentoso desenvolvimento, que fez na madrugada de seus destinos uma redivisão, inclusive, obedecendo as regras da geometria visando, sobretudo, ao equitativo e achando que a presença de uma unidade administrativa numa área menor está ligada intimamente à idéia de desenvolvimento. Dir-se-á: mas não se pode aplicar o modelo americano sobre o Brasil. Isto, também, é uma tese de discutir, porque há idéias comuns a vários países, há idéias que não têm pátria, terminaram sendo um patrimônio da humanidade em termos de orientação para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades. O Professor Delille — como V. Ex^a acaba de ler — num resumo das suas idéias, opina com muita propriedade. Eu, apesar de leigo — mas pelo assessoramento de discursos que se fazem e de conferências que se pronunciam — tenho a impressão que a redivisão da Amazônia seria benéfica, como hoje caminhamos para a redivisão de Mato Grosso, que é menor. Então, temos áreas e solidão econômica imensas na Amazônia. Não acredito que uma unidade administrativa — só o Governo de um Estado — possa prestar jurisdição a toda esta imensa região. Por outro lado, a questão da vocação hidrográfica não é só da Amazônia; a vocação hidrográfica é do Brasil, temos o Rio Amazonas, o Rio São Francisco, o Rio Doce: nós temos, segundo a opinião dos técnicos, 50 mil quilômetros de rios com condições de se tornarem navegáveis, são as estradas que andam. Então, faríamos o equilíbrio do litoral com o interior através dos rios; esta é uma tese nacional. Logo, a finalidade do meu aparte é para dizer o seguinte: assim como V. Ex^a ofereceu uma opção para o seu Estado, ontem aqui, o Professor Delille Guerra de Macedo está oferecendo uma outra opção. E que venham outras alternativas, qualquer que seja a sugestão, ela deve ser examinada para se alcançar, então, o desate favorável ao melhor interesse nacional.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Inicialmente, responderei ao Senador Eurico Rezende, dizendo-lhe que a sua contribuição enriquece o meu discurso, e me dá oportunidade de reafirmar que sou amigo pessoal do Economista Delille Guerra Macedo, e o que me está surpreendendo é justamente o fato da sua lucidez, da sua inteligência brilhante, da sua cultura e ele aventar um modelo — que sabemos — superado, porque a solidão econômica, nobre Senador, não pode ser desanuviada pela simples divisão territorial ou simples traçado geométrico — o que aconteceu nos Estados Unidos, esse traçado ocorreu depois da explosão, depois do desenvolvimento, depois da explosão econômica de todas aquelas áreas. Assim, foi possível uma divisão territorial naqueles termos. No Brasil preci-

samos primeiro desencadear esse desenvolvimento e é por isto que a centralização — neste ponto concordo com a centralização e acho que essa secretaria para os municípios — na Secretaria de Planejamento da Presidência da República tem muita razão de ser para que, justamente, não houvesse essa pulverização, porque a criação de territórios ou de Estados, numa área vazia, numa área de solidão econômica, iria trazer um ônus muito grande para a Nação, para a instalação dos órgãos administrativos, das prefeituras, da construção da própria sede. A estrutura a ser construída oneraria um orçamento como o nosso, que já é precário. E aqui cabe lembrar uma expressão comezinha do nobre Senador Virgílio Távora, quando diz: "A mesa é grande mas a toalha é pequena." Quer dizer, a toalha do nosso orçamento é pequena para a mesa grande das nossas necessidades. O que precisávamos fazer era, se possível, o sonho do nosso General Rodrigo Otávio, que era o que ele chamava o ministério da Amazônia. Vamos dar outro nome; o que importa o nome? Ministério, SUDAM, secretaria, ou superintendência. Temos a SUDAM. O que é preciso é haver uma filosofia econômica, uma orientação, um comando ideológico-econômico para a área, e tudo ser feito obediente àquele comando. Fazer uma centralização para nortear, porque, embora seja uma colcha de retalho a Amazônia, como é o Brasil, como aqui sabemos, que comporta inúmeros nichos econômicos, inúmeras microrregiões, há um ilapso geral que liga a Amazônia: a vocação hidrográfica.

Ora, não importa dividir. O que adianta criar o Estado ou o Território do Solimões, o Estado ou Território de Tefé? Vai-se onerar a União com a instalação desses territórios e não vai explodir coisa alguma. O que precisamos é encontrar o mebrão, o estopim do desenvolvimento para a área e acendê-lo.

Ontem, aventei um modelo para superarmos o fenômeno da enchente; não foi bem um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, mas um modelo setorial. No momento, o que preconizo, o que avento para a explosão esse desenvolvimento na Amazônia é o preço sedutor para a borracha. Porque a borracha, ao ter atingido um valor estratégico, a ponto de nos obrigar, este ano, a importar aproximadamente 60 mil toneladas da Malásia, e ficarmos à mercê de um cartel no Sudeste da Ásia, com isso, sufocando o escoamento das nossas riquezas, que se faz geralmente por meios rodoviários, acho que a borracha, como um bem natural, seria um estopim para o desenvolvimento, com um preço sedutor, que atrairia para o âmago da selva essa população marginalizada, que pulula na periferia das metrópoles, acirrando os problemas urbanísticos e sociais. Portanto, o Governo não aliciaria, não incentivaria correntes migratórias, não faria triagem, nem transportaria. Seria o parente chamando o parente; o aderente chamando o aderente, como aconteceu no célebrimo Westward da Califórnia, nos Estados Unidos, em que as correntes se largavam do Leste para o Oeste à procura de ouro e à procura de prata ou de riqueza fácil.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Vou conceder o aparte ao nobre Senador Adalberto Sena e, logo em seguida, darei a V. Ex^a

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Uma vez que o nobre Senador Eurico Rezende fala em opção, também farei uma, e em torno dela basear-me neste paralelo que S. Ex^a estabeleceu entre o que existe, no sentido em que evoluiu a economia nos Estados Unidos e a situação do Brasil, em face desse problema que V. Ex^a discute. Se este nobre técnico do Ministério do Planejamento acha que o Estado do Amazonas, com uma superfície de 1 milhão e 600 mil — se não me engano — com uma população mais ou menos, na densidade de um e pouco...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — É um milhão de habitantes.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — ... é ingovernável, então, por que S. Ex^a, em vez de propor a criação desses territórios, não propõe a divisão do Amazonas em outros estados? Exatamente isso o que se fez nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos essa entidade território sempre foi considerada expúria. O Alasca foi exceção, porque estava lá distante, mas chegou, finalmente, à situação em que está. Quando se criou o Estado do Acre, recordo-me que houve verdadeiro problema jurídico em torno disso, em face da Constituição de 1891, porque era considerada uma excrescência constitucional o Estado do Acre com a criação de um Estado. Depois veio a Revolução de 1930; criaram-se novos territórios e a situação amainou um pouco. Mas, desejo dizer o seguinte: sou formalmente contrário a essa idéia de estar dividindo a Amazônia em territórios, porque o problema não é só econômico, mas também político. Podemos manter, tanto quanto possível, o princípio federativo no Brasil. E nesses modelos de divisão do Brasil, que preconizam a divisão da Amazônia e de outros Estados em territórios, estou vendo neles uma investida daqueles que são contra a federação brasileira, pugnando pelo modelo unitário. E, além de tudo, o problema é, como disse V. Ex^a, econômico, também. Se o Governo está realmente interessado em canalizar verbas para aquelas regiões, através de territórios, e se ele acha que só pode canalizar essas verbas entregando as administrações dessas regiões a emissários seus — como é o caso dos territórios, porque o que se quer com os territórios é governar aquelas regiões, em vez de elas serem governadas pelos representantes do povo — então, por que o Governo — repito — em vez de canalizar essas verbas para essas regiões, não canaliza para os municípios, como diz V. Ex^a? Seria uma solução muito boa, porque o município ficava administrado pelo Estado, não perdía a sua autonomia e recebia os recursos necessários ao seu desenvolvimento. Portanto, acho que, com essa nova política, com esse modelo, um Estado de 1 milhão e 600 mil km², com uma população de um milhão de habitantes, seria perfeitamente governado. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Senador Adalberto Sena, agradeço a intervenção de V. Ex^a, e me ocorre, no agradecimento, o seguinte argumento: propõe-se a divisão; sabe-se que a divisão implica na instalação; instalação é onerar a União, significa despesas. Como diz V. Ex^a, com muita sabedoria, por que, então, não injetar recursos nessas áreas já divididas, como o Estado do Acre, como o Território de Rondônia e como o Território de Roraima? Roraima, o grande Território de Roraima, que se arrasta de pires na mão. O seu Governador, o ínclito Coronel Pereira Ramos, homem de uma capacidade de trabalho extraordinária, de uma capacidade administrativa fora do comum, S. Ex^a vislumbrou a pedra de toque para o desenvolvimento de Roraima, que será a barragem do Rio Branco, na Cachoeira do Bem Querido, em Caracará. Barrando-se o rio naquela região, o rio fica navegável, através de eclusas, durante todo o ano, podendo-se ir de Belém à Venezuela e de Belém às Guianas, cortando o interior com essa barragem, que daria uma hidrelétrica, com capacidade de 195 megawatts, podendo vender, tranquilamente, 100 megawatts para Manaus. O ilustre Governador tem o plano; o plano foi aprovado e entregue. Por que, então, não injetar recursos nesse setor?

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Evelásio Vieira

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Preliminarmente, os nossos altos encômios ao comportamento de V. Ex^a na abordagem dos grandes problemas da Amazônia, que são também problemas nacionais, trazidos por V. Ex^a com conhecimento de causa e sem sur-

presa, porque V. Ex^a, permanentemente, estuda os problemas nacionais, especialmente os da sua querida Amazônia, para os quais já vem colhendo os frutos. Hoje, já há uma consciência nesta Casa de que V. Ex^a, na maioria das suas teses, vem contando com o apoio, não apenas dos seus companheiros de bancada, mas dos próprios homens do partido que presta suporte ao Governo Federal. V. Ex^a tem condenado, desde que aqui chegou, os investimentos no setor rodoviário, na Amazônia, em detrimento da navegação fluvial. Desejo, em abono a esse ponto de vista e levando em conta a franqueza e coragem de V. Ex^a dizer que a Amazônia não precisa da Transamazônia, da estrada do Madeira, nem da Perimetral Norte. O Governo decidiu não mais dar continuidade à Perimetral Norte, rumo à Colômbia, e essa rodovia irá apenas até São Gabriel da Cachoeira porque constatou-se que o trecho de São Gabriel da Cachoeira até a Colômbia é constituído de terra arenosa, e que a rodovia custaria muito, mesmo porque os 900 Km construídos até o momento já ultrapassaram três vezes a previsão e está custando aos cofres da Nação mais de novecentos bilhões de cruzeiros antigos, isto é, quase um trilhão de cruzeiros antigos, dinheiro que poderia estar sendo aplicado na melhoria dos serviços de navegação fluvial no seu Estado, nos Estados que constituem a Amazônia e em outras áreas prioritárias. V. Ex^a tem razão em, constantemente, assumir a Tribuna para chamar a atenção do Governo para as legítimas prioridades, dentro das prioridades. Isso que é necessário: fazer-se um inventário, saber aquilo que é maior ou menor, dentro do interesse e da viabilidade. A nossa admiração, o nosso aplauso por esta campanha que está crescendo, magnificamente, em favor, não de V. Ex^a — que esta não é a sua preocupação — mas, em favor da solução para o problema de uma área rica mas, que precisa ser rica também, para aqueles que habitam a Amazônia.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Evelásio Vieira, a assiduidade de V. Ex^a ao plenário desta Casa é o testemunho eloqüente de como nos temos batido em favor de um planejamento desenvolvimentista para a Amazônia, obedecendo a sua vocação hidrográfica que é um corolário da vocação hidrográfica brasileira reconhecida inclusive pelo ilustre Senador Eurico Rezende. Isso me envia de, mormente quando a "Imprensa marrom", ao analisar as minhas falas, nesta Casa, as caracteriza de pitorescas. Dizem que a minha fala, o meu discurso, a abordagem dos meus temas são pitorescos, quando V. Ex^as reconhecem que eu, ao trazer esta mensagem para cá, estou recebendo o reconhecimento, inclusive, de um vice-líder da situação, da ARENA, que é o nobre Senador Eurico Rezende, um homem arejado e inteligente que chega a dizer: "inegavelmente, a vocação brasileira é hidrográfica". Se a vocação brasileira é hidrográfica, imaginem a vocação amazônica, essa é muito mais imperiosa. Por isso, que eu já fizera um discurso desta Tribuna, pedindo um estudo, de imediato, para a interligação das bacias do Amazonas e do Prata, do Amazonas e do São Francisco, do Amazonas e do Parnaíba, do Vale do Tietê com a bacia do Prata. Quer dizer, são estudos que afloraram, naturalmente, de uma interpretação empírica da natureza brasileira. Qualquer catecúmeno, qualquer noviço em economia e em geografia, atende para isso. A vocação da Amazônia é hidrográfica, e o ilustre economista Delile Guerra, que foi o secretário do Planejamento no Governo João Walter, de 1970 a 1974, no Amazonas concorda comigo, de que é preciso o aproveitamento dos rios; a colonização da Amazônia, e integração da Amazônia tem que ser feita através dos rios. Muito obrigado Senador Evelásio Vieira, por esse testemunho.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a me concede mais um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Em relação aos registros que certa imprensa faz, diria apenas o seguinte: não vou qualificá-lo de gênio, de cientista. Não vou. Apenas, busco no cientista o exemplo. Quando um cientista realiza uma grande descoberta e faz o anúncio o povo não acredita. Só acredita depois de ver os benefícios. As pessoas que têm a facilidade de enxergar além da superfície, além da montanha, geralmente, no início, não são compreendidas. Preciso que as pessoas tenham visão ampla para alcançar a compreensão. Por isso, provavelmente, por parte de alguns tenha havido incompreensão momentânea, mas, amanhã o estarão aplaudindo pelo seu trabalho, pelas suas teses.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Muito obrigado. Isto é mesmo uma verdade histórica, nobre Senador Evelásio Vieira. Toda grande idéia sempre encontra resistências muito grandes, porque ela inova, ela não aceita aquele anacronismo a que o homem se habitua, se acomoda, se acama, e, dificilmente, aceita o novo, as teses novas. Contudo, o que é mais surpreendente é que a tese é velha. A tese é velha. Qualquer pessoa coabitando com a Amazônia sente que aquilo é o império das águas. Há um domínio das águas à ponto de se ver o rio e, ao se adentrar nas suas margens, em direção à selva, à mata, dá a cinco ou seis quilômetros vai-se descobrir um lago imenso de cinco, ou dez quilômetros de largura. E esta água, de onde vem? São lençóis subterrâneos do próprio rio. Vejam Srs. Senadores como é um rendilhado, é água pulverizada de terra. A Amazônia propriamente dita é água pulverizada de terra. É uma Polinésia.

Ouço o aparte do nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira: independentemente da congratulação que quero trazer ao discurso de V. Ex^a é necessário que se compreenda que existe o capital-predatório, o capital-conservador e o capital-progresso. Neste País, em grandes áreas desta Nação, o capital tem sido muito mais de ordem predatória do que de ordem progressista. A riqueza extraída do Amazonas não fica lá. Sai do Amazonas para engrandecer outras regiões do Sudeste. Isto aconteceu no Nordeste e, está ocorrendo no Norte. É preciso que se compreenda que o capital é aquele que vai levar o progresso e não aquele que vai exaurir a riqueza da região. É necessário que o Governo entenda que aquelas áreas, onde o capital está ~~estancando~~ há a obrigação de aplicar, de investir, porque procuram absorver a riqueza daquelas áreas e o investimento é feito em áreas completamente diferentes. Aqueles que exploraram cana de açúcar por muitos e muitos anos no Nordeste, não aplicaram lá a rentabilidade da cana de açúcar e, sim, na Guanabara e em São Paulo, em imóveis. Lá não aplicaram nada; ficou apenas a terra cansada e estéril. A mesma coisa está acontecendo com o Amazonas de V. Ex^a. Extrai-se a rica madeira e não fica outra coisa senão a terra nua provocando a erosão consequentemente, o fim daquela área. Congratulo-me com V. Ex^a e fique certo de que esses debates em torno do Amazonas são necessários porque só através deles podemos chegar, realmente, a uma conclusão de ver esse Brasil como um todo; não olhar esse Brasil como apenas Rio de Janeiro e São Paulo porque só assim podemos ter uma Nação progressista. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Agenor Maria, V. Ex^a tem toda razão quando fala na existência desses dois tipos de capitais. Há, inegavelmente, um capital progressista e há aquele capital predador, aquele capital de saque que só vai para sugar, para exaurir e se localizar numa outra área completamente diferente que em nada contribuiu. V. Ex^a, quando ressalta a importância do debate sobre a Amazônia, me estimula, sinceramente nobre Senador, porque parece até que os problemas de ordem institucional que, inegavelmente, têm lugar no contexto nacional, encontram maior guarida, maior receptividade por parte de todos os órgãos de comunicação, enquanto debates de natureza econômica, como soem ser os dos enfoques amazônicos; nordestino; potássio,

em Sergipe; borracha, no Acre; portos; corredores de exportação, em Santa Catarina; e da educação. Enfoques dessa natureza passam despercebidos: enchem-se páginas de jornais com enfoque institucional, no entanto, os enfoques econômicos — que constituem a grande contribuição da imaginação criadora capaz de agitar com maior clareza o enfoque institucional são relegados a último plano e ainda recebem o estigma de pitorescos — e vamos exaurir a matéria, discutindo-a, debatendo-a, a fim de que o Governo possa planejar corretamente. A verdade é a seguinte: esta é uma situação de fato, temos, na Presidência da República um homem bem intencionado, vamos ajudá-lo. Mas, como? se não chega a ele, através dos órgãos de comunicação porque eles não trazem à luz o debate econômico que se discute nesta Casa; preocupam-se mais com o prurido do debate escandaloso.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite-me Ex^a?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço, com a maior satisfação, o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a, como bem acentuaram nossos colegas, é um mestre da dialética. Eu diria que a sua dialética hidrográfica nos contaminou de tal maneira que, hoje, não se distingue mais o Senador Evandro Carreira da Amazônia. É um dualismo absolutamente perfeito, e mais do que isso: a clarividência de V. Ex^a em localizar as nossas dificuldades. A redivisão territorial — e me permito voltar ao tema, pois interessa ao meu Estado, o menor do País — é uma solução eminentemente simplista. É mais aquela descoberta de pólvora que, de vez em quando, os nossos tecnocratas acenam no nosso País. Acredito que se está tentando examinar os efeitos, esquecendo-se as causas. V. Ex^a faz muito bem em dar o seu recado regional, tão importante quanto o nosso, no Nordeste, para que fique bem situado, extremamente localizadas as nossas dificuldades. E que a imaginação criadora não alce vôos, diria, de quase poesia econômica, no sentido de, com a régua e o compasso, resolverem-se problemas que têm uma profundidade muito maior. Meus parabéns a V. Ex^a. Reafirmo que, além do valor de V. Ex^a, o tema que traz a debate é do primeiro interesse nacional e que precisa ser despertado, para que não se tenha uma ótica viciada do problema, vez que, reafirmo: há hora de tudo; há hora de dividir; há hora de colher e há hora de plantar. A redivisão territorial brasileira, a esta altura, é fator de tumulto nacional. Certamente que neste País, quando se alçar ao desenvolvimento pleno, este tema poderá voltar, mas discuti-lo agora é trabalhar contra os interesses do Brasil.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Gilvan Rocha, o arrimo do braço fraternal de V. Ex^a, quando debatemos a problemática amazônica, principalmente diante deste ângulo de redivisão territorial do Estado do Amazonas, foi muito bem situado por V. Ex^a. É uma solução simplista; agitadora, pueril.

Não adiantará, em absoluto, traçar coordenadas, traçar círculos, nem diedros no papel, porque o desenvolvimento não está implícito num traço geométrico; e nem na Geometria Euclidiana. Não! Ele está implícito em vocações naturais e econômicas da área, da região.

O que importa é haver um comando central, uma área, um cérebro eletrônico, uma central neural que se ocupe de coordenar todos os dados e planejar. Temos a SUDAM, na Amazônia. Ela foi criada para isso mas, infelizmente, não lhe dão os recursos necessários e quando lhe dão é para construir uma sede suntuosa.

A SUDAM deveria ter centenas de lanchas a percorrer aquele labirinto aquático, a orientar, a educar e a informar, a perquirir, a colher dados para o planejamento amazônico. No entanto ela não tem; continua dependente. Enquanto o Acre e Rondônia ficam estrangulados porque a estrada Cuiabá—Rio Branco—Acre, passando por Porto Velho — Capital do Território de Rondônia — até hoje não foi asfaltada! Essa é a estrada da integração indo até Pucallpa, fronteira do Peru com o Acre.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — E a Transacreaana nem concluída ainda.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Exato. Estou me referindo à Transacreaana, isto é, pelo Acre passa a Purus, o Juruá e o Javari. Se fizéssemos a Transacreaana, cortaríamos as cabeceiras, seria ligação de talvegues, ligação de leitos desses rios. Então, não seria preciso dar voltas intermináveis. Quem quer ir de uma cidade que está no Juruá a outra cidade que está no Purus, tem de descer todo o Juruá, contornar o Amazonas para entrar... no Purus. São mais ou menos três meses de viagem — vejam bem! — por falta de uma estrada que ligue essas cabeceiras, as vertentes desses rios que é a Transacreaana...

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Portanto, uma estrada da integração...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Exatamente! Uma estrada de absoluta integração. E essa estrada que vem de Cuiabá já existe, a topografia é vocacionada para a rodovia, isto é, ela pede a rodovia, porque não há o encharcado amazônico, não há presença da água como próximo ao talvegue do Rio Amazonas. Bastaria asfaltar essa estrada. No entanto, se quer dividir territorialmente para instalar sedes de Prefeitura, construção de prédios que abrigariam os órgãos encarregados da administração desses futuros Territórios, quando não temos dinheiro para concluir essas obras prioritárias.

Sr. Presidente, o ilustre Economista, Delille Guerra confessa, na sua entrefala, "que a Estrada Manaus—Porto Velho foi orçada em um bilhão e meio". Vejam bem, V. Ex^{ts}, a Estrada Manaus—Porto Velho, BR—319, que combato frontalmente porque é uma via margeando um rio navegável o ano todo, que é o Rio Madeira — ele confessa e ratifica o que eu dissera aqui da tribuna — que essa estrada custara um bilhão e meio, quer dizer, um trilhão e meio velhos, isto até 1974. É o próprio ex-Secretário de Planejamento do Estado do Amazonas quem o confessa, o mesmo Secretário que, àquela época, enfatizava a construção dessa estrada e, agora, confessa que o caminho é o rio.

Sr. Presidente, disse o Sr. Delille Guerra:

"Quem quer que pense colonizar a Amazônia deve ter em mente um princípio fundamental: o aproveitamento dos seus rios, que levam ao mais intrincado interior e que são as vias naturais e mais fáceis de transporte da região."

Era Secretário de Planejamento do Governo João Valter e foi neste Governo que se deu ênfase à construção da Estrada BR-319, Manaus—Porto Velho, e onde se acabou de gastar um bilhão e meio de cruzeiros!

"Para Delille, a ocupação econômica da Amazônia tem de partir dos seus rios e bacias, com 20 mil quilômetros de vias navegáveis naturais de ótima qualidade."

Aí está a parte doce da entrefala, aí está a honestidade do ilustre economista — e eu acredito na sua competência e honestidade. O que suponho é que, não pôde suportar as pressões que lhe fizeram quando Secretário de Planejamento, a ponto de ter que acatar a ênfase da construção da Estrada Porto Velho—Manaus, a BR-319. Agora, já liberto dessas pressões, ele faz justiça à sua cultura e inteligência, confessando que o rio é o único caminho autêntico para a integração da Amazônica e para o seu desenvolvimento. Aduz ainda que existem 20 mil quilômetros de rios perfeitamente navegáveis. Esses vinte mil quilômetros são os que se conhecem, embora, eu lhes diga que na Amazônia, temos mais de trinta mil quilômetros de rios navegáveis; esses vinte mil são os conhecidos nas cartas geográficas, mas podemos viajar tranquilamente através de trinta mil, se houver uma construção naval adequada, que se ajuste à formação dos nossos rios — um tipo de engenharia naval que preconizo, que eu chamo de "fundo de prato", barcaças que não precisam de quilha, porque lá não há mar.

As embarcações na Amazônia têm que ser diferentes das que atravessam o Canal da Mancha e o Atlântico. Não se pode querer comprar um navio em Hamburgo, em Amsterdã, para navegar na Amazônia — o que sempre se fez. Há que se construir lá, com o material de lá, porque nós temos madeira, como a Itaúba, que resiste dentro da água, cem, cento e cinquenta anos: resiste muito mais que o ferro.

Continua o ilustre Economista Delille Guerra:

"As estradas de rodagem teriam somente que alimentar o fluxo normal dos rios, que comportam o transporte de chatas de alta capacidade de tonelagem."

A chata é "o fundo de prato", é a barcaça de fundo chato. E ele confessa que os rios comportam essas barcaças, carregando toneladas e mais toneladas.

Eu, inclusive, Srs. Senadores, para maior ilustração, advogo o que se chama o périplo amazônico dentro do sistema integrado rodofluvial, adotando-se o critério do **roll on, roll off**, isto é, o caminhão entra na barcaça carregado. Ele não descarrega, e sairia de São Paulo, do Rio, de Santa Catarina, de Brasília, Cuiabá, Porto Velho, Acre; e em Porto Velho entraria nas barcaças, que suportariam cem, cento e cinquenta caminhões, feitas de estilo "fundo de prato". Elas submergeriam apenas meio metro e desceriam o Rio Madeira sem nenhum esforço, apenas um empurrador capacitado, a conduziria, norteando-a, porque a própria água do rio, o caminho que anda, a auxiliaria a chegar em Itacoatiara, já no Amazonas, pois o rio Madeira desemboca no Amazonas; e descendo 80 ou 90 quilômetros, se está em Itacoatiara, cidade à margem do rio Amazonas. Portanto, a barcaça não enfrentaria nenhum empuxo d'água, nenhuma correnteza. Chegando lá, os caminhões sairiam da barcaça e pegariam a Itacoatiara—Manaus, uma estrada topograficamente aceitável, com vocação.

Em Manaus descarregaríamos, trariam mercadorias de Manaus, novamente via Itacoatiara, apanhariam a barcaça e continuariam descendo o rio Amazonas até Belém. Chegando a Belém, tornavam a tomar a estrada Belém—Brasília. Teríamos o périplo, o circuito fechado.

Essa é que é a estrada da integração. É a Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco—Pucalpa. É a Transacreaana, prolongamento da Cuiabá—Rio Branco.

Poder-se-ia, também, adotar outro critério, do Acre vir para Manaus. Como? Pelo Purus: há uma estrada que ainda se arrasta em termos de lama, de trilha na selva, que é a estrada Rio Branco—Boca do Acre. Na confluência do rio Acre com o Purus, quando o Acre se estende sobre o Purus, há uma cidade chamada Boca do Acre, com uma estrada ligando Rio Branco a Boca do Acre. Os caminhões poderiam fazer a mesma coisa, se não quisessem ir a Porto Velho, de Rio Branco iriam a Boca do Acre e desceriam o Purus, em demanda à Manaus.

Sr. Presidente, o tempo já...

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — V. Ex^a me permite um aparte? Só para complementar, um segundo apenas.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com a benevolência do Sr. Presidente, rápido.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, essa barca, essa chata transporta o que 100 caminhões não transportam com economia absoluta, porque, com cinco tripulantes, ela faz todo esse percurso, levando o que 100 caminhões que ocupam 100 máquinas, 100 motoristas, centenas de peruas não levam. E tem o problema da rentabilidade.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com toda a razão, nobre Senador, é uma contribuição inestimável. Hoje, com os processos modernos da náutica, através do radar, é muito mais seguro se navegar numa embarcação dessa do que sair num caminhão. É

muito mais barato. Um caminhão exige, para ir de Cuiabá a Manaus, caso houvesse estrada susceptível, no mínimo três motoristas se revezando, enquanto, hoje em dia, uma barcaça dessas, com seis homens de tripulação, em virtude do desenvolvimento da eletrônica, com relação à náutica, faz o mesmo percurso.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Faço um apelo a V. Exª para que conclua, porque há oradores inscritos.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Vou já concluir, nobre Senador, vou encerrar, lendo a notícia:

"Quem quer que pense colonizar a Amazônia deve ter em mente um princípio fundamental: o aproveitamento dos rios, que levam ao mais intrincado interior e que são as vias naturais e mais fáceis de transporte da região". A tese é de Delille Guerra Macedo, chefe da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (SAREM), ao ressuscitar ontem nesta Capital o tema da redivisão territorial do Estado Amazonas, para ele, um passo decisivo para a execução da filosofia de integração nacional proposta pelo atual governo.

O ex-secretário do Planejamento do Amazonas entende que um Estado com 1,6 milhões de quilômetros quadrados e com 1 milhão de habitantes, é quase ingovernável, uma vez que 95 por cento da renda do Estado provém de uma região de apenas 350 mil quilômetros quadrados.

Para Delille — tido na área econômica como um dos maiores conhecedores dos problemas da Amazônica — a integração da região seria melhor conseguida se, por exemplo, fossem criados novos territórios federais, pelo menos um pouco mais de meia dúzia. Explica que num total de 44 municípios amazonenses, há entre eles municípios superiores à área dos Estados de Pernambuco e Alagoas juntos, contando somente com 10 mil habitantes.

Cada um desses novos territórios passaria a contar com administração e recursos próprios, eliminando-se dois problemas cruciais à atual administração que na verdade, administra somente um quinto da área estadual onde se concentram a quase totalidade da população. Os problemas das áreas mais longínquas passariam a ser vistos com maior atenção, e, o que é mais importante, acompanhados mais de perto.

Embora com um orçamento equilibrado, sem muitas dívidas, o Estado tem visível carência de recursos. Assim, quando se pretendeu construir a estrada Manaus—Porto Velho o orçamento do Estado era de 175 milhões de cruzeiros, chegando a 1970 com 600 milhões, enquanto o custo da estrada era de 1,5 bilhão de cruzeiros.

Para Delille, a ocupação econômica da Amazônia tem de partir dos seus rios e bacias, com 20 mil quilômetros de vias navegáveis naturais de ótima qualidade. As estradas de rodagem teriam somente que alimentar o fluxo normal dos rios, que comportam o transporte de chatas de alta capacidade de tonelage.

Após o fortalecimento hidroviário de toda a região, não se excluindo aí o aproveitamento do potencial energético, desenvolver-se-iam, sobretudo através das grandes empresas, a exploração econômica do xisto betuminoso, alumínio, madeira, pesca, agricultura e pecuária.

O projeto RADAM, segundo chefe da SAREM, sugere, através de suas pesquisas, uma série de setores de ótima rentabilidade. Como os investimentos para ocupação econômica da região são mais ou menos elevados, os projetos seriam apoiados na grande empresa, sendo que as pequenas e médias empresas participariam da integração dentro de um sistema de "empresas satélites" fornecendo produtos subsidiários para a grande indústria, de forma a complementar o processo econômico, abrindo melhores perspectivas para a absorção de mão-de-obra.

Delille explica que a redivisão territorial do Amazonas envolve quatro aspectos básicos: integração nacional, desenvolvimento econômico e social da região, segurança nacional, e organização administrativa.

O que acontece hoje em dia é que os municípios mais longínquos e desabitados do Amazonas, não dispõem de recursos suficientes para se desenvolver, e dificultam (pela própria dificuldade de transporte e comunicação) uma atuação administrativa mais eficiente. Como a economia dessas regiões é praticamente estagnada e a população diluída, não se geram recursos e cria-se um ciclo vicioso que pode ser quebrado com uma redivisão em níveis condizentes com as disponibilidades financeiras do governo federal.

Os novos territórios federais seriam, em médio ou longo prazos, convertidos em Estado da Federação, uma vez desestagnadas suas economias e com suas áreas já bem mais povoadas.

Acaba confessando o Sr. Delille que é aproveitando economicamente o xisto betuminoso, o alumínio, o manganês etc... Não é a divisão territorial, não é a divisão em si que vai provocar o desenvolvimento, mas o aproveitamento dessas essências, dessas riquezas naturais.

Sr. Presidente, muito agradecido pela benevolência de haver-me permitido encerrar. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não estive presente quando se discutiu, neste Plenário, o problema de Jundiá. Mas, Sr. Presidente, há poucos momentos falou a esta Casa, encaminhando um requerimento, o nobre Líder da Minoria, referindo-se às discussões que pensei encerradas, pois esta Casa já decidiu soberanamente sobre o assunto.

Sr. Presidente, ao longo da minha vida pública aprendi que nas democracias quem dirige é a Maioria. Chegou a esta Casa uma Mensagem do Senhor Presidente da República, depois de tramitar por todos os órgãos competentes, solicitando a apreciação de um pedido daquela prefeitura do Estado de São Paulo, de um empréstimo em determinada situação. A Câmara de Vereadores, que a meu ver é o órgão mais importante para manifestar-se sobre o assunto, tinha apoiado a solicitação do seu Prefeito Municipal, merecendo maioria absoluta dos seus membros, incluindo-se nesse apoio até elementos do partido adversário. Teria prosseguimento, para complementação da aspiração democrática da Maioria da Câmara Municipal de Jundiá, a manifestação do Conselho Monetário, do Banco Central e ultimamente da Presidência da República. Tudo isso foi feito, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Aqui chegando, a Maioria desta Casa aprovou a mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que tinha percorrido a tramitação exigida pela lei. Hoje, o eminente Líder da Minoria achou por bem encaminhar à Mesa desta Casa um requerimento para reabrir esta questão.

Ora Sr. Presidente, parece desarrazoado que isto possa acontecer, pois o assunto, sob todos os aspectos, está encerrado. Mas, se ainda houvesse dúvida e se invocasse que uma parte do Partido do Governo, ou seja, do meu próprio Partido, a ARENA, tivesse reclamado, sabemos que a democracia se alimenta das divisões, embora no regime democrático seja respeitada a deliberação da maioria. Conseqüentemente, nada poderíamos diante da origem da mensagem presidencial, apoiada pela maioria da Câmara Municipal, nada poderíamos recusar senão votar apoiando a aspiração democrática da população daquele município.

O que é estranhável Sr. Presidente, é que se procure, num regime como o nosso, trazer à baila as divisões partidárias. Elas existem Sr. Presidente, ninguém pode negar, é da condição humana, e até do regime democrático. No próprio MDB, que tantas vezes tem discutido nesta Casa sobre assuntos que reputa da maior importância para a democratização do País, no próprio Partido da Oposição quantas divergências nós não verificamos? Nesta Casa mesmo, enquanto sabemos que a maioria maciça do Partido luta tenazmente

pela supressão do Ato Institucional nº 5 dos dispositivos da nossa Constituição, o nobre Senador Agenor Maria, meu colega e conterrâneo, quantas vezes tem se manifestado favorável ao AI-5, no regime em que vivemos?

Então, estamos verificando que, realmente, não há motivo para que se traga à discussão, nesta Casa, requerimento procurando reapreciar um assunto que, sob todos os aspectos, ao meu ver, está encerrado.

Não estava presente, nesta tarde, na oportunidade em que falou o eminente Líder Franco Montoro, a Liderança da ARENA, mas, por delegação desta, fiquei no dever de dar estes esclarecimentos e dizer aos nobres membros do Partido da Oposição que, apesar de não ter tomado parte, em nenhum momento, das discussões que aqui se travaram sobre o assunto, estranho que se procure reviver aquilo que, soberanamente, a maioria desta Casa já decidiu. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 59, de 1976, da Comissão Diretora, que reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Senado Federal, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Nos termos regimentais, a matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a segunda-feira próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 209, de 1976, do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Morre um Justo", do Jornalista Edison Lobão.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 1976, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do Jornal *O Povo*, de Fortaleza, intitulado "Frentes de Serviço".

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1976 (nº 1.297-B/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 60 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 226 e 227, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Economia**, favorável.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 1974, do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura às missões religiosas o direito de continuar prestando assistência às populações indígenas, tendo

PARECERES, sob nºs 400 e 401, de 1974, e 219, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, com a Emenda que apresenta de nº 1-CCJ (substitutivo); 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário)

favorável, nos termos da Emenda que apresenta de nº 2-CCJ (substitutivo);

— de **Agricultura**, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 50 minutos.)

DISCURSO DO SR. FRANCO MONTORO, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 19-5-76 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em nome do Movimento Democrático Brasileiro, fazemos, ao projeto do Ministro Falcão, quatro acusações:

Primeira: o projeto suprime o debate e a crítica nos principais instrumentos de comunicação com o povo, que são a televisão e o rádio.

Segunda: o projeto retira a competência normal da Justiça Eleitoral.

Terceira: o projeto Falcão parte do pressuposto falso de que a campanha política é apenas dos candidatos, quando a lei e a ciência política estabelecem que o pleito é, em primeiro lugar, de responsabilidade dos Partidos.

Quarta: o projeto representa um inadmissível retrocesso na vida pública brasileira.

Quando todos esperavam um aprimoramento político anunciado pelo Governo, surge um projeto de lei com as características que acabamos de indicar.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Essas acusações, Sr. Presidente, não são simples asserções. Vamos examiná-las uma a uma, abrindo assim, de forma objetiva, o debate sobre um instrumento que pode significar algo de muito sério para o progresso ou o regresso político de nossa terra.

Ouçõ com prazer o aparte de V. Exª

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Eu provavelmente estarei antecipando algo que V. Exª vai dizer ao comentar, com mais detalhes, cada um desses pontos. Mas, quando V. Exª se refere ao retrocesso, no seu quarto ponto, não posso deixar de lembrar que esse retrocesso inclui o aspecto da influência do poder econômico. A verdade é que o uso da televisão foi o único instrumento capaz de, na realidade brasileira, reduzir substancialmente, consideravelmente, a influência do poder econômico nas eleições. E na medida em que esse instrumento nos é cortado, isto significa uma volta, por conseguinte, à era da alta influência do poder econômico nas eleições.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — V. Exª tem toda a razão. Em matéria de propaganda eleitoral, o horário gratuito, a proibição de propaganda paga na televisão, representavam passos concretos e colocavam o Brasil, neste particular, na vanguarda dos países que conseguem impedir o domínio do poder econômico nas eleições. É através da televisão e do rádio que se pode chegar a todos os lares e levar uma mensagem. Agora, esse meio, que representa um progresso para a comunicação em todo o mundo, é afastado de nossa vida política. Ele permanece, para a propaganda do sabonete, dos refrigerantes ou outros produtos mas, em matéria política, não.

Este é um dos quatro pontos da acusação que fazemos, neste libelo acusatório ao projeto do Ministro Falcão. E vamos contrapor a S. Exª um outro Ministro, para que a ARENA e o Brasil decidam entre o Ministro Falcão e o Ministro Milton Campos, que escreveram coisas diferentes, ocupando a mesma Pasta e decidindo sobre os mesmos assuntos mas propondo medidas profundamente di-

ferentes. A alternativa que agora se põe ao Congresso Nacional é aceitar a linha serena, altiva e democrática de Milton Campos, Ministro de Castello Branco, ou este projeto, que representa uma nódoa na vida pública de nossa terra.

Vamos examinar, Sr. Presidente, um a um, os itens da acusação que fazemos.

Diz o Ministro Falcão:

"O projeto apenas disciplina o acesso dos candidatos aos meios de comunicação."

Repito a frase, porque ela foi afirmada por muitos e, certamente, será repetida aqui:

"O projeto apenas disciplina o acesso dos candidatos aos meios de comunicação."

Infelizmente, não é verdade. O grave no projeto é que ele suprime o debate; elimina a crítica e transforma a propaganda eleitoral na exibição de fotografias, na indicação de números e da profissão dos candidatos.

Quem o afirma não sou eu, é o projeto enviado a esta Casa que, no seu art. 1º, § 1º, determina:

"Na propaganda, os Partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o nome, a profissão e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário e o local dos comícios."

Até no anúncio dos comícios, o projeto é restritivo: o Partido pode anunciar apenas o horário e o local; não podia, sequer, chamar a atenção para o tema, para a sua importância. Limitar a propaganda a isto, Sr. Presidente, nos impõe uma conclusão, numa palavra popular, mais rigorosamente adequada: trata-se de um projeto "rolha".

Há dúvida sobre se ele suprime ou não o debate? (Pausa.)

Volto a perguntar: há dúvida sobre se este projeto suprime ou não o debate? Ele se limita, como diz o Ministro da Justiça, apenas a disciplinar o acesso dos candidatos aos meios de comunicação? Se estamos todos de acordo...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª terá a resposta devida. O nosso silêncio não importa em assentimento.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Se ninguém contesta nossa afirmação...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª será oportunamente contestado da tribuna pelo Líder da Maioria.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Se ninguém contesta nossa afirmação num diálogo parlamentar em que deve haver, réplica e tréplica...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Eu não gostaria de apartear V. Exª, mas parece que está faltando alento e eu vou alimentar o seu discurso.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Mas eu peço o aparte para que se estabeleça o diálogo.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Estou sentindo que V. Exª está provocando, com o objetivo — parece — exatamente de se munir de mais argumentos, porque os seus argumentos começam a claudicar. Devo dizer a V. Exª que, no concernente ao problema de propaganda, ela não foi suprimida; ela simplesmente leva os menos de duzentos municípios do País à igualdade em relação aos três mil e tantos onde não existe rádio e televisão, evitando que estes sofram de interferência indevida. V. Exª está querendo apenas significar que só existem o rádio ou a televisão como meios de propaganda de candidatos e de partidos. Isto, sim, é que é falso e não foi o que disse e asseverou o Sr. Ministro da Justiça.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — V. Exª não se encontrava no plenário quando fiz a acusação e vou repeti-la...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Gostaria de ouvi-la.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — ...para que V. Exª retifique o que acaba de dizer.

Primeira acusação: o Projeto Falcão suprime o debate e a crítica nos principais instrumentos de comunicação com o povo, que são a televisão e o rádio.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Então, exatamente baseado no que V. Exª diz, nego que a televisão e o rádio sejam o meio mais eficiente para o diálogo com o povo nas eleições municipais. O diálogo pressupõe duas partes: aquele que fala e aquele que responde. Na televisão há exatamente a exibição, e a atuação unilateral dos candidatos. V. Exª começa a faltar à verdade.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — A exibição é unilateral? V. Exª escorrega cada vez mais.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Vamos ver. Não quero chegar ao plano de V. Exª

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — É bilateral e é diálogo, porque há dois Partidos. V. Exª esquece, falam nos programas políticos, ARENA e MDB. O MDB faz a crítica e a ARENA defende, e o povo participa porque responde com seu voto.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª me permite?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Claro!

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Estamos a tratar não de um simples diálogo de um Partido com o outro, mas de um maior, mais alto, mais profícuo, mais produtor, que é o diálogo dos candidatos com o povo, Partidos com o povo; o julgador é o povo. Não queira V. Exª afastar o lugar supremo de juiz do povo.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — V. Exª mais uma vez foge ao debate.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Fugir ao debate? Estou nele.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Mantém-se o debate, a crítica, na televisão e no rádio? Não. V. Exª não contesta e vai para outra afirmação falando em dois mil municípios. O fato ficou claro: está suprimido o debate na campanha municipal.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª dá licença?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Com prazer.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Antes de mais nada devo dizer que o debate através dos jornais prossegue e V. Exª sabe que o mesmo vem ocorrendo com os comícios.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Mas eu falei em televisão e rádio. O projeto fala em televisão e rádio.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Exª não pode dirigir o meu aparte. Se V. Exª me convocou a dá-lo, deixe que o conclua.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Claro.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Quero deixar bem claro eu não discuto que, em termos de televisão e rádio, o debate seja suprimido. O que defendo é que ele não é o mais importante. O mais importante nos pleitos municipais é o contato direto do candidato com o povo, é o diálogo que os Partidos mantêm e sustentam com os maiores interessados pelos problemas brasileiros que são, exatamente, as diversas camadas da população. Quero deixar bem clara esta circunstância. Darei outros enfoques que me

permito não fazê-lo no momento em que aparteio V. Ex^a, que está de dono do assunto.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço a colaboração de V. Ex^a

Quando insisti no debate, nobre Senador Petrônio Portella, foi para que caminhássemos num debate real e fôssemos deixando acertadas algumas coisas. V. Ex^a acaba de declarar, agora, expressamente, como não podia deixar de ser, que o debate é suprimido na televisão e no rádio.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Isso é evidente, mas há razões que V. Ex^a sabe que são fundamentais.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Eu fiz a pergunta duas, três, quatro vezes, precisei usar de todos os instrumentos de oratória para ter a anuência de V. Ex^a e, no primeiro aparte, V. Ex^a não...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a me perguntou se o diálogo é com os partidos. É verdade. Com o povo não, porque não havia diálogo com o povo e esse diálogo é o que interessa e pelo qual lutamos.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — No discurso que proferir V. Ex^a terá oportunidade de se aprofundar nesse aspecto.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — O enfoque de V. Ex^a é diferente do meu.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Vamos verificar qual corresponde à verdade.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a terá oportunidade de demonstrar, pois está na tribuna. Que o faça.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Está claro, Sr. Presidente, e isto é grave, não se pode receber com indiferença: se o projeto for aprovado, suprime-se, na Televisão e no Rádio, o debate político, no Brasil, nas próximas eleições.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — A campanha política não é para V. Ex^a dialogar comigo, é para dialogar com o povo. V. Ex^a subverte o sentido de campanha política.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — V. Ex^a há pouco tinha dificuldade em dar o aparte, agora interrompe sem que o aparte seja concedido, não permitindo prosseguir na indicação do desacerto mais grave em que incidiu V. Ex^a, contrariando todos os cientistas políticos do Brasil e do mundo. Todos reconhecem que a campanha política, hoje, é fundamentalmente feita pela Televisão, com grande vantagem, para o aperfeiçoamento do processo democrático.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — A diferença é que a Televisão — permita-me V. Ex^a que eu responda pelo menos a uma parte do aparte de V. Ex^a, e possa fundamentar as outras acusações, que são igualmente graves...

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Eu vou invalidar e infirmar a declaração de V. Ex^a

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Permita-me expor meu pensamento. A Televisão e o Rádio constituem o mais valioso e eficiente instrumento de comunicação.

Consulte V. Ex^a qualquer técnico de propaganda, qualquer agência, pergunte a qualquer anunciante de geladeira, de cigarro, de charuto e de perfume se é melhor ir de casa em casa, ou se é melhor a propaganda feita pelos grandes meios de comunicação.

Há um setor da técnica da propaganda que se chama "mass-media", que são os meios de comunicação de massa. Em matéria de propaganda eleitoral, o instrumento nº 1 chama-se televisão, o nº 2 chama-se rádio, o nº 3 é o jornal.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Ex^a?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Um programa de televisão em cadeia atinge, no Brasil, 40 milhões de pessoas. Eu faço um programa de televisão na Capital, em 4 mil cidades o programa é repetido. Então vejam V. Ex^{as}: para a qualidade da campanha eleitoral, do debate, para que a campanha política seja uma oportunidade de educação política, para que os programas sejam preparados, para que sejam convidados ao debate as grandes figuras que o partido pode oferecer, ou outras pessoas de competência, é melhor fazer um programa de alta qualidade, a que os 40 milhões de brasileiros possam assistir, ou é melhor cabo eleitoral ir de porta em porta e dizer: "Vote no compadre, vote na comadre, vote no padrinho, vote no titio"?

Essa é a diferença. Isto não é apenas do Brasil; é do mundo. Abram as janelas, dizia o Presidente, e vejam lá fora. Há algum país no mundo em que o instrumento essencial da propaganda não seja a televisão?

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a incide em dois erros capitais. O primeiro deles é enfatizar essa importância fundamental do Rádio e da Televisão, porque aí V. Ex^a praticamente prejudica, quase invalida a campanha em três mil e tantos municípios, os que não dispõem de tais meios de comunicação. Em segundo lugar, V. Ex^a, como seu ilustre Presidente, numa infeliz nota hoje publicada na imprensa, despreza o povo, esquece a participação popular para se lembrar da eficiência da Televisão e do Rádio no concernente ao candidato, aquele que às estações comparece com frases pré-fabricadas. Isto é bom para o candidato, mas péssimo para o povo, vítima da mistificação e do ludíbrio. Dois erros fundamentais de V. Ex^a, ao superestimar a importância do Rádio e da Televisão, pois é valioso, de fato, para os candidatos, para o povo não, quase sempre vítima da impostura — vale dizer — dos mistificadores adrede preparados.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O povo brasileiro, ao contrário de todos os povos do mundo, não terá o direito de ouvir o debate político.

V. Ex^a está incidindo num erro elementar. Estabelece uma alternativa que nós não colocamos. Não somos contra o comício, não somos contra o trabalho pessoal que o candidato faça. Ninguém pode ser contra isso.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a ridicularizou...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — A argumentação de V. Ex^a seria perfeita se nós tivéssemos apresentado projeto suprimindo os comícios, proibindo a campanha pessoal.

O normal é que se faça uma coisa e outra. Os dois meios são perfeitamente válidos. O progresso da campanha política se dá muito mais em função da utilização dos grandes meios, que permitem a realização de bons programas, e não com a supressão da propaganda pela TV e pelo rádio. Penso que nenhum país do mundo terá isso: não permitir que o grande meio de comunicação sirva para a informação política.

Por que o Governo, quando quer noticiar as suas obras, não manda agentes de casa em casa, e o faz através da Televisão, com programas coloridos anunciando as suas obras? Ele está des-

respeitando o povo? Ai não há desrespeito. Note, Sr. Presidente, a incoerência de S. Ex^a

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Não, permita que eu complete. Veja a incoerência de S. Ex^a Um debate em que possa haver a ARENA de um lado e o MDB do outro, debatendo em mesa-redonda, como houve em outras oportunidades.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não houve.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Houve a campanha de 1974 — lembro à memória de V. Ex^a — Esta campanha se abriu, no Brasil, com um debate, pela Televisão, entre o candidato do MDB, Paulo Brossard, e o candidato da ARENA, Nestor Jost, debate de tanta importância que milhares de brasileiros foram ao Rio Grande do Sul, ou a lugares acessíveis à Televisão daquele Estado, para ouvir esse debate nacional. Se for válida a argumentação de V. Ex^a, não teremos mais debates nacionais.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Isso é um desrespeito ao povo, Sr. Presidente! Dois candidatos debaterem um tema de interesse nacional — diz o Líder da Maioria — é um desrespeito ao povo.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a disse que o Governo estava desrespeitando o povo e eu protestei.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Não. Fiz uma argumentação lógica, uma analogia a *fortiori ratione*. Diz V. Ex^a: "É um desrespeito ao povo o debate ou o comício pela Televisão sem que o povo participe". Então, digo eu, será um desrespeito ao povo, com maior razão — traduzo o latim para V. Ex^a — fazer-se um programa em que não haja sequer o debate, mas apenas o monólogo. E nem o monólogo, haja apenas fotografias e matérias preparadas pelas agências de propaganda.

É evidente, Sr. Presidente, S. Ex^a está incidindo em uma série de incoerências, porque está partindo de um dado falso, negando a importância da Televisão e a do Rádio.

Isto é essencial e primário. Ninguém pode ir de casa em casa, para obter a votação que uma eleição majoritária exige. Numa grande cidade, como São Paulo, cuja população atinge 8 milhões de habitantes, por exemplo — é impossível ao candidato a Vereador chegar ao contato pessoal. O grande progresso foi, exatamente a Televisão. Qual o mal que existe, Sr. Presidente?

Agora passo à segunda parte.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Esgotou a primeira?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — A primeira está esgotada. V. Ex^a não pode negar o valor da Televisão. Não vou perder tempo provando a evidência.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — V. Ex^a está, inevitavelmente, perdendo um pouco do calor inicial.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Fazendo soar a campanha.) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está terminado.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — É o que desejava o nobre Líder da Maioria, com uma série de apartes que visam a impedir que eu prossiga.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Fui forçado a isso por V. Ex^a que agora os teme.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Quero prosseguir, Sr. Presidente, para dar os aspectos fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pediria a V. Ex^a que procurasse ser breve.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Procurarei ser breve, na medida em que os apartes do nobre Líder da Maioria permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Os apartes dependem de V. Ex^a aceitar ou não. Eu pediria, nesse caso, que não os aceitasse.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Sr. Presidente, vou atender a V. Ex^a, tranquilizando, por conseguinte, o ilustre Líder da Minoria, com o meu silêncio.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Estou, aqui, pedindo um aparte, há 15 minutos...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Darei o aparte a V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Eu estou premiado por V. Ex^a e agradeço, porque há 10 minutos me esforçava por obter um aparte no momento em que V. Ex^a falava num tom que traía o professor que V. Ex^a é. A nossa Bancada de instrumentos, aqui, discordou um pouco da ordem em que V. Ex^a pôs as coisas. Primeiro, disse V. Ex^a, com muita segurança, que os cientistas políticos admitem que a Televisão é o nº 1, depois o Rádio, em terceiro lugar o jornal. No Brasil, neste País real a que V. Ex^a tem se referido tanto, nós invertermos as coisas: primeiro seria o Rádio, a Televisão viria em segundo lugar.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Admito, mas o projeto suprime os dois!

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex^a concedeu-me o aparte ou não? Deixe-me completar o meu raciocínio. Já é uma vantagem que V. Ex^a admita, pelo menos, que houve um equívoco verbal de V. Ex^a, no escalonamento. Segundo, parece-me que V. Ex^a cometeu um equívoco muito grande e com V. Ex^a mesmo, quando afirma que esse projeto quer obrigar a eleição através do cabo eleitoral que diz: "Vote no compadre". Porque V. Ex^a teve uma retumbante votação em São Paulo, ainda quando não existia propaganda por Televisão, mesmo muito antes de vir para o Senado Federal. Não me consta que V. Ex^a tenha 2 milhões de compadres em São Paulo. Então V. Ex^a chegou ao povo independentemente da Televisão. Terceiro, eu queria que V. Ex^a me desse...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Lembro a V. Ex^a que eu fui eleito com a Televisão.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Ex^a não foi candidato na última campanha. V. Ex^a foi eleito em 1970.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Referiu-se V. Ex^a a 2 milhões de votos.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — A vida pública de V. Ex^a responde por toda essa dúvida.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Eu não tenho dúvida nenhuma, eu sempre utilizei o Rádio e a Televisão

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Em voz V. Ex^a me ganhará sempre, como, aliás, em outras coisas. De maneira que eu pediria que nós falássemos mais baixo, para que eu pudesse me ouvir. A vida pública de V. Ex^a prova que o contato de V. Ex^a com o povo resultou benéfico. Parece-me uma incoerência de V. Ex^a Como disse o Líder do Governo, pelo projeto se quer colocar em ponto de igualdade os municípios mais pobres e os municípios mais ricos. A sistemática adotada, para atingir todos esses, multiplicando o número de candidatas a vereadores, mais o número de candidatas a prefeitos, dividindo tudo isso pelos municípios que têm televisão, para atingir as áreas que não têm, encontra dificuldades. V. Ex^a vê

que há dificuldades inclusive de ordens de sistemática de atuação. Mas V. Ex^a prefere, desde logo, radicalizar um tipo de acusação.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex^a...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Já é alguma coisa.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — ... como agradei todos os apartes do nobre Líder da Maioria, porque o debate é sempre benéfico.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Muito obrigado.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Diz S. Ex^a que, no Brasil, o primeiro lugar não é da Televisão, mas do Rádio. Isto é discutível, alguns sustentam este ponto de vista. O que respondo é o seguinte: seja o Rádio, ou seja a Televisão — a meu ver é a Televisão, — mas seja o Rádio ou seja a Televisão, repito, isso em nada beneficia a tese de S. Ex^as, porque o projeto suprime o debate no Rádio e na Televisão, nos dois maiores meios de comunicação e permite nos menores.

Incide o nobre Senador Jarbas Passarinho no mesmo defeito de argumentação do seu antecessor. S. Ex^a argumenta como se estivéssemos opondo um meio ao outro e fôssemos contra a propaganda pessoal, a visita, o contato pessoal, o comício.

Não! Tudo isso é válido.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um exemplo?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — O fato de nós defendermos a Televisão e o Rádio não significa que menosprezemos os demais. Mas o que não admitimos é que se suprima o instrumento mais válido.

Finalmente — para responder ao argumento de V. Ex^a — as objeções feitas pelos dois ilustres Senadores que me apartearam pela Aliança Renovadora Nacional confundem a eleição municipal, que é uma oportunidade de um debate político da maior importância para o Brasil, porque o município tem uma importância fundamental para o nosso desenvolvimento ...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas ninguém nega isso.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — ... e há muita coisa a dizer, há muitos temas a debater sobre a importância do município.

A campanha não é apenas um processo de votação mecânica e de propaganda com o número do candidato. É, acima de tudo, um debate de idéias.

O nosso empenho, Sr. Presidente, ...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas prática não foi essa.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — ... nos estudos e nos programas que elaboramos sobre esta matéria, é fazer da campanha municipal, mais do que um espetáculo de retaliações pessoais ou de prestígios individuais, um debate de ideais e de programas.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — E nesta campanha municipal está patente uma tese da maior gravidade. Um dos maiores desvios da vida pública brasileira, que pode e deve ser corrigido, através de campanha eleitoral, é mostrar ao Brasil aquilo que grande parte dos brasileiros não conhece — o desvio do nosso desenvolvimento, que está drenando para os órgãos federais verbas vultosas, poderes excepcionais. Com todos os recursos concentrados de que dispõe, o Governo Federal realiza um desenvolvimento em

que a cabeça — o centro — está hipertrofiado, e a base — o município — atrofiado.

Sr. Presidente, hoje, em termos nacionais, os mais autorizados levantamentos nos permitem afirmar que, do conjunto de contribuições — impostos, taxas, etc — que o Município cobra, o que ali fica é aproximadamente 10%! 90% são retirados do pobre Município para a União e para os Governos Estaduais. E, depois, a União e os Governos dos Estados, na sua magnificência e de forma paternalista e assistencialista, diz: vou dar isso, vou dar aquilo. São planos centralizados que asfixiam o Brasil, esmagam o Município. Estamos ameaçados de ver o nosso País com um desenvolvimento marcado para doença que se poderia caricaturar com esta expressão: "gigante com pés de barro", porque as bases do Brasil — os Municípios — estão pobres, e cada vez mais pobres. O Governo Federal dispõe de verbas, além dos grandes fundos e recursos, como os relativos ao confisco cambial. Dispõe do Plano de Integração Social (PIS), PASEP, Loteria Esportiva, Loteria Federal, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, MOBRAL, aqui investigado até certo momento e depois parada a investigação.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não apoiado!

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Sr. Presidente, alfabetização não é matéria de governo federal. Os analfabetos estão nos arredores das cidades. Alfabetização é da competência municipal e estadual, e no Brasil centralizamos tudo. Na Alemanha Federal, talvez a nação mais culta do mundo, não há Ministério da Educação, porque ali a educação é da competência dos Estados e Municípios. Aqui, é principalmente do Governo Federal. E a Alemanha Federal é dezenas de vezes menor que o Brasil. Como é que do Rio de Janeiro ou de Brasília se pode tratar da alfabetização num município no interior do Amazonas, de Goiás ou de Mato Grosso?! O mesmo em relação à agricultura e à saúde. O que pode ser feito pelo Município não deve ser feito pelo Estado, e o que pode ser feito pelo Estado não deve ser feito pela União.

Esta, Sr. Presidente, a grande tese, que agora, nesta campanha, deveria ser levada, não de porta em porta pelos mensageiros, com o número e a fotografia dos candidatos, mas juntamente com o debate das grandes teses da política brasileira. Trata-se de tese construtiva, para a educação política de nossa gente.

Se não soubermos como são tratados os Municípios ...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pediria a V. Ex^a que procurasse encerrar o seu discurso.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Procurarei fazê-lo, Sr. Presidente, citando alguns fatos que merecem ser lembrados agora, quando se põe em dúvida o debate sobre o problema municipal.

Sr. Presidente, a Comissão de Economia desta Casa protestou, como não podia deixar de fazê-lo, contra as condições em que são feitos os empréstimos aos Municípios. A Caixa Econômica Estadual faz empréstimos a alguns Municípios de meu Estado com juros de 12% ao ano e correção monetária integral. Como no ano passado a correção monetária foi da ordem de 35%, mais os juros de 12%, isso significa 47% que o Município deve pagar, no primeiro ano, sob a forma de juro e correção monetária. A dívida continua a mesma. É justo exigir tais juros e encargos do Município? Por isto é que o prefeito tem de aumentar os impostos, e a população, a sua contribuição.

O grave, Sr. Presidente, é que outras organizações de crédito oficial, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, emprestam a empresas nacionais, e até estrangeiras, a juros de 3%, não a 12%. O Município paga 12%, como se fosse um pária, um indesejável enquanto a empresa particular paga 3%. No BNDE a correção monetária tem o limite de 20%. Na Caixa Econômica, para a Prefeitura, não há limite. Tratamos a Prefeitura do Brasil desta forma. Não quero culpar apenas este Governo, pois é mal que vem de

longe. O problema precisa ser debatido, para que possa ser resolvido. Para isso, a primeira solução é conscientizar a população, é fazer da campanha eleitoral motivo de educação política. Mas tudo isso não poderá ser dito. Ouvir-se-ão, daqui para diante, as afirmações: o Governo fez isso; o Governo Estadual fez tais e tais obras pelos Municípios; o Governo Federal é formidável, fez tais e tais realizações pela população, naquele paternalismo que asfixia o Brasil e ameaça o nosso desenvolvimento.

Haveria muita coisa a dizer sobre a questão, Sr. Presidente, mas V. Ex^a me adverte de que meu tempo está encerrado, e devo fundamentalmente lamentar as demais acusações brevemente.

A primeira acusação está comprovada. Aceita, inclusive, pela Liderança da Maioria.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não apoiado.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Está suprimido o debate político na televisão e no rádio para a próxima campanha eleitoral. Exatamente nos termos em que a coloquei, Sr. Presidente. Nem mais nem menos. E as conseqüências aí estão.

Segunda afirmação: o Projeto Falcão retira a competência da Justiça Eleitoral. Realmente, o Projeto retira, suprime da lei os artigos que atribuem à Justiça Eleitoral a competência de regulamentar esta matéria. E era forma normal.

Eu me permito ler, para que se confronte a atual posição do Ministério da Justiça com a posição desse mesmo Ministério ao tempo do Ministro Milton Campos. Eis o texto da exposição de motivos do Ministro Milton Campos, encaminhada ao Congresso pelo Presidente Castello Branco:

“Mais uma vez os critérios competem à Justiça Eleitoral. Ficou ela dotada dos elementos necessários para disciplinar a propaganda.”

Assim é que se deveria fazer, Sr. Presidente. Há interesse em evitar abusos, em corrigir desvios, em disciplinar a matéria? Isto é matéria disciplinar. E o projeto disciplina a próxima eleição municipal.

Em todas as eleições, a Justiça Eleitoral assim tem feito: convida os Partidos para opinarem e acertarem medidas a respeito.

A forma normal seria ouvir os Partidos.

Neste ponto, Sr. Presidente, transmito o protesto sentido do Movimento Democrático Brasileiro. Assunto de tal importância, dele temos notícia pelos jornais. Somos tratados como párias. Esquecessem-se os Representantes do Governo de que o Partido é uma pessoa jurídica de Direito Público. O normal seria que à Justiça Eleitoral, no uso das suas atribuições, competisse estabelecer os critérios. O projeto suprime estas palavras, retira a competência da Justiça Eleitoral e baixa o regulamento de interesse do Partido que o aprovou, mas não do interesse do País.

Tercera acusação — e grave, Sr. Presidente — o Projeto Falcão desconsidera os Partidos; parte do pressuposto falso de que a campanha política é apenas a campanha dos candidatos, quando a lei e a Ciência Política estabelecem que o pleito é, em primeiro lugar, de responsabilidade dos Partidos. Quem diz isso? Primeiro é a Constituição, que tem um capítulo dedicado aos Partidos políticos, disciplinando suas atividades e os colocando como centro da vida política. A propaganda cabe aos Partidos, e não aos candidatos individualmente. É a lei.

Sabemos, Sr. Presidente, que, quando se vota, vota-se em um candidato e numa legenda. O projeto omite a campanha da legenda, que é fundamental. Por quê? Quer se evitar o confronto de legendas? Mas isso é violar a lei.

Eu me permito ler um artigo da Lei Eleitoral. Se o candidato vota num Partido e numa legenda diferente, o que prevalece? Diz o Código eleitoral:

“Contar-se o voto apenas para a legenda se o eleitor escrever a sigla partidária, não indicando o candidato. Indican-

do uma legenda e o candidato de outro partido, prevalece a legenda.”

Este projeto parte do pressuposto de que a eleição é processo de escolha de candidatos. A legenda não vale. Ninguém poderá fazer referência à legenda. A afirmação da maioria “A ARENA é Governo”; oporíamos a afirmação: “MDB é povo”.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não é verdade.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Onde está a inverdade? Na afirmação de que a ARENA é Governo?

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — A verdade é que somos majoritários e V. Ex^s, através de artifício, querem chamar a si a qualificação de arauto do povo.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Por serem juízes da verdade, V. Ex^s não nos permitem dizer o que pensamos. Sr. Presidente, foi disto que as nossas Forças Armadas livraram o Brasil e o mundo: de um regime em que alguns homens se colocavam como juízes do pensamento de todos: “Não pense, porque o Chefe pensará por ti”. Não posso dizer o que penso, porque alguém acha que isso não é verdade. Que a “ARENA é Governo”, isto é verdade.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — E é povo também.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Eu duvido, mas não pretendo impedir que V. Ex^s digam.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Isso satisfaz V. Ex^a

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Então, Sr. Presidente, o que se quer é acabar com a democracia.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Se a ARENA não é povo, quem a elegeu?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Não se admite a possibilidade de se estabelecer um debate...

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Por quem os Deputados e os Senadores da ARENA foram eleitos? Por mapismo?

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Para esse debate é que existe a campanha e o programa político. Lembrei aqui, há tempos, exemplo notável que a França nos dá, aquele programa das “Três Verdades”.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não é diálogo ético.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Chama-se o representante do Governo e o representante da Oposição. O Coordenador afirma: aqui a verdade do Governo, aqui a verdade da Oposição. Agora o povo forme a sua convicção. Esta é a terceira verdade.

Isto é democracia. O contrário é nazismo: “Não pense, porque o Chefe pensará por você”.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não sei a que propósito.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — A propósito dos países que não são democráticos.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Então, não tem pertinência conosco.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Nenhuma pertinência, tanto que a minha esperança — e termino meu discurso fazendo um apelo — é, tenho a certeza, de que V. Ex^s não de discordar dessas medidas, e não vão impor ao Brasil um regime como este, não vão impor ao povo brasileiro essa limitação: ser considerado incapaz de ouvir um debate. Acreditamos no poder de discernimento do povo.

Note-se, Sr. Presidente e Sr. Senadores, tudo que foi proclamado na campanha oficial do MDB, em 1974, foi dito aqui, na tribuna, está escrito em livros. Pode ser contestado, pode ser debatido. Apresentem-se argumentos de ambos os lados, mas este é um debate político, esta é a vida política, isto é democracia. Caso contrário estaremos escolhendo uma "elite competente", e adotando outro processo; não o da escolha popular.

O certo é que o projeto parte de pressuposto errado. E faço um apelo aos companheiros da ARENA, para que não insistam na iniciativa. Esta eleição não é apenas de candidatos, é também de Partidos, e o Partido tem preeminência. Não somos candidatos e aqui estamos debatendo, não em nosso interesse, mas em nome de nossos Partidos, procurando o efetivo desenvolvimento político do País. Quem afirma a precedência dos Partidos é a Constituição, e é a lei, eleitoral, como acabo de demonstrar; é também a doutrina, a Ciência Política moderna. A vida política não se faz mais fragmentariamente com candidatos individuais e avulsos, como aconteceu no passado. Hoje há Partidos, e é preciso fortalecê-los. Quantas as afirmações favoráveis ao fortalecimento dos Partidos feitas pelo Governo, pelo MDB e pela ARENA? Foi por isso que se criou o Fundo Partidário. Acabou-se de instituir a Fundação Milton Campos e a Fundação Pedroso Horta, para estudos. Estudos para quê, Sr. Presidente, se na hora da campanha não se pode usar esses estudos? Estudos para serem engavetados?

Há, realmente, um retrocesso grave e sério. É preciso que meditemos sobre a importância de uma lei como esta, que, com outros propósitos, está, na realidade, trazendo grave prejuízo à vida pública brasileira.

Finalmente, Sr. Presidente, a quarta acusação é o Projeto Falcão, que significa retrocesso político inadmissível.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Isso já foi dito.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — E agora estou provando.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Não sei. Vamos ver.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Disse e estou provando essas quatro acusações.

O Sr. Petrônio Portella (ARENA — PI) — Está provando tudo...

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP) — Estou dando a minha prova, e V. Ex^a terá o direito de contestá-la.

Na mensagem mandada a este Congresso, o Senhor Presidente da República, referindo-se ao Governo passado, declarou:

"E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou; com maior exatidão, a retroagiu, uma vez que, na dinâmica social a estagnação é meramente episódico, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos."

Sua Excelência se referia a alguns retrocessos havidos durante o Governo do Presidente Médici, retrocessos contestados mas que acabaram reconhecidos pelo Presidente da ARENA. Por exemplo, quando se substituiu a eleição direta de Governador pela eleição indireta; quando se estabeleceu a sublegenda. E uma série de outros retrocessos, que agora aqui estão sendo reconhecidos. É o Presidente da República quem reconhece, e acrescenta Sua Excelência:

"Na doutrina humanista do desenvolvimento integrado que esposamos, o conjunto é o sistema em que se inserem o econômico, o social e o político. E das interações e repercussões recíprocas, que atuam sempre, se o progresso num campo ou se o subsistema arrastam consigo as frentes atingidas dos outros, também, e mais fortemente ainda, o atraso de um freará, inevitavelmente, o avanço de todos os demais."

E mais recentemente, quando Sua Excelência foi à Inglaterra e à França, reafirmou os propósitos do desenvolvimento político. Ainda agora, na Bahia, o Chefe do Governo reafirmou o compromisso de aperfeiçoamento democrático. Todos estavam esperando o aprimoramento político. E, positivamente, pelas razões que acabo de anunciar, este projeto está longe de representar o aprimoramento político. Representa, sim, um retrocesso da maior gravidade.

Sr. Presidente, ainda teria inúmeras razões a aduzir, mas, em respeito ao horário e consciente de que, realmente, o tempo foi excedido, termino aqui minhas considerações, fazendo um apelo à nobre Maioria, para que pondere sobre as razões que acabo de expender. As acusações que fizemos, isto é, de que o projeto suprime os debates políticos da Televisão e no Rádio, retira a competência da Justiça Eleitoral, parte do pressuposto falso de que a campanha política é apenas de candidatos, quando, na realidade, ela é, em primeiro lugar, de Partidos, e a evidência de que se trata de retrocesso político, tudo isso nos leva a apelar à nobre Maioria para que, pelo menos, dê liberdade aos seus Membros para debater e votar livremente esta matéria.

Ela é grave demais. Dela depende, sem dúvida, um desenvolvimento mais equilibrado de nossa vida política. E do desenvolvimento político — como todos sabemos — decorre, também, o desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País.

É todo o desenvolvimento brasileiro que pode ser prejudicado ou beneficiado, conforme a sabedoria com que aja o Congresso Nacional na apreciação deste projeto de Lei. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER Nº 24/76

Da Consultoria Jurídica, sobre alteração de cláusula do Convênio firmado entre o Senado Federal e o Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso — IPEAC.

Pede o Senhor Diretor-Geral a esta Consultoria examine o Expediente 14.147/76, de 13 de maio último, através do qual o Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso — IPEAC, pleiteia a alteração da Cláusula Segunda do Convênio firmado com o Senado, de modo que a remuneração por trabalho prestado passe a corresponder ao valor do salário-de-referência, a partir do mês seguinte ao da alteração.

II. A referida Cláusula Segunda se achava assim redigida:

"O Senado Federal se obriga a contribuir, mensalmente, com a quantia fixa de cinco mil cruzeiros, acrescida da importância de setenta por cento do salário mínimo regional por trabalho executado na forma da cláusula anterior, exceto as consultas trabalhistas, que serão pagas à razão de cinquenta cruzeiros."

III. Posteriormente, a pedido do IPEAC, foi a aludida cláusula alterada, em decorrência da assinatura de "Termo aditivo ao Convênio", passando a ter a seguinte redação:

"O Senado Federal se obriga a contribuir, mensalmente com a quantia fixa de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros), acrescida da importância de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) por trabalho executado na forma da cláusula anterior, sujeitas à atualização monetária prevista na Lei nº 6.025, de 29 de abril de 1975."

IV. Condiçãoou-se, assim, o reajustamento do valor da remuneração às disposições constantes da citada Lei nº 6.025, de 75, a qual descaracterizou o salário mínimo como fator de correção monetária.

V. Parece-nos, assim, diante dos documentos apresentados, que o Convênio expressamente estabeleceu as regras para a correção do valor do pagamento, isto é, a fórmula indicada no art. 2º da Lei nº 6.025/75.

VI. Por isto, entendemos que a reivindicação do IPEAC não encontra guarida no Convênio em vigor. Para que seja obedecida a

regra nele instituída, deverá ser aplicado sobre a parte fixa e variável, o coeficiente de atualização estabelecidos no Decreto nº 77.511, de 29 de abril de 1976.

É o parecer.

Brasília, 3 de junho de 1976. — Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Consultor Jurídico.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

21ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1975

Às dez horas do dia trinta de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon — Presidente, presentes os Srs. Senadores Milton Cabral, Leite Chaves, Dirceu Cardoso, Virgílio Távora, Paulo Guerra, Gilvan Rocha, Jarbas Passarinho, Agenor Maria, Benedito Ferreira, e os Srs. Deputados Paulino Cícero, Gonzaga Vasconcelos, Jutahy Magalhães, Rafael Faraco, José Machado e Menandro Minahim, reuniu-se a Comissão de Minas e Energia, na Sala Clóvis Beviláqua, no Anexo II do Senado Federal.

Iniciados os trabalhos, é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da reunião, e comunica que a Comissão terá o privilégio de ouvir a conferência do Engenheiro Glycon de Paiva, da Academia Brasileira de Ciências, sobre a definição de uma política mineral para o Brasil, e, em seguida, o Sr. Presidente passa a ler para os presentes o *currículo vitae* do ilustre conferencista.

Com a palavra, o Professor Glycon de Paiva tece considerações elogiosas ao Seminário de Estudos e Debates da Política Mineral do Brasil, realizado pela Comissão de Minas e Energia do Senado, no último mês de junho.

Continuando, o conferencista faz uma exposição geral do quadro mineral do mundo e oferece à Comissão alguns dados básicos preparatórios para os debates. Durante a palestra, o Sr. Glycon de Paiva aborda as generalidades sobre o reino mineral, o valor do consumo de minerais no mundo e o balanço dos minerais no Brasil, assinalando, entre outros dados, o levantamento recente de uma revista especializada, sobre as 100 entidades econômicas mundiais com os maiores faturamentos anuais (países ou empresas multinacionais), verificando-se que o Brasil ocupa o nono lugar entre as entidades de maior PNB do Mundo, após aos EUA, Japão, URSS, Alemanha Federal, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá. A multinacional ali encontrada, de maior faturamento, é a **General Motors**, que ocupa o 17º lugar.

Ao término da exposição do conferencista, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os seguintes debatedores: Srs. Senadores Jarbas Passarinho, Milton Cabral, Leite Chaves, Agenor Maria, Virgílio Távora, Dirceu Cardoso, Benedito Ferreira; e o Sr. Deputado José Machado.

Concluindo, o Sr. Senador João Calmon, Presidente, agradece ao Professor Glycon de Paiva, em nome da Comissão e dos Deputados presentes, a importante conferência realizada por este ilustre homem público, e, em seguida, determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1975, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA DO PROFESSOR GLYCON DE PAIVA, DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon

Vice-Presidente: Senador Domicio Gondim

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião:

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Declaro abertos os trabalhos desta Reunião da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal.

Teremos, hoje, o privilégio de ouvir uma conferência do Professor Glycon de Paiva, sobre a definição de uma política mineral para o Brasil.

É o Professor Glycon de Paiva uma das mais eminentes personalidades deste País, profundo conhecedor dos problemas minerais, e o seu *Curriculum Vitae* nem precisaria ser lido. Mas, seguindo uma prática da nossa Comissão, lerei apenas alguns dos pontos principais do *Curriculum Vitae* do nosso convidado.

(Procede-se à leitura do Curriculum Vitae do Professor Glycon de Paiva.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Esse o *Curriculum Vitae* do Professor Glycon de Paiva, que irá proferir uma conferência destinada a alcançar a maior repercussão. O Professor Glycon de Paiva participou, como convidado, de um Seminário sobre Política Mineral do Brasil, promovido pela Comissão de Minas e Energia. Nessa oportunidade, o mestre dos mestres — como ele merece ser chamado — teve uma participação das mais notáveis. Logo em seguida, tive o privilégio de propor um convite, em nome da nossa Comissão, ao Professor Glycon de Paiva. E S. Sª, atendendo ao nosso convite, vai nos dar, hoje, o prazer e a honra de proferir uma conferência, que, tenho certeza, será da maior importância.

Tenho, portanto, o prazer e a honra de conceder a palavra ao Professor Glycon de Paiva.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Exmº Sr. Presidente, Exmos. Srs. Senadores e Deputados:

UMA POLÍTICA MINERAL PARA O BRASIL

I — INTRODUÇÃO

Aqui estivemos, no último mês de junho, atendendo a convite extremamente honroso para comparecer como observador do I Seminário de Estudos e Debates da Política Mineral do Brasil, o qual ocupou a atenção desta Egrégia Comissão de Minas e Energia, pelo espaço de uma semana.

Nossa opinião pessoal é a de que esse Seminário demonstrou sucesso pleno, não só pela excelência e diversidade das teses expostas pelos cinco conferencistas que compareceram, mas, diríamos, principalmente, pela seriedade e profundidade dos debates que desenvolveram os Srs. Senadores, intervenções provocadas pelas teses expostas.

Surpreendeu-nos demais o interesse e o conhecimento da matéria mineral por eles demonstrados, no afã de se esclarecerem. Chamou-nos a atenção a presença cerrada nos debates de representantes de Minas Gerais, traço explicável, tendo em vista que 60% do faturamento da lavra de minérios do Brasil se desenvolvem naquele Estado; 80% do valor das exportações de minerais dele provêm, e 40% do aço produzido no Brasil lá é fabricado.

Foi, realmente, uma semana de trabalho árduo, normalmente transgredindo horários de almoço e, com igual ardor, prosseguindo por horas vespertinas. Foi evidente a repercussão do Seminário no País inteiro. A confiança e a segurança dos esclarecimentos trazidos por esta Comissão constituem valor duradouro, aos quais cumpre voltar, sempre que necessário.

Cumulou-nos de novas honras esta Comissão, ordenando-nos que fizéssemos exposição sobre política mineral, como resultado da nossa própria experiência de geólogo profissional, de administrador público e de consultor privado durante muitos anos. Porque uma política dessa natureza demonstra-se tão mais necessária quanto o Brasil apresenta insuficiências minerais que, realmente, influem no curso das coisas entre nós. Certamente criam problemas maiores do que aqueles normalmente incidentes sobre países de área semelhante ou de população de igual porte.

Tudo o que nos propomos fazer, hoje, é uma exposição geral do quadro mineral do Mundo, como contexto onde nos embutimos; também suprir informações fundamentais, a partir das quais os debates que aqui normalmente se desenvolvem possam sugerir novos rumos para otimização para a produtividade, da presença brasileira no concerto mineral mundial, onde nos encaixamos, de modo a suprir todas as necessidades minerais do nosso povo, com minérios próprios e com os de importação.

Por outras palavras, tudo o que pretendemos oferecer a esta nobre Comissão são alguns dados básicos preparatórios dos debates e da exposição das idéias e aspirações dos Srs. Senadores e Deputados, aplicadas nesta tarefa de criar rumos viáveis para o Brasil, máxime neste campo, onde carências minerais essenciais realmente nos perturbam.

É evidente a necessidade de entendimento claro do que se passa com o nosso subsolo e das limitações a que temos que nos ater para fazer pelo Brasil o melhor que nos for possível nos anos que estão por vir. Isto até que inesperadas descobertas minerais, novos saltos tecnológicos, novas inspirações, criações de tecnocratas e de políticos, possam descobrir formas mais rentáveis e mais amáveis, que nos facultem tirar melhor partido deste País e, ao mesmo tempo, fazer-lhe todo o bem que lhe votamos e que ainda não conseguimos materializar.

Para dar a base deste contexto, queria dar umas generalidades sobre o reino mineral, normalmente úteis para o entendimento desses problemas.

II — GENERALIDADES SOBRE O REINO MINERAL

As espécies de minerais diferentes são 2.200. Podem apresentar-se isoladamente na natureza, ou podem apresentar-se associadas em formas, então, que se chamam rochas. As rochas são em número de 900.

De modo, que há 3.100 entidades litológicas diferentes, mas desse total apenas 300 constituem minérios, quer dizer, têm um significado econômico. A diferença, 2.800, não tem nenhum papel no exercício de economia de qualquer país. Esse número é hoje 300, no tempo em que o Egito — por exemplo — era uma potência mundial, eram 25 minerais, apenas. No tempo da Rainha Vitória eram, apenas, 120, e hoje a civilização mineral é edificada sobre 300 minerais diferentes. Eles suprem insumos para apuração de metais (metalurgia), para a produção de energia sob várias formas; insumos, ainda, para a indústria química, para fabrico de fertilizantes; para materiais de construção e para muitos outros propósitos.

Nesse conjunto de trezentos minérios diferentes, o Brasil conta com 77, em diferentes estágios de aproveitamento. Completa o qua-

dro próprio das suas necessidades com 220 minérios de importação, direta ou dos seus produtos, necessários à prática da economia que aqui se processa. Ainda se descobrirão outros minérios, num futuro que está por aí, mas certamente não todos os necessários para integrar essa conta.

A engenharia de minas é a atividade que preside a produção mundial de minérios, numa quantidade que se aproxima de 9 bilhões de toneladas por ano. Essa produção do mundo é o peso da produção mundial de minérios. Para esse total de subsolo, nosso País coopera, extraíndo-as e removendo-as, 100 milhões de toneladas por ano; isto é, 1,2% do peso da produção mineral mundial. Atente-se para cifras homólogas da URSS e dos EE.UU., essas em torno de 25%, do peso mundial percentagens essas próprias desses países.

Chama-se Produto Mineral Mundial — PMM — ao faturamento calculado na boca da mina, dos minerais produzidos em todo o Mundo. Aproxima-se aos elevadíssimos preços atuais, de quase 300 bilhões de dólares. Quer dizer, quatro vezes o produto nacional do Brasil. O PM brasileiro monta hoje a 1,6 bilhões de US, que é pouco mais de meio por cento do Produto Mineral Mundial.

Essas cifras são importantes porque nos situam no contexto mundial, com 6 bilhões e meio por cento do faturamento mundial.

Esses minérios se classificam em três famílias:

- Minerais Energéticos
- Minerais Metálicos
- Minerais Não-Metálicos

Minerais Energéticos

Sob o nome de materiais energéticos, abrange-se: carvão e linhito, petróleo, gás natural, urânio e tório.

Dos 9 bilhões de toneladas do peso da produção anual de minerais do Mundo, cerca de 5 e meio bilhões, referem-se a carvão e petróleo; a diferença, 3 e meio bilhões, significa o peso anualmente lavrado dos restantes 298 minerais. Isto é, a lavra de minerais energéticos constitui 60% da atividade mineral em peso, e mais de 80% em valor, dos bens minerais anualmente produzidos no Mundo.

Sob o ponto de vista econômico, os minerais energéticos são essencialmente bens de consumo e não bens de capital, como os metais, exceção daqueles insumos da indústria carboquímica e da indústria petroquímica, são frações modestas do peso lavrado desses minerais energéticos.

País verdadeiramente mineiro é aquele cuja produção mineral se baseia na lavra de carvão, como o caso dos Estados Unidos, URSS, Canadá, China e Austrália e, menos acentuadamente, Alemanha, Inglaterra e França.

A produção de insumos atômicos é pouco significativa quanto a peso e valor, como participação no suprimento energético para a atividade econômica mundial.

Minerais Metálicos, segunda grande classe dos trezentos minerais.

São esses minerais metalurgicamente tratados para obtenção de metais em número de 50 em que os principais são em número de 30, deixando de lado os metais raros e preciosos.

Gozam os metais de singular propriedade de, ligados dois a dois, três a três, quatro a quatro, em temperaturas elevadas, passam a constituir outros tantos metais com propriedades específicas, de que o bronze e o latão são exemplos corriqueiros.

O número de combinações possíveis de 30 metais diferentes, com o máximo de quatro elementos e o mínimo de dois, atingiria 31.900 ligas. Como se vê, mesmo um número reduzido de metais pode conduzir a uma multiplicidade de ligas metálicas do mais alto significado para a satisfação das necessidades industriais das populações.

A riqueza mineral do Brasil é expressivamente caracterizada pela presença abundante de significação internacional de nove metais no seu subsolo, entre os 30 essenciais: ferro, alumínio, nióbio, tântalo, titânio, berilo, manganês, estanho e tungstênio.

A produção de minério de ferro do Brasil, por exemplo, alcança 12% da produção mundial; a de manganês, 9%; enquanto que a produção do nióbio brasileiro significa 70% da produção mundial.

Todavia, a significativa presença no conceito mundial dos metais brasileiros não diminuiu nossa insignificância quanto a minerais energéticos próprios. A produção anual de petróleo brasileiro não atinge a 0,5% da produção mundial; de carvão, apenas alguns centésimos de 1,0%. Todo o peso dos minerais brasileiros, entre os 77 minerais, anualmente produzidos, significa 1,2% da produção mundial e apenas 0,5% do valor.

Essa é a nossa posição no contexto de utilização do subsolo.

Minerais Não-Metálicos

Algumas dezenas de minerais de importância, sob o ponto de vista químico; de material de construção e de insumos para fabrico de fertilizantes recaem na classe dos não-metálicos, no sentido de não serem aproveitados para deles retirar metais porventura aí contidos, mas, para outros fins. Os principais minérios não-metálicos são: calcário, enxofre, potássio, fósforo, mica, flourita e amianto.

O Brasil possui importantes reservas de minerais fosfatados de potássio e de amianto. *Cumpra observar que ainda temos reservas importantíssimas de alguns desses minerais, caso do potássio, demoramos inutilmente a utilização deles. Os planos de aproveitamento do potássio de Sergipe, por exemplo, há longo tempo preparados pela concessionária — KALIUM Mineração, aguardam até hoje a autorização oficial para se materializarem numa produção de 100 milhões de dólares anuais desse fertilizante. É igualmente bem abastecido de calcário para todas as atividades necessárias a indústria e arte de construir. Todavia, o Brasil é extremamente pobre em enxofre, o que se reflete de maneira negativa sobre a indústria química brasileira.*

O Quadro Mineral do Brasil

Apresenta-se assim o Brasil, sob o ponto de vista da atividade mineral, como um país abundante de insumos para 9 metais essenciais; para fertilizantes e para a indústria de construção; mal talhado, todavia, quanto a minerais energéticos, metais não-ferrosos e enxofre.

Revela-se assim um indistigável quadro de dependência mineral do Exterior, que cumpre suavizada mediante política econômica externa cuidadosa e inteligente, com determinados países que mineralmente nos complementem.

III — VALOR DO CONSUMO DE MINERAIS NO MUNDO

O Departamento de Minas dos EE.UU. (U.S. Bureau of Mines) possui uma divisão denominada Unidade de Investigação sobre bens primários (Commodity Research Unit) o qual calcula, em bilhões de dólares, de 1973, os seguintes valores de consumo mineral no Mundo em 1969.

Minérios	Valor em Bilhões US\$	Em percentis do P.M.M., %
Combustíveis minerais	64,3	1,9
Minerais ferrosos	35,3	1,0
Minerais não-ferrosos	24,2	0,7
Minerais não-metálicos	38,4	1,1
	162,2	4,7

Quer dizer, o produto mineral mundial é menos de 5% do produto mundial, que é da ordem de 7 trilhões de dólares; apenas 5% representa a produção mineral. Não é, assim, uma cifra muito importante na medida da atividade econômica do mundo, mas ela traz, em si, todo o poder de catálise, de transformação e de sustento da própria economia.

Essa cifra de preço de custo dos bens minerais consumidos em um ano pelo mundo inteiro é, em 1973, duas vezes mais que o atual PIB brasileiro, mas é inferior a 5% do Produto Mundial. Esses

valores de 1969 devem hoje orçar por 300 bilhões de dólares, em face do encilhamento provocado pela OPEP.

O consumo brasileiro de minerais, dos seus produtos imediatos, orça por 8,7 bilhões de dólares por ano (0,9% do consumo mundial), dos quais produzimos internamente 1,6 bilhões em parte exportados. Importamos 7,1 bilhões de dólares em minerais, o que conduz a uma dependência mineral de 81% do Exterior no setor mineral.

As violentas variações de preços dos combustíveis minerais; dos metais não-ferrosos e dos não-metálicos reflete-se desastrosamente nos planos econômicos do Brasil, retirando-lhes confiabilidade interna e fazendo cair a credibilidade externa, tão importante no equilíbrio do balanço de pagamentos, através de poupanças externas e de recursos monetários mutuados lá fora.

Talvez pudesse, Sr. Presidente, distribuir um quadro que, realmente, pode explicar melhor essa situação do que a mera menção em palavras.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Apenas um aviso. A Presidência já providenciou a cópia xerox da conferência e tudo será distribuído dentro de poucos minutos.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Apesar desse número de trezentos minerais, a avaliação de uma situação mineral pode-se basear sob um número muito reduzido de minerais: petróleo, carvão, petróleo, ferro e alumínio. O faturamento desses cinco minerais e de seus produtos no concerto mundial representa 80% do mundo mineral. Quer dizer, não é preciso pensarmos duzentos e noventa e cinco restantes, porque, realmente, o que se quer aprender, em matéria de perspectiva e de situação, conseguimos encontrar com o exame da situação desses cinco minerais.

Eu pediria que se consultasse os quadros posteriores a esse gráfico, de nºs 1, 2 e 3, é que no ano de 1972, que dá o consumo de recursos minerais de regiões desenvolvidas em percentuais do consumo mundial.

1 — CONSUMO DE RECURSOS MINERAIS DE REGIÕES DESENVOLVIDAS EM PERCENTUAIS DO CONSUMO MUNDIAL

— 1972 —

Regiões	Petróleo	Carvão	Aço	Cobre	Alumínio
Estados Unidos	30%	18%	21%	25%	42%
Europa Ocidental	27%	14%	26%	33%	22%
Japão	9%	3%	12%	13%	10%
Total das Regiões	66%	35%	59%	71%	74%

2 — ABASTECIMENTO COM RECURSOS MINERAIS PRÓPRIOS DE REGIÕES DESENVOLVIDAS EM PERCENTUAIS DO CONSUMO DELAS

Regiões	Petróleo	Carvão	Aço	Cobre	Alumínio
Estados Unidos	69%	100%	75%	91%	15%
Europa Ocidental	3%	83%	86%	28%	41%
Japão	0	35%	27%	23%	34%

Esse primeiro quadro dá as regiões desenvolvidas; o segundo dá o abastecimento com recursos minerais próprios daquelas regiões desenvolvidas, e o último dá a produção mineral de dois países, com

independência mineral. Se consultarmos o quadro, que está em percentis. Os Estados Unidos, por exemplo, consomem 30% do petróleo do mundo, 18% do carvão, 21% do ferro, em consequência, 25% do cobre, 42% do alumínio fabricado no mundo inteiro. Na Europa Ocidental temos as mesmas cifras: 27%, 14%, 26%, 33% e 22%. E o Japão, a potência mais desenvolvida da Ásia e terceiro país em desenvolvimento do mundo: 9% de petróleo, 3% de carvão, 12% de aço, 13% de cobre e 10% de alumínio. De modo que o mundo desenvolvido, quer dizer um conjunto de 32 nações, com uma população de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes e um produto de 5 trilhões de dólares, tem 66% de consumo do petróleo do mundo, consome 35% do carvão, 59% do aço, 71% do cobre e 74% do alumínio.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A participação da Europa Ocidental, a participação própria da Alemanha Federal é bem superior à da França e Inglaterra, ou não?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Não, equipara-se. O produto mineral destes países, Inglaterra, França e Alemanha é da casa de 3,5 bilhões de dólares, produção própria; o consumo é da casa de 15 a 20 bilhões.

O segundo quadro dá em que medida essas três regiões abastecem a si mesmas. Quer dizer, essas cifras daqui cooperam com as cifras de importação para dar o consumo percentual dos países. Por exemplo, os Estados Unidos se abastecem em 69% com o petróleo próprio. A nossa cifra seria 20%, 100% com o carvão próprio, 75% com ferro próprio, 91% de cobre e 15% de alumínio. É grande importador de bauxita. A Europa Ocidental não tem óleo, está na situação de apenas 3% de óleo próprio, 83% de carvão, 86% de aço, 28% de cobre e 41% de alumínio. O Japão: nenhum petróleo, 35% de carvão, carvão ruim, mas que lava até atingir a terça parte das suas necessidades; 27% de aço, 23% do cobre e 34% do alumínio.

O quadro nº 3 mostra dois países numa situação superavitária, em matéria de valores minerais, com um comércio superavitário, portanto, que são a Austrália e o Canadá, países de população muito reduzida: são 13 milhões de pessoas na Austrália e 25 milhões no Canadá. São países muito grandes, pois a Austrália tem pouco menos do que o Brasil e o Canadá é um pouco maior. Vejamos a produção de minério de ferro, por exemplo: 65 milhões de toneladas na Austrália e 39 milhões no Canadá; bauxita: 16 milhões de toneladas na Austrália e o Canadá não produz; o níquel: 38 mil toneladas na Austrália e 265 mil no Canadá; cobre: 200 mil na Austrália e 800 mil no Canadá; zinco: 519 mil na Austrália e 1.324 no Canadá. Finalmente, carvão: 85 milhões de toneladas na Austrália e 95 milhões no Canadá. A Austrália é o 3º produtor mundial de minério de ferro, 1º de bauxita, 5º de níquel, 9º de cobre, 3º de zinco e 10º de carvão. O Canadá é o 5º de minério de ferro, 1º de níquel, 3º de cobre, 1º de zinco, 4º de chumbo e o 9º de carvão. São países especialmente dotados e numa situação que se vê bem, ao examinar o gráfico da página anterior, que apesar da simplicidade ele dá o quadro mundial de 20 países para estes minérios: petróleo, carvão, ferro, cobre e alumínio, que são, como disse, aqueles que tratam o subsolo. É inútil pensarmos nos duzentos e noventa e tantos restantes, porque a situação fica já desenhada com esses minérios fundamentais avaliados em milhões de dólares. Este gráfico ortogonal mede produção e consumo em bilhões de dólares. Se tomarmos, por exemplo, um país como a Rússia, que está na extrema direita do gráfico, ele tem uma produção de 15,3 bilhões de dólares e um consumo de 14,5 bilhões de dólares. Então, é um país superavitário em valores minerais. Produzindo isso tudo, naturalmente está exportando a diferença. Com essa exportação ele pode comprar aquilo que porventura não tinha ainda dentro do quadro de trocas minerais. Também a situação do Canadá, que está mais próxima da origem, com produção figurada de 2,5 bilhões de dólares e consumo de 1,8 bilhões de dólares, aproximadamente. Também é superavitário em matéria de trocas minerais. E aqui foi representada, numa diagonal de independência mineral, aqueles países em que o consumo é

exatamente igual à produção, como é o caso da China. Quer dizer, há uma política na China pela qual o país se ordena de maneira que ele estabeleça uma situação de uma balança de comércio igual a zero, no que concerne a minerais. A Índia está, também, nessa produção muita próxima da origem. É um país quase inviável, sob o ponto de vista econômico, com uma produção mineral um pouco superior a 1,5 bilhões de dólares, comparável com a nossa, e um consumo semelhante. O país não tem, realmente, capacidade de compra para sair dessa posição, nem crédito suficiente para comprar. Então, coloca-se nessa linha diagonal que separa a parte inferior de comércio mineral superavitário de uma parte superior de comércio mineral deficitário. Esses números são de 1971. Estamos em 1975. No intervalo aconteceu a OPEP e assegura a posição relativa desses pontos referentes a países e se conservou no sistema. Mas esses pontos se desenvolveram como um todo. Esses países do setor superavitário caminharam para a direita, porque o valor da produção aumentou. Então, um país como a Arábia Saudita, que está figurada aqui, praticamente sem consumo mineral nenhum, com 2,5 bilhões de dólares, está hoje, na casa dos 17 milhões de dólares. Caminhou tremendamente para a direita. Ficou num verdadeiro processo de guardar dinheiro, porque ela não tem consumo. A sua população é muita reduzida, de 5 milhões de pessoas, e com um nível cultural tremendamente baixo o país não transformou aquilo em moeda e tem uma posição financeira extraordinária. Também todos esses emiratos, como o Irã, por exemplo, que tem um programa de desenvolvimento importante, assim como um programa de armamento, mas apesar disso o consumo é extremamente pequeno. Esses países africanos, Zaire e Zâmbia, e esses países da Ásia, como o Paquistão, com padrão de vida extremamente baixo, estão praticamente na origem, produzem alguma coisa mas não vivem numa civilização mineral.

Aqui temos o Brasil com esta posição; nessa época com a produção de 800 milhões de dólares e um consumo de 1,5. Estamos no lado deficitário. E o que aconteceu verdadeiramente é que todos esses países deficitários caminharam não para a direita, como aqueles que acabamos de examinar, mas para cima. O Brasil, por exemplo, saiu desta posição, aqui, e está com um consumo de sete, acima da posição do Japão. Este saiu praticamente do mapa e está com o consumo de 24. Então, todo esse mundo desenvolvido caminhou para a parte de cima. Mas a posição relativa do Brasil, Itália, França, Alemanha Federal, Reino Unido, estes se conservam.

Essa perspectiva da situação mundial, sob o ponto de vista mineral, é importante, porque vemos o seguinte: a Rússia e os Estados Unidos estão numa posição tão distanciada do resto do mundo que pertencem a verdadeiras autarcias minerais, em grande ascensão e em estágio de desenvolvimento e aproveitamento de tal ordem que não há, praticamente, perspectiva desse grupo de países aproximarem-se daquele sistema que está lá. As grandes potências que dividem o poder do mundo estão, verdadeiramente, de um lado e outro dessa linha de independência mineral, e a Rússia muito fortalecida agora, porque a sua produção mineral caminhou para uns 20 ou 25 bilhões de dólares e, efetivamente, ela se afastou ainda mais dessa linha de independência mineral, ficou com um rédito favorável no comércio, uma capacidade gigantesca de atender, ao passo que os Estados Unidos caminharam para cima, ficaram mineralmente mais dependentes e numa posição de fraqueza mineral bem acusada, mas de qualquer maneira esses dois países estão de tal maneira distanciados do resto do mundo que as projeções que, as vezes, se faz a respeito do Brasil, compara com os Estados Unidos, na minha opinião não tem nenhuma significação; porque são dois mundos, são duas disponibilidades minerais de tal maneira diversas, apesar da similitude de porte da extensão nacional e até de proporção, mas o suprimento mineral próprio e o estágio de aproveitamento é de tal ordem que não tem verdadeiramente significação.

A nossa produção está aqui, entre a Índia e a Itália; já estamos caminhando lá para cima. Quer dizer, entre um país inviável como é

vel, para que os habitantes locais possam consultá-la. Concomitantemente criar substanciais prêmios em dinheiro para incentivar-lhes, aos habitantes locais, que comprovem ou não em terras municipais a presença de minérios iguais aos da coleção padrão; — isso pode conduzir a resultados inesperados, uma vez que praticamos no Amapá, que resultou na descoberta do manganês do Amapá; III) prosseguir na política sul-americana de participação conjunta dos países que integram esse Continente, em busca de atividade mineira associada, objetivando o abastecimento mineral desses países de preferência por minas do Continente. Todos seriam assim produtores e consumidores de minerais continentais, mediante participação ampla de mercado, tecnologia e capitais. As minas da América do Sul ganhariam, pelo ensanchamento do mercado, a grande escala requerida pela atividade mineira.

Isso procurou-se fazer desde 1928 com a Bolívia, e posteriormente com a Colômbia, Equador, Peru e Chile. O Continente Sul-Americano é suficientemente extenso (18.000.000 km²), para quase encerrar os 300 minerais necessários à civilização e constituir a Autarcia Mineral que cumpre por a pleno serviço de nosso Continente e, portanto, do Brasil, que dele retém metade.

Essas informações, Srs. Senadores, permitem, já um balanço da situação, que vou resumir agora, na parte final. Seria um balanço no Brasil.

VII — O BALANÇO DO BRASIL

Apesar da conta de 300 minerais necessários à operação da nossa civilização, nem todos desempenham papel crucial. Deles, os sete grupos mais importantes, abrangendo em valor 80% do dispêndio mundial com minerais, são: três combustíveis, petróleo, carvão e gás natural; — três metais, ferro, cobre e alumínio e materiais de construção como calcário, pedra, areia e argila.

Dessas exigências de minerais cruciais, nosso país é abundante em dois minerais metálicos, ferro e alumínio, e em todos os minerais de construção. Somos carentes de petróleo, carvão, gás natural e cobre, isto é, de quatro grupos, num total de 7.

Buscamos carvão em nossas terras desde a segunda metade do Século XIX; o petróleo desde 1918, cobre desde 1940, com resultados infelizmente medíocres. Daí a necessidade de arranjos internacionais que possibilitem suprimento contínuo para as necessidades brasileiras nesses elementos. Cumpre orientarmos a política externa para os rumos capazes de nos compensar dessas deficiências estruturais.

Petróleo — Oriente Médio, Venezuela e mais recentemente, Argélia, Angola, Nigéria, Gabão, Colômbia e Equador. Nós temos que tratar com esses países para óleo.

Gás Natural — Bolívia;

Carvão — EUA, Canadá, Polônia, África do Sul, Moçambique e Austrália;

Cobre — Chile, África do Sul, Zaire, Zâmbia e Peru.

É clara a vantagem de, tendo de buscar uma compensação, fazê-la com sul-americanos e africanos. Daí a noção de uma autarcia mineral sul-americana e de uma vinculação comercial e industrial estruturada com a África, de onde descende diretamente a quarta parte de nosso povo, em continente onde milhões de pessoas falam a nossa língua.

Uma noção da situação de nosso País no concerto mundial mineral decorre das seguintes considerações:

Componentes positivos do Brasil:

I — De um levantamento recente da *Revista Fortune*, sobre 100 entidades econômicas mundiais com os maiores faturamentos anuais (países ou empresas multinacionais), verifica-se que o Brasil ocupa o nono lugar entre as entidades de maior PNB do Mundo, em seqüência aos EUA, Japão, URSS, Alemanha Federal, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá. A multinacional aí alistada de maior faturamento é a General Motors, que ocupa o 17º lugar, entre a Bélgica e a Argentina.

II — O brasileiro é simples, trabalhador, acessível, sem problemas raciais, muito aproveitável, apesar da rarefação de recursos

humanos de mérito, principalmente os de nível médio, perdidos em meio de uma população numerosa, embora ignorante e destituta, reproduzindo-se a taxa perigosa que impede beneficiá-la em tempo útil;

III — O Brasil é o quinto mais extenso país do Mundo, depois da URSS, Canadá, China e Estados Unidos. Oferece, nessa superfície, abundância de recursos naturais sob forma de solo, clima, água, vegetação. Também, importantes recursos minerais no que concerne a nove minerais metálicos, além de ser o quarto potencial hidráulico mais elevado do Mundo, do qual 10% já aproveitados.

IV — Não existem, no Brasil, problemas graves de segurança interna ou externa. O País desfruta de autoridade, de organização e de respeito à Lei. Frui de representação e de continuidade de propósitos nacionais.

Componentes negativos do Brasil

I — A deficiência de combustíveis minerais é possivelmente a maior desvantagem do Brasil, tanto mais gritante quanto grandes as distâncias do País, exigentes de veículos automóveis;

II — O adiantado estado de destruição ecológica do País, que perdeu toda a Floresta Atlântica a partir de 1830, outrora extensa de dois milhões de quilômetros quadrados, que se reflete hoje desastrosamente sobre o solo e a fauna natural. A conversão desse bem de capital em bens de consumo se fez a custo ecológico intolerável. O prejuízo resultante é irrecuperável. Esse mecanismo predatório está sendo agora renovado frente à Floresta Amazônica, no afã de transformá-la em pastagens, pelo esforço de incentivos fiscais;

III — A invasão conseqüente das cidades, pelos deslocados da guerra ecológica, vem provocando edemas urbanos, ao tentar expandir-se às antigas cidades sobre o plano do arruamento pretérito, o que tem conduzido a insólveis problemas de transporte de massa. Estima-se em 62% a ocupação urbana do Brasil, sem perspectiva de estabilização dessa cifra.

IV — A população numerosa demais não pode ser tratada e assistida com recursos limitados em tempo compatível com a duração útil da vida do adulto, no esforço de tentar-lhe a transformação em recursos humanos. Acresce-se, anualmente, a população brasileira de quase 3 milhões de pessoas, o que ao Brasil retira qualquer esperança de aperfeiçoamento sistemático e cabal dessa população. A poupança nacional cada vez mais se imobiliza em investimentos demográficos, moradias, escolas, hospitais e estádios, sobrando pouco para incremento da renda econômica já conseguida. Daí o balanço.

Balanço

O constante balanço desses componentes positivos e negativos que definem o Brasil, e a maneira de otimizar a convivência de prós e contras, constitui a tarefa magna dos dirigentes do país. O Congresso Nacional é o *forum* natural para a constante discussão desse balanço, capaz de conduzir à escolha das soluções mais adequadas ao povo do Brasil. Não dependem essas escolhas só de saber dos técnicos mas, principalmente, da sabedoria dos políticos, classe magnificamente representada por V. Ex^{ts}, arregimentadas em dois partidos com programas próprios, mas comungando o objetivo comum da felicidade do povo brasileiro.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em nome da Comissão de Minas e Energia, agradeço ao eminente Mestre a magnífica conferência sobre a definição na política mineral para o Brasil.

Tenho o prazer de dar a palavra ao primeiro debatedor inscrito, o Sr. Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Professor Glycon de Paiva, nós não repetimos aqui aquela tradição da Escola Superior de Guerra, que obriga ao primeiro debatedor fazer, necessariamente, o elogio do conferencista, com o que alguns conferencistas se equivocam. Por isso mesmo, quero aproveitar a oportunidade de ser o

primeiro debatedor para lhe dizer que ouvi não só com a atenção devida a tudo aquilo que V. Ex^a disse, mas, sobretudo, com muito interesse, porque suas manifestações têm sempre uma dimensão nacional. O valor pessoal de V. Ex^a empresta a essas manifestações uma importância em que nenhum político que se preze de o ser, pelo menos em dimensões nacionais, poderia ignorar.

A formulação que V. Ex^a fez, em termos gerais, em termos tópicos, de uma política mineral para o Brasil, acho que deve merecer uma atenção especial desta Casa, que, em boa hora, o Presidente da Comissão, Senador João Calmon, pensou em trazer V. Ex^a para esta Conferência, mas que não deve perder nos nossos artigos, deve ser objeto de meditação, de debate. V. Ex^a é um homem polêmico, e gosto muito dos homens afirmativos. Algumas vezes tenho dissentido das lições de V. Ex^a, sobretudo no campo do petróleo, noutras vezes, tenho-me deixado impressionar fortemente pelo seu raciocínio, que eu diria cartesiano, especialmente no campo de uma política democrática, que V. Ex^a com muita coragem e muita bravura tem defendido e, aqui, apenas *en passant* tocou nela.

Ninguém me tinha posto, até agora, o problema deste inter-relacionamento, que nós poderíamos chamar, um pouco pedantemente, de geopolítico, das tentativas de fazer um mercado comum de produção e consumo, que tentasse chegar senão a uma solução autáctica, como da União Soviética ou dos Estados Unidos, em parte, pelo menos na medida em que fizesse os nossos países se tornarem menos dependentes desse consumo externo, com uma política de solidariedade continental. Acho que esse é um ponto alto da conferência de V. Ex^a, que eu queria ressaltar.

Por outro lado, os campos que V. Ex^a salientou, como de preferência, para nós, seria um regime de excelência, onde nós deveríamos buscar a complementação dessa trágica falta que nos faz, no instituto do desenvolvimento brasileiro, o petróleo, o carvão e o gás natural.

Como V. Ex^a indicou, por exemplo, a área asiática para a busca desse entendimento do petróleo, pareceu-me estar dando uma direção extremamente boa e muito atual, talvez há dez anos V. Ex^a não pudesse formular uma estratégia dessa natureza.

Verifico que há alguns pontos que mereceriam — se V. Ex^a tivesse a paciência de voltar a esta Casa — conferências próprias. Um deles, por exemplo, é essa questão do prejuízo ecológico. Sabe V. Ex^a que é um assunto que tem sido versado no Senado, mas de uma maneira que me parece desordenada. Fala-se muito na exploração predatória da Amazônia, a Transamazônica tem servido, inclusive, para isso, mas sem uma substância, algo concreto, em termos objetivos que pudessem convencer aos ouvintes de que não se trata apenas de um reclamo, de uma queixa. Eu sou homem da Amazônia, como V. Ex^a sabe, e é evidente que quando se considera a fimbria da Transamazônica, na Amazônia brasileira, ela é uma linha que, muitas vezes, os aviões convencionais, monomotores ou bimotores, que cruzam aquela área, perdem-na de vista com a primeira oportunidade de uma nuvem mais baixa, tão pequena ela é. Mas, as suas margens, a política indiscriminada de liquidação do revestimento florestal próprio, para ali servir de pastagens, como V. Ex^a disse, por seu turno, apoiado nos incentivos fiscais, realmente, me tem impressionado. E, às vezes e desgraçadamente, o nacionalismo equivocado, como por exemplo quando se pôs para fora do Brasil a Rio Impex, que fazia uma política de exploração do mogno que vale quase como petróleo, que dava no porto de Belém o fob Belém de 106 dólares o metro cúbico, para a exportação, sobretudo para a Europa, como por exemplo a Alemanha, e ao mesmo tempo em que se tangeu essa gente daqui, sob fundamentos tipicamente primitivista, entregou-se a terra às próprias populações autóctonas, que queimavam e queimam, ainda, as florestas de mogno para, em seu lugar, plantar mandioca e couve.

Então, ao lado de uma política mineral, V. Ex^a já mostrou a necessidade de se ter uma política de natureza global, que levasse o apoio à necessidade de exploração do subsolo, também, à uma necessidade de correspondência articulada com a política da silvicultura, sem o que as florestas, também, só nos dariam estímulo. Esse é um

ponto que acho extremamente importante. E se V. Ex^a pudesse nos dar subsídios posteriores, particularmente, eu creio que o Senado lhe agradecerá muito.

Relativamente à questão da educação profissional, V. Ex^a tocou numa das minhas chaves. Quando nós pretendemos — prosseguindo naquilo que era meta do Senador Tarso Dutra, quando Ministro da Educação — modificar a velha educação brasileira de propedêutica, educação que, ironicamente era chamada pelos estudantes como laminada, em duas lâminas, em dicotomia apenas, ou seja, a educação para os nossos filhos, educação para os doutores e educação para os filhos dos outros. Os filhos dos outros, então, iam para o colégio agrícola, para o colégio comercial que foi onde encontrei a pior qualidade de ensino, etc., porque não davam status. V. Ex^a há de estar lembrado que a Constituição de 1973 já dizia que o Brasil deveria fazer um grande esforço no ensino secundário, oferecendo vagas na medida das suas potencialidades, e, paralelamente fornecer às classes menos favorecidas educação industrial. Então, isso era do próprio texto constitucional, oferecer às classes menos favorecidas; ir para uma escola dessa natureza, já era se caracterizar como classe menos favorecida.

A Lei nº 5.982 — não sei se V. Ex^a a conhece — tentou precisamente fazer isso, cujo resumo V. Ex^a fez de maneira admirável, que é o grande valor do artesão alemão, e mais do que o artesão o homem de ensino de segundo grau completo e, paralelamente, transformado num profissional. O que nós fizemos foi a terminalidade ao nível de segundo grau, no sentido de que à medida em que o estudante brasileiro vencesse a escola de primeiro grau, chegasse ao segundo grau, ele pudesse estar armado com uma profissão, inclusive para enfrentar um infortúnio da vida, se fosse necessário, se ele não pudesse prosseguir, porque não há nação nenhuma no mundo que transforme todos os seus estudantes de primeiro grau em doutores. O maior rendimento, que é o da nação americana, é de 20%, e o Brasil estava com o rendimento de 1,1%, nesse campo. Ou o homem atingia no topo a universidade, formava-se, ou então ficava no meio do caminho, perdido, porque não tinha a menor formação profissional, porque o ensino manual, foi a expressão de V. Ex^a, parece que não nos atrai. É verdade que ela implicaria, no meu entender, hoje, numa mudança de mentalidade muito grande, não só, realmente, porque há necessidade de se caracterizar o ensino manual como tão digno como o intelectual, ou mais ainda meios, porque fundamentalmente o problema é de meios. Era mudar uma escola, de tantas salas de aula, com tantas cadeiras, um quadro e um professor, para uma escola que tivesse, paralelamente, os seus laboratórios, onde as crianças devam passar por todos aqueles experimentos na marcenaria, na carpintaria, na sala de educação para o lar, na sala de massas, onde muitas vezes se descobre a vocação de artista plástico; e isto tem sido feito e está sendo feito no Brasil, está sendo feita uma implantação mais demorada do que seria de desejar. Mas, infelizmente, há dois dias, eu soube que a Câmara dos Deputados fez uma espécie de análise dessa lei, talvez dentro do velho princípio de que não convém profissionalizar, então, o que se deve fazer é a formação de bacharel, e outros em seus graus.

Como vê V. Ex^a, não tenho pergunta específica, apenas gostaria, realmente, de lhe prestar uma homenagem.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO — Acho que esta Casa lhe deve, e queria fazer uma pergunta neste final. Relativamente a nós, pela nossa deficiência, até agora, de ter formado o subtenente, de ter formado o sargento, essa situação que nós fizemos e vemos, com muita alegria que V. Ex^a utilizou também, acredita V. Ex^a que poderia ser possível como forma intermediária, pensar num processo de transferência tecnológica agressiva, como o Japão fez depois da Segunda Guerra?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Não sei se o grau de cultura elementar da pessoa a ser beneficiada é bastante aqui no Brasil.

Recordo-me de que durante a guerra eu estava dirigindo um serviço de produção de berilo e tantalita, no Nordeste, e fiquei muito surpreendido com o desencontro das cópias e atas, por escrito, e das realizações dessas obras. E um dia me veio na idéia de que, talvez, nós estivéssemos falando línguas diferentes, nós os capatazes. E aluguei dois professores de Português, do Recife, e mandei levantar o vocabulário dos trabalhadores, que trabalhavam nos altos de tantalita e de berilo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. E eles voltaram com um vocabulário de quatrocentas palavras, cinquenta verbos, duzentos substantivos, cem adjetivos e algumas preposições, e era o único instrumento de transmitir e receber que aquelas pessoas, tinham. Com esse mundo, de agregado de pessoal, que é muito característico no Nordeste, que se prezam como pessoas humanas e respeitam como tal, não compreendiam mas não diziam que não tinham entendido. Mas, na verdade, eles não nos entendiam. E foi preciso que a direção começasse a escrever naquele vocabulário para começar a ser entendida. Meu recio é que, nesse princípio de transformação, pegamos, por exemplo, um japonês médico com oito anos de escola, assim como um alemão, no fim desses oito anos básicos, a família é, então, chamada e se diz isto: o seu menino não tem nenhuma qualidade especial de pesquisador científico, acho que ele não deve fazer o curso universitário, ele viria melhor para a escola do povo, então, ele faz um curso de *Volkshule* para o comércio, para a indústria ou para outros ofícios, estuda três ou quatro dias por semana e dois dias de oficina ou de comércio ou trabalha conjuntamente, aos dezoito anos está formado, tem logo um emprego de oitocentos marcos, começa a vida nesse tocante, ao passo que um indivíduo que fez um curso universitário, provavelmente, começa a ganhar a vida aos 25 ou 26 anos, e provavelmente os salários desse pessoal de *Volkshule*, na Alemanha, são maiores que os outros salários, até à idade de 35 anos. Só daí para frente é que o universitário pode ganhar mais do que o outro, mas o outro já está com sete anos de vantagens do primeiro, já se estabeleceu, já tem o seu apartamento, a sua família, está como contramestre de alguma oficina e se quiser pode fazer um curso universitário.

De modo que eu não saberia resolver, porque o que há de lastro de incultura na massa brasileira é que quando se pensa que 60% da população brasileira é classe C, quer dizer, a família está se sustentando com um salário mínimo, mantendo aquele mínimo de duas mil calorias diárias, e esse é todo o objetivo, então, já para caminhar-mos para outras coisas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A pergunta, em parte é feita, como expliquei, na medida em que se supõe que não se poderá mudar isso, rapidamente.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Exato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Primeiro porque existe uma resistência na natureza psicológica, segundo, como todo processo de transformação de educação é um processo de maturação lenta, porque a sua existência é, assim, tipicamente antropológica, não se poderia vender essa idéia com muita facilidade. Mas, sou muito otimista em relação ao que se vem implantando na tentativa de atingir o ensino profissional terminalista, segundo grau; e vi, no período que estive no Ministério, que as Escolas Técnicas Federais — não sei se o Dr. Glycon tem acompanhado — a sua transformação no Brasil; elas eram antigas Escolas de Artes e Ofícios, para as classes menos favorecidas; hoje, são as escolas mais disputadas a nível médio. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Escola Celso Suckow tem oito vagas para um candidato; e dispõe de laboratórios completos, perfeitos para a preparação do técnico do nível médio, abrindo 120 opções. Por exemplo, uma das opções, técnico de motores; outra opção, técnico de estradas; então, é muito mais do que era antigamente o mero topógrafo, que hoje é o homem que, ao lado da topografia, alia as técnicas de asfalto e de inclinação inicial de estradas de terra batida. Então, essa área toda está sendo preenchida com muita voracidade, por parte do jovem brasileiro, que frequenta as escolas técnicas,

hoje, com muito orgulho; não se sente diminuído, absolutamente. Mas, o que me frustrou é que estando nessas escolas e verificando, por exemplo, lá no Amazonas, a mudança que houve nas Escolas Técnicas Federais, no Pará e no Sul. E quando nós perguntávamos aos estudantes, aliás, em verdade, todos eles estavam lá passando uma chuva, porque todos visavam a Universidade. Então eles vão ocupar um bom período de tempo e dinheiro que nele se aplicou, mas não vão, na sua grande maioria, contentar-se com aquilo; eles estão hoje satisfeitos de ir para um lugar onde a escola é objetiva, mas, o seu fim é ser doutor. Daí eles perguntarem se não seria cabível, paralelamente, enquanto não se consegue essa mudança, de resistência de natureza antropológica, propriamente dita, utilizar o que o Japão fez, embora seja verdade que ele já contava com certa margem de gente preparada, como V. Ex^a citou, mas em vez de buscar na pesquisa própria o grande argumento, em que se fala tanto hoje, que a nação que não tiver pesquisa própria não será nação soberana, então aceito isso em termos. A pesquisa própria sem dúvida deve existir e deve ser muito estimulada, mas a transferência tecnológica é uma necessidade extremamente importante para os países em desenvolvimento. Concordaria V. Ex^a com a tese?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Pois não!

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao segundo debatedor inscrito, o Sr. Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, Sr. Conferencista, o Senador Jarbas Passarinho já falou por todos nós, enaltecendo a presença de V. Ex^a nesta conferência e teceu comentários correlatos, que nos ajudam a compreender melhor a conferência de V. Ex^a. Então, eu me permitiria a abordar especificamente um outro assunto, que é a política mineral do Brasil, e ela é executada através do PNPB e da CPRM.

Isso significa que há um esforço nacional, executado pelo Governo Federal, mas não conheço correspondência desse esforço nacional a nível estadual. Alguns Estados brasileiros, alguns Governos estaduais, dispõem de Secretarias e de organizações voltadas para a atividade mineral. E V. Ex^a muito bem ressaltou que esta atividade deve ser até a nível municipal, quando citou a possível instalação, em cada município, de amostras que ajudassem a população local a identificar as ocorrências minerais.

Mas, um esforço nacional a nível estadual, a nível regional e local, basicamente, repousaria no preparo de recursos humanos especializados para essas atividades minerais na construção de equipamentos no Brasil, para a produção mineral, e recursos financeiros adequados.

Eu gostaria de ouvir de V. Ex^a a sua opinião a respeito das nossas deficiências nessas áreas que, a meu ver, constituem as três pernas que seguram ou que sustentam uma política mineral.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Na alma do brasileiro há um grande interesse mineral. A nossa população de garimpeiros e fiscoadores foi avaliada em 60 mil pessoas que, normalmente, se dedicam a este mister de garimpar diamantes, pedras preciosas ou de fiscoar ouro, tantalita e várias outras substâncias. A produção mineral dessa gente se calcula em cerca de 150 quilates de diamantes, que são produzidos através de garimpagem, e cerca de 2 mil quilos de ouro, que são produzidos através de fiscoação. De modo que há toda uma população brasileira autodidata, que dá curso à sua própria vocação, nesse sentido. Então, se nas zonas de garimpo fossem abertas, por exemplo, escolas de prospectores, com distribuição de aparelhos simples, ensinar a fabricar aparelho simples de concentração e de separação de material aluvionado, poderia resultar num incremento de produção e uma satisfação a essa gente que, realmente, poderia ter acesso a novas formas e novas tecnologias relacionadas com esse processo de colheita por apanha de minerais livres em areias de rios e em guiparas. Acho isso possível.

Também posso imaginar uma escola de prospectores; seria, então, uma escola de nível médio nesse setor mineral: auxiliares

ensinados a abrir escavações necessárias para a definição de jazidas, e como fazer uma amostragem, enfim, uma série de coisas nesse sentido, e o que é feito realmente, em cada uma das campanhas de mineração. Elas treinam aqueles que chamam de auxiliares de campo, pessoas com quase todo o primário, mais ou menos no primeiro ano ginásial, e eles são treinados, então, nessas técnicas elementares de dirigir aberturas de piques, trincheiras, e execução de furos com trados de mão, colheitas de amostras, batiais e coisas semelhantes podem, realmente, dar resultados e conduzir a um incremento e a um aproveitamento melhor. Estou de acordo com essa idéia.

A idéia da coleção é importante, desde que seja ligada a uma idéia de prêmio. Se se oferecer um prêmio, digamos, de dois mil cruzeiros a um indivíduo que trouxer quantidades substanciais de alguma coisa semelhante a uma amostra ou de uma coleção que está na Prefeitura, então, desenvolve-se um interesse realmente grande, e todas aquelas pessoas que percorrem o interior ficarão polarizadas àquela idéia de trazerem trinta ou quarenta minerais diferentes. Então, feita a felicidade da escolha em relação com a geologia local, pode dar um resultado considerável nesse negócio, e facilitar. Isto porque quem descobre afloramento naturais de valor não é o geólogo, não, é o homem da terra, esse indivíduo é que é motivado por um tipo diferente de pedra do que, normalmente, conhece como sendo padrão, como sendo a generalidade da área. Se ele tem um local onde aferir o que aquilo significa, com um prêmio, então, se pode determinar todo um custo de descoberta muito grande e incremento do campo mineral, e passar do nosso número de 77 para números maiores. Embora a descoberta das coisas realmente importantes, como o óleo e carvão não se dará dessa maneira. Mas, acho importante o que se está dizendo e acredito que possa ser um auxílio. Alguns Estados têm se preocupado com isso, como por exemplo Minas Gerais, a METAMIG, em Goiás a METAGO. Com algumas companhias o Estado tem feito sociedades de economia mista, dedicadas a pesquisas de produção minerais. Há algumas até bem organizadas, como é o caso da METAGO, da METAMIG, pois esta última por exemplo, há pouco tempo localizou uma massa de sulfureto de chumbo e zinco, em Paracatu, de importância, são quinze milhões de toneladas de sulfuretos, e nenhum local do Brasil tem quinze milhões de toneladas de sulfuretos. Portanto pode dar resultados e conduzir a alguma coisa. Como o País é muito vasto e sendo que o número de pessoas que se preocupam poderá crescer, então, poder-se-á realmente, produzir. É preciso notar que os levantamentos feitos com o RADAM por exemplo, determinaram um avanço extraordinário no conhecimento da Amazônia. O que houve em matéria de uma topografia geral da área e em todos os setores dos campos naturais, da vegetação, da drenagem, quantidade de água, solos, etc., e com o laboratório criado lá, em Belém, onde os grupos são treinados na interpretação desses resultados, o volume de informações que vem por aí, realmente, já supera hoje tudo aquilo que se acumulou por observação direta no passado. Embora, dada a simplicidade e a homogeneidade da construção geológica da bacia amazônica, curiosamente, nenhuma formação nova foi revelada pelo RADAM; ele precisou o quadro, as medidas, mas aqueles poucos indivíduos que num século de observação da Amazônia delimitaram como sendo os músculos do gigante, realmente são aqueles, não houve coisas novas sob esse ponto de vista. Há interpretações e correlações muito mais inspiradoras de novas descobertas, mas é apenas uma boa base para se partir para a pesquisa subterrânea, que esgotadas as possibilidades de afloramentos é a única que poderá revelar.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao terceiro debatedor inscrito o nobre Sr. Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Professor Glycon, ouvi com muita atenção a conferência de V. Ex^a E reitero, *ipsis verbis*, a apreciação do Senador Jarbas Passarinho, no seu quadro geral.

Tenho três perguntas a fazer a V. Ex^a Uma delas é a seguinte: a Colômbia tem em disponibilidade uma grande reserva de carvão, e ao que soube, quando recentemente estive lá é esse carvão da mais alta qualidade. Há um interesse muito grande do Governo colombiano em negociar esse carvão, por escambo ou venda, ao Brasil, mas que não tem colocado satisfatoriamente essa produção, no exterior. Então, temos urgentemente que desenvolver o Projeto Carvão. Esse assunto tem sido objeto de debates freqüentes aqui, no Senado. Pergunta-se: havendo carvão com relativa possibilidade, a cada vez que não temos reservas nacionais, não seria de grande vantagem nacional que se examinasse a possibilidade de desenvolver uma siderurgia aproveitando-se aquele carvão? Mesmo porque, não tendo ferro a Colômbia, poderia ir um minério trabalhado para lá?

Em segundo lugar, V. Ex^a, de passagem, tocou num ponto que tem sido objeto de preocupação aqui no Senado: é a questão de que V. Ex^a chamou de guerra ecológica, a devastação hoje da Amazônia, de forma indiscriminada, para que dentro em pouco nos deparemos com a situação semelhante a que houve no litoral, quer dizer, a devastação, sem critério, da reserva florestal litorânea. Teríamos oportunidade de dar conhecimento ao Senado do caso que foi motivo de estorrecimento internacional? Não sei se V. Ex^a leu nos jornais que um satélite americano constatou um grande incêndio na terra, e se descobriu que foi aqui no Brasil. Quer dizer, incendiou-se uma região, no Amazonas ou no Pará, de 100 por 100 quilômetros, ou seja 10 mil quilômetros quadrados, quase que a metade de Israel. Foi um grande incêndio. Isso foi comentado seriamente nos Estados Unidos, e, depois, aqui num simpósio, parece-me que em Minas e no Senado nós demos conhecimento desse fato. Foi a Volkswagen que comprou essa área e, para aproveitar incentivos fiscais, resolveu fazer uma fazenda e a melhor maneira foi incendiá-la, destruindo uma reserva maravilhosa de mogno. E está sendo motivo de preocupação essa questão de devastar a Amazônia. Então, parecemos indiscriminado o comportamento e estamos fazendo com que as indústrias nacionais, sem que gastassem um tostão, utilizando seu Imposto de Renda e a do empregado para comprar áreas que se valorizam seriamente, aliás, estão fazendo grandes especulações. Conheço casos em que o sujeito comprou, digamos, uma reserva de 17 mil alqueires por 2 milhões de cruzeiros e 2 anos depois vendeu por 60 bilhões de cruzeiros. Apenas devastou uma pequena mata e passou a propriedade para frente, dessa forma. Então, veja bem V. Ex^a, além da destruição da floresta está havendo outras coisas. As firmas nacionais ou estrangeiras são sensíveis ao progresso, e em reação ou em contraposição há o aumento da terra, que é mais conservador. Hoje é a própria indústria que está se tornando mais conservadora adotando a filosofia do dono da terra. É essa mentalidade ultrapassada de se tornar mais conservadora. Então, o Governo, que se propôs, no começo, em destruir o latifúndio e dar uma racionalidade à exploração da terra, está criando hoje, com esses incentivos, o grande latifúndio.

Não sei, então, qual a opinião de V. S^a a esse respeito. E gostaríamos de ouvir essa opinião. E, depois, se seria possível, através dessas prospecções dos satélites, constatar-se a existência de petróleo ou se determinar as áreas onde a possibilidade da existência do petróleo seja maior. Será que com a ajuda desses recursos modernos de fotografias através de satélites não seria isso possível? Eram estas as três perguntas que eu gostaria que V. S^a respondesse.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Senador Leite Chaves, em relação ao carvão da Colômbia, recorda-se que o Ministro Gibson Barboza, do Ministério das Relações Exteriores, começou a entabular negociações, na Colômbia, tinha um grande interesse de estabelecer um escambo de minério de ferro com o carvão colombiano, de La Paz, e as dificuldades políticas de lá foram grandes, e acho que o problema ainda não está determinado, mas percebe-se que a materialização desse propósito consiste em se ter cada usina siderúrgica em cada extremo dessas linhas de escambo, que é uma siderúrgica baseada com minério de ferro brasileiro e coque

colombiano; então, vêm os navios cheios de carvão e faz coque aqui, em Vitória, e aí se transforma e se produz aço com o carvão colombiano. Esse sistema vai levar algum tempo, e o entendimento entre dois países subdesenvolvidos nesse setor, em que há muita renúncia isso não é fácil. Isso poderá, talvez, ser feito em Carajás, também, e tem sido programa da Nippon Steel, no Porto de Itaqui. E já se falou, também, numa gigantesca usina de 10 ou 12 milhões de toneladas, aproveitando aquela situação do minério de ferro e do carvão do Golfo do México, da Colômbia etc. De modo que acho isso uma possibilidade, mas que vá se materializar, não sei, talvez, lá pelo ano de 1985 ou 1990, mas há alguma coisa de substancial e de evidente nessas coisas. É possível que isso vá acontecer um dia embora o volume de tropeços humanos, para se chegar a esse resultado, não possa ser ultrapassado num prazo curto.

Quanto ao caso da destruição ecológica, que nosso País vem sofrendo, lembrei-me de uma frase de Burle Max, que diz o seguinte: "Ninguém segura o desmatamento do Brasil". (Risos.)

Realmente, a transformação dos bens de capital em bens de consumo de uma população pobre é fatal. O indivíduo derruba uma árvore e põe fogo, porque, então, ele terá o fertilizante, porque a parte mineral da árvore fica ali para fertilizar a plantaçã de mandioca desse indivíduo. Isso porque uma excelente madeira, que está valendo centenas de cruzeiros o metro cúbico, lá nos altos de qualquer rio no interior, para ele não vale nada. O problema do caboclo é alimentar sua família com um milhozinho ou qualquer coisa, então, ele põe fogo naquela mata, pois não há controle nenhum sobre esse incêndio, e o único instrumento, realmente, que ele tem de fazer produzir o solo é através da queimada, através da destruição. Quer dizer, há uma grande parte cultural nesse problema de desmatamento; essa agricultura de coivara é algo histórico em nosso País. E não é apenas com uma determinação legal que se vai impedir isso. Temos uma massa de nossa população que é excelente sob uma porção de aspectos, mas num nível, numa idade tecnológica, num nível de compreensão e de cultura contratável para muitas dessas coisas.

Então, há ignorância do indivíduo que vai aplicar um incentivo fiscal e quer colocar o zebu lá numa mata qualquer e derruba uma floresta enorme e põe fogo como o único modo de fertilizar o solo e de livrar-se do obstáculo da mata. E por aí vai. Não sei qual é a parte destruída, mas pode ser muito grande. E poderá acontecer que, num belo dia, quando se quiser apresentar só restará aquela fileira de árvores à beira do rio, enquanto o interior estará todo vazio. Ao passo que a Amazônia, conservada como está principalmente com seu papel natural, porque é, provavelmente, a maior fábrica de chuvas de todo o continente sul-americano. Temos, em verdade, uma área como aquela, de 4 milhões de quilômetros quadrados, naquela temperatura de lá, com aquela condensação e fabricação de chuvas e alimentação das divisas, e isto é extremamente importante. Mas, acredito que com essa destruição e substituição da natureza por uma Amazônia florestada em toda a parte do mundo, o valor turístico, a capacidade de faturamento de uma área que está no primeiro dia do Gênesis, para um mundo que cada vez mais se interessa por Turismo e quando este Turismo atinge as classes menos economicamente favorecidas de todo o mundo, quer dizer, o indivíduo podendo ir lá e gastar 500 ou 600 dólares em quinze dias e sentir-se no meio de um quadro natural inviolado, intocado, é algo que contém uma capacidade de faturamento gigantesco. Pode-se imaginar o que será de transporte de jumbos, servindo a lugares lindos, aí, à beira do Tapajós e de uma porção de rios, com acesso a florestas por toda parte? Ainda mais quando o turista possa ficar muito bem protegido num bom hotel. O turista de todos os povos gosta dessas coisas.

Então, acho que a capacidade de faturar, turisticamente, que a Amazônia pode ter, com hotéis bem colocados, para esse povo ansioso por natureza como tema Europa, superaria de muito qualquer capacidade de faturamento em carne, em madeira ou qualquer coisa semelhante. Há, portanto, a falta completa de policiamento de um sistema, pois não se pode, numa região que tem

menos de uma pessoa por quilômetro quadrado, pensar-se em fiscalização. Dessa própria população toda a metade já está urbanizada, pois em Belém, em Manaus e Santarém, por exemplo, já vive a metade da população dos 3 ou 4 milhões que ocupam aquela área.

De modo que, estamos em presença de uma situação que, realmente, entristece. Quem lê, por exemplo, os livros de Saint Hilaire, de Eschwege, sendo que Eschwege era um indivíduo que era empregado do Estado Português, era geólogo que residia em Ouro Preto, encarregado de atender aos serviços das minas, mas ele tinha que fazer, uma vez por ano, uma visita a um estabelecimento siderúrgico em Ipanema, perto de São Paulo. Ele ia a cavalo, percorrendo distância, como se fosse de Ouro Preto a Barra do Pirajá e daí ia pelo Vale do Paraíba, e ele tem um livro em que descreve, nessas viagens, o que era a mata do Vale do Paraíba, livro que se chama "Brasilien Die Neuwelt", Novo Mundo. Então, descrevendo, dizia ele que não podia dormir, dada a quantidade de veados que chegavam à altura do que seria, hoje, Rezende ou Pindamonhangaba, incomodando o acampamento de Eschwege, ali, que ia fazendo aquelas dez léguas por dia até chegar, sendo que, por vezes, chegava a ser uma quantidade gigantesca de animais. Era uma floresta de lauráceas e leguminosas, com uma quantidade de favas que alirgavam aqueles animais. De modo que ficamos tristes só em pensar como é que se pode destruir uma floresta dessas, com angelim, perobas e outras coisas, para plantar café morro acima, que deu uma riqueza temporária durante 20 ou 30 anos, mas que colocou toda aquela região do Estado do Rio, hoje, num verdadeiro cemitério ecológico e, não há o que fazer. Talvez, portanto, Burle Max tenha razão ao afirmar que ninguém segura o desmatamento do Brasil, pois o desmatamento é um problema eminentemente cultural.

Pelo que tenho estudado, lido e ouvido em congressos, Senador Leite Chaves, as informações obtidas por satélites identificam as formações; ela pode fazer geologia, mas ela não localiza, não identifica um determinado mineral, a não ser, por exemplo, os minerais magnéticos, os minerais altamente radioativos. Mas, normalmente, o que essas informações podem acusar, verdadeiramente, é a geologia numa escala de um para cinquenta mil e um para cem mil. Não faz mais do que isso. Para a descoberta, realmente, de minerais tem-se que descer ao chão e nada, ainda, substituiu a sonda na determinação precisa de volumes minerais úteis.

O SR. LEITE CHAVES — Gostaria de formular mais uma pergunta a V. Sr.: a destruição da Amazônia, por exemplo, que, realmente, é uma fábrica de chuvas, como V. Ex^a disse, não viria acentuar a gravidade das secas do Nordeste, por exemplo, ou aqui no planalto?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Quem sabe. Se V. Ex^a fosse verificar isso a posteriori, talvez tivéssemos que imaginar isso bem antes de fazer o que estamos fazendo, por inércia.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Professor Glycon de Paiva, a palestra de V. Ex^a despertou minha atenção para dois fatos: a primeira, pela objetividade, pelo patriotismo e pela oportunidade com que V. Ex^a nos traz conhecimento de uma matéria de suma importância para o futuro do nosso País, com o qual eu me congratulo. E despertou-me o nacionalismo, o patriotismo na palestra de V. Ex^a, para uma pergunta que foge um pouco, na realidade, à finalidade da presença de V. Ex^a na Casa. Os bens de capital transformados em lucros e os bens de consumo transformados em prejuízos, ou seja, a exploração dos bens de capital não atenderam, até hoje, aos princípios éticos de uma filosofia tendo em vista o homem e o País e sim o capital, daí a exploração vem sendo feita, tendo em vista o lucro a curto prazo, e por isto vem sendo predatória e altamente danosa ao povo e, conseqüentemente, à Nação. É o que despertou em mim, a palestra de V. Ex^a. E, a

pergunta que tenho a fazer se resume à minha região do Seridó, no Rio Grande do Norte. As ocorrências de schelita, cassiterita, columbita, berilo, tantalita, florita, acésita e monasita, naquela região é muito grande, mas o homem da região não tem, na realidade, condições financeiras para explorar essas ocorrências; pois ele não sabe se a mesma é rentável ou deficitária. Na década de 1940, em toda a região do Seridó foram descobertas todas essas incidências e algumas delas com muito sucesso, como a schelita. De 1940 até 1960, pelo menos vinte anos, mais de vinte mil pessoas, na região, viviam, exclusivamente, da exploração destes minerais, através de pequenos garimpos. Essa incidência despertou, em determinados pequenos grupos, poderosos, a ambição de requerendo vastíssimas áreas expulsar esses garimpeiros. Acabaram-se todos os garimpos da minha região; não tem um só garimpo funcionando. Em 1968, quando estive na Câmara dos Deputados, fiz um apelo ao Presidente da República e ao Ministro de Minas e Energia para que se desse a oportunidade de o Governo fazer um levantamento em toda esta área, para saber quais as propriedades que tinham minerais com rentabilidade, pois sabendo-se que todo banco, no caso da propriedade oferece rentabilidade, financiaria a exploração daquele minério. O Governo, na realidade, deu oportunidade, através da SUDENE, de pesquisa, mas os projetos para conquistar essa oportunidade de pesquisa requereria não só instrução como, também, como vem ocorrendo na minha região, que aqueles que dispõem de dinheiro, ela manda elaborar o projeto, aguarda um mês, seis meses, um ano para a aprovação do mesmo; e, ultimamente, esses que têm conquistado essa oportunidade, através desse projeto, vêm recebendo dois, três bilhões de cruzeiros velhos para a exploração desses minérios, e posso afirmar a V. Ex^a que aqueles que recebem o dinheiro para pesquisar não são os donos da terra, não sabem o que é minério, são verdadeiros aventureiros, e nós vivemos, realmente, um drama, hoje, difíceis na minha região.

Posso afirmar a V. Ex^a que há um pessimismo extraordinário; e a região do Seridó, que realmente apresenta essa ocorrência de todos esses minerais citados aqui, e que V.Sa. conhece melhor do que eu, tem, na realidade, oportunidade de, financeiramente, desenvolver muito a região, porque, na realidade, o interior do Nordeste praticar a agricultura é quase que uma aventura. Considero as possibilidades do Nordeste interior muito maiores em termos econômico na área mineral, na indústria extrativa, do que mesmo na agricultura.

Fiquei emocionado e deveras satisfeito pela oportunidade que o Presidente da Comissão nos deu, em trazer V.Sa. à Casa e proferir uma palestra não só nacionalista mas oportuna e, mostrando, realmente, os caminhos que precisamos tomar.

Muito obrigado a V.Sa.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Senador Agenor Maria, V. Ex^a tocou nesse problema de garimpagem, nesse papel extraordinário do garimpo, que é o grande descobridor dos afloramentos. Assistimos no Nordeste, por exemplo, que a descoberta da schelita é, realmente, um produto desses garimpeiros, e a função deles é a que se chama, na técnica mineira brasileira, de roubadores de afloramentos, eles são roubadores de afloramentos. Eles, com os meios à disposição, conseguem lavar aquilo na superfície e iniciam umas catas em busca de profundidade e, naturalmente, são obrigados a interromper depois de quinze, vinte metros, conforme a dificuldade de escoramento e de água encontrada, ou de falta ou não de área, e etc. Mas, realmente, o papel dessa gente foi sempre de enorme importância na história do Brasil e nunca se encontrou uma solução para o caso pessoal do garimpeiro, com sua situação de descobridor, de pioneiro, e como todo pioneiro tem um destino ingrato, toda pessoa que descobre alguma coisa, que inicia alguma coisa, ele não vai, realmente, usufruir disso; o normal é que ele passe para um outro que, realmente, tenha tempo de ver a perspectiva daquele conjunto, tenha mais acesso, mais recursos, mais ligações, mas como pioneiro ele vai iniciar uma outra coisa mais à frente, mas a vida dele é esta,

realmente, de descobrir e perder. E encontrei, nessa minha vida por aí, conheci muitos deles e sei que não há solução para o caso deles. Eles fazem aquele papel missionário de descobrir, produzir, viver um pouco, o salto das primeiras descobertas e eles próprios não têm dinheiro nem educação para amearhar, poupar um ato de procura, porque eles não sabem, e ele é, socialmente, tratável. É um aventureiro por si mesmo. Um indivíduo prudente e calmo não vai descobrir minerais como eles fazem.

De modo que reconheço que o problema é esse e que não tem solução, e que são eles mártires da construção do País, que vão acontecendo, vão se sucedendo e ficam com histórias para contar, quando forem velhos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não vamos, aqui, enfatizar a importância nem a altitude da conferência pronunciada por V. S^a, mas é um atestado daquela competência indiscutível que todos nós estamos habituados a ver nos pronunciamentos os mais diversos realizados com coragem e, porque não dizer, às vezes, até com coragem em excesso, ante à incompreensão dos seus conterrâneos. E nem também — aqui, não comportaria, no momento — uma análise das sugestões dadas por S. Sa. quanto à formulação de uma política mineral brasileira, máxime a autaciação do continente sul-americano. Vamos ficar, então, em algumas perguntas bem curtas, sintéticas, como gostamos de ser na vida.

Número um: V.Sa. acredita que poderíamos, no setor dos não-ferrosos, proceder a uma balança comercial zero, como é chamado na gíria nossa?

Segunda pergunta: O que acha das possibilidades de Goiás a respeito do cobre que, hoje, está tão falado?

E número três, finalmente: Qual a possibilidade que teríamos de ir um pouco adiante da sugestão dada pelo eminente Presidente da Comissão de Economia, de termos, *at sim*, um plano nacional, órbitas federal, estadual e municipal envolvidas com prêmios justos para uma pesquisa intensiva desses materiais carentes.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Senador Virgílio Távora quanto a não-ferrosos, alumínio e estanho, por exemplo, não temos problemas. Mas em relação a sulfureto de chumbo, de zinco e de cobre as substâncias que temos procurado com uma certa intensidade e perseguindo objetivos, à medida das disponibilidades, desde 1940, ele cai em um pouco dentro do caráter geológico geral do Brasil, que se tem demonstrado um país pobre em enxofre. O quadro geral da geologia do Brasil não é uma geologia nem para enxofre nem para sulfuretos; não é que não existam, pois como acabei de mencionar há quinze milhões de toneladas de sulfureto em Paracatu, descobertas nos últimos 4 ou 5 anos e outros 15 milhões de toneladas de sulfureto serão conseguidas em outras partes com 2,3,4 e 5% dos metais que se ligam a esses sulfuretos.

Não tenho, porém, nenhuma esperança de ver províncias metalogenéticas de cobre, chumbo ou zinco comparáveis, por exemplo, ao que se chama, nos Estados Unidos, de região do *try-state*, como o campo belga de Liège, em matéria de zinco, ou ainda, com o que se lê a respeito da Rússia, onde há uma quantidade extraordinária de metais não-ferrosos.

Nesses anos todos de acompanhamento desses problemas no Brasil, tenho a impressão de que uma das definições da feição geológica do Brasil é esta: de uma pronunciada situação, digamos, sinéctica da própria constituição da geologia local, desfavorável à idéia de sulfuretos. Vejamos o caso do níquel, por exemplo, que é um dos dez metais que mais temos. Temos nove metais com uma significação internacional, e um décimo, que é o níquel, bastante importante, pois dará para suportar, perfeitamente, as nossas necessidades durante muitos anos. Mas, não temos sulfuretos de níquel, temos silicatos de níquel; são garnieritas, quer dizer, quando aparece, no País, um mineral como este, ao invés de ele vir pela sua forma

normal, que seria o sulfureto de níquel, chega aqui no Brasil sob a forma de um silicato de níquel. O País não teve uma tendência receptível ao enxofre, de modo geral, que se ligou a si mesmo e a todos aqueles metais que se ligam na constituição. Desse modo, a minha primeira pergunta é de desesperança e de uma surpresa extraordinariamente agradável se viéssemos a encontrar massas importantes de sulfureto de cobre, de zinco e de chumbo, embora possamos produzir, hoje, quantidades apreciáveis desses metais, sem, entretanto, significado nacional.

Em relação a Plano Nacional de Pesquisa, a primeira pergunta parece-me que não foi formulada de forma explícita.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Há um plano de Governo, ainda não posto completamente em execução, mas que tenderia a fazer como que uma autorização de não-ferrosos, isto é, aqueles abundantes dariam as divisas necessárias para nos abastecermos daqueles que carentes somos. A pergunta se dirigia justamente nesse sentido.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Vê V. Ex^a a factibilidade na idéia de...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Autarcização no setor dos não-ferrosos, de maneira que compensasse as divisas que temos a pagar com aqueles de que carentes somos, com aquelas outras hauridos pela exportação em massa daqueles que abundantes somos.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Nobre Senador, talvez eu não pensasse favoravelmente sobre isso, primeiramente pelo avanço. Produzimos 5 ou 1.6 bilhões de dólares em minerais, o que importa em 7.2 bilhões. De modo que não há nenhuma possibilidade de...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — No tocante aos não-ferrosos.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Especificamente de grande setor, assim, não sei qual seria o mérito econômico desse equilíbrio...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Direi a V. S^a. Desculpe-nos, mas estamos encarregados de defender a política econômico-financeira do Governo.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Então, qual seria a vantagem disso, como ficaria esse equilíbrio?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dividimos o gargalo do balanço de pagamento e 5 ou 6 grandes seguimentos: 1) petróleo; 2) não-ferrosos; 3) aço; 4) fertilizantes; 5) papel e celulose. Então, uma das tentativas que o governo faz — e ele não tem por que esconder — é em cada um desses itens ir gerando ou passando para o positivo, porque toda nossa crise hoje, porque falamos muito em petróleo e o petróleo auxiliou muitíssimo nessa crise do balanço de pagamento em que estamos, mas sabe V. S^a que só de aço estamos importando metade daquilo que hoje importamos em petróleo; aliás, um pouquinho mais no ano passado. Neste ano, possivelmente, medidas restritivas farão descer um pouco essa percentagem.

Então, dentro dessa tendência que se está procurando estabelecer, perguntava a V. S^a se a factibilidade em termos dos seus conhecimentos geológicos, deu consignando não-ferrosos essa autarcização. Quer dizer, exportar alumínio, seja sob a forma de alumínio ou sob a forma já do produto acabado, exportar alguma coisa de estanho para fazer uma cobertura, uma compensação, quanto ao cobre e quanto ao chumbo de que esses carentes são.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Então se entendi bem, nobre Senador, seria se uma política se aplicasse depois de estabelecermos essas unidades produtoras de alumínio, que são contempladas na Amazônia, certo?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A resposta é sim.

O SR. GLYCON DE PAIVA — A produção nacional, atualmente, é...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Atualmente é impossível.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Impossível. Estamos, ainda, no alumínio. De modo que, futuramente, uma vez que o Rio Trombetas está numa produção de 600 mil toneladas de alumínio, então poder-se-ia pensar em utilizar o lingote de alumínio como moeda para um escambo contra não-ferrosos. Acho que isto é uma coisa tópica que poderá ser feita no futuro, mas aí estaremos falando de alguma coisa para 1980 em diante, certo?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A curto prazo, pouca coisa pode ser feita, não só neste setor como em outros.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Não existe mineração, não é? Na mineração, os prazos normais para as coisas acontecerem são 10 anos. É como dizia um professor meu, na Escola de Minas, são gestações de elefantes, ficam anos na barriga da mãe.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pergunto a V. S^a: por que não se prepara a idéia de manobra e o dispositivo, mesmo a longo tempo? Pois se ela está certa, vai produzir efeitos, se ela estiver errada...

O SR. GLYCON DE PAIVA — Se realmente chegarmos a essa situação de um excedente exportável de lingotes de alumínio então nós teremos uma moeda para escambo internacional, um poder de barganha para essas coisas.

O que procurei insistir nesta conferência é o seguinte: uma política mineral não é uma política de propriedades de jazidas. O governo não precisa ficar preocupado com uma propriedade determinada. O problema fundamental é uma política de abastecimento, com as coisas internas, com o que se pode produzir inteiramente, e com aquilo que está lá fora e que podemos comprar, mas comprar bem, e comprar bem só através de um serviço de representação, fora de informações todo o porte, e colocar aqui, dentro de um programa geral de negociações.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Um momento. Por mais liberação que tenhamos, sobre a terra aqui do colega, do cobre de Goiás, o que é que se conhece?

O SR. GLYCON DE PAIVA — De Goiás não tem. E a outra pergunta?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — É sobre o Plano Geral de Pesquisa que o Senhor teria imaginado.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Como é que V. Ex^a Senador, poderia imaginar que esse plano funcionaria?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Reuniria aquilo incluído na idéia aventada pelo eminente Senador Milton Cabral. Isto é, a idéia dominante, agora, no Governo — não sei se V. Ex^a sabe, mas brevemente será dada a público — é baseada no prêmio aquilo que já foi tanto aqui falado: basear uma pesquisa intensiva de minerais na remuneração que se daria ao pioneiro que me apresentasse esse metal, máxime aqueles de que somos carentes, está claro, porque vir aqui e apresentar minério de ferro não há razão especial para tal, pois já o temos bastante. Então o pensamento que faríamos é que isso o fosse em escala nacional — sim, pelo Governo — pelos governos estaduais e municipais. Para isto existe um imposto. Então, nós faríamos a destinação deste imposto, prioritariamente, para um incentivo dessa mineração. E V. S^a que lidou tantos anos, por isso é que sabe da facilidade ou não, porque idéias há muitas, se práticas é que desejávamos saber.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Seria fazer-se um sistema de distribuição de prêmios pelas descobertas?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dos metais de que carentes somos.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Aí estaríamos de acordo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas, quero dizer a V. S^a no âmbito nacional. Quer dizer, seria com a utilização do imposto, ou seja, o Imposto Único sobre Minerais teria, além das outras, a finalidade básica, prioritária, número um: a formação de fundo para dar incentivo à garimpagem, um incentivo a essa pesquisa. Então, com a experiência que V. S^a tem, seria isso algo que nós conseguimos apenas na nossa mente como uma fantasia, ou que esses recursos seriam suficientes, dariam para essa grande idéia que pensamos?

O SR. GLYCON DE PAIVA — De pessoas físicas, eu acho importante, como por exemplo o caso do Amapá. O manganês no Amapá foi descoberto por um rapaz chamado Mário Cruz, que viu o minério de Amapá na Prefeitura da cidade, em Macapá, e tinha um prêmio estabelecido pelo Governador, e ele só se interessava pelo prêmio. De modo que funciona para pessoas físicas, não tenho dúvida alguma.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. S^a, então, é partidário que nós reservássemos do fundo uma parte prioritária para tal?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Sou partidário a que dêssemos dinheiro ao caboclo para ajudar nessa pesquisa.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pedindo licença a V. S^a, vamos dar uma boa notícia ao Senador por Goiás, de que vamos ter uma surpresa muito breve contra cobre em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Ótimo. Com a palavra o Sr. Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eminentíssimo Dr. Glycon de Paiva, eu lhe dou parabéns pela sua presença na Comissão de Minas e Energia do Senado. Porque, quando da realização do Seminário de Minas e Energia, em junho, partiu de nós essa idéia de convocá-lo, para que o Senado e a Câmara, através das suas Comissões de Minas e Energia, ouvissem esta belíssima conferência aqui feita, cuja lógica dos dados, dos informes e das conclusões muito ilustraram as duas Comissões. E fiquei satisfeíssimo, também, Dr. Glycon, com essa imagem sua da divisão das autarcias minerais do mundo. Mas como apenas aprendiz de sapateiro, eu desejava pedir licença a V. S^a para fazer um acostamento. Creio que as autarcias minerais não se constituem só pelas imensas áreas geográficas, mas pelo que observo, elas se constituem pelas faixas transversais nos continentes. Vejamos, por exemplo, os Estados Unidos, possuem uma faixa de costa a costa, transversal, no continente americano. A Rússia, aquela imensa faixa de Leste a Oeste, não pela área geográfica, mas pela posição transversal nos continentes, é que facilita esse afloramento mineral de que V. S^a tanta notícia deu aqui, e nos recitou, até, o nosso nacionalismo. Então, creio, o Brasil, por exemplo, se fosse uma faixa transversal no continente nós teríamos o petróleo e teríamos o cobre do Chile, etc., ao invés desta faixa longitudinal que é de diferenciação ao invés de ser uma faixa de integração. Desculpe o acostamento.

O SR. GLYCON DE PAIVA — É uma idéia interessante.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pergunto, então, ao Dr. Glycon de Paiva: os Andes, que funcionaram como uma dobradiça gigantesca no continente americano, e provocaram — do nosso lado e do outro lado — horizontes geológicos às vezes tão diferentes, será possível que continuemos nessa dificuldade, em nossas pesquisas, de petróleo, de encontrar esses lençóis tão esperados e ansiados por nós?

Como nós verificamos, como já ouvi de V. S^a naquele Seminário e ouvi, hoje, a ratificação dessa idéia, pois V. S^a não muda, é como aquela rocha, aquele penhasco contra o qual se batem todas as campanhas, às vezes até injuriosas, mas é sempre o mesmo homem que não muda nas suas idéias. Então, verificamos o seguinte: a Bahia, por exemplo, que do ano passado para este ano teve um decréscimo de produção de algumas centenas de milhares de barris de petróleo, e cujo esgotamento está previsto para 1980, as

ocorrências medíocres do meu Estado, Espírito Santo, e, às vezes, no Norte, também. Será possível — e minha perplexidade é esta — se o Governo parte para o contrato de risco, que foi a única solução encontrada agora, mas se as companhias petrolíferas não se interessarem para encontrar petróleo? Porque se oferecermos um panorama petrolífero pobre, paupérrimo, medíocre, então nós teremos que caminhar para outra forma mais avançada e, aí, nossa perplexidade será total. Pergunto então, a V. S^a, se essas dúvidas que nos ocorrem, se isso poderá acontecer no Brasil? V. S^a que conheceu o País todo, perfurou aqui e ali, atravessou rios, vadiou pelos grandes rios ao longo dos meridianos e ao longo dos paralelos, quer dizer, nas faixas longitudinais e transversais do continente, há possibilidade de se pensar mesmo que nós tenhamos condições de termos, amanhã, não digo 20% do nosso abastecimento, mas um percentual maior no abastecimento petrolífero?

V. S^a disse aí, e quero dar meu testemunho, porque na minha campanha de política, no Norte do meu Estado, onde se encontrou uma faixa florestal das mais belas da América, daquela floresta atlântica de que V. S^a falou, eu a cavalo, há vinte e cinco anos atrás, encostava as minhas mãos nos troncos de peroba no Norte do meu Estado, encostava as minhas mãos; recorde-me. E levava atrás um cargueiro de água mineral e este cargueiro se esfacelou todo chocando-se contra os troncos de peroba. Em vinte e cinco anos depois, passo ali, de avião teco-teco, não encontro nem uma pestana de madeira, de onde os agricultores possam tirar um cabo de ferramentas, um cabo de enxada. Está tudo devastado. Foi o homem com uma caixa de fósforo, esse agente geológico, que depreudou o nosso território. Então, ouvi com um arrepijo quando V. S^a nos contou dessa devastação imensa, que está se operando em nosso País.

Então, minha pergunta é a respeito disso e esse meu testemunho pessoal. Isso foi há 25 anos atrás e isso está numa Comissão de Inquérito na Assembléia: abri as mãos e elas encontravam troncos de peroba de um lado e de outro à distância de 1 metro e 60, um do outro.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Senador Dirceu Cardoso, acho que o trabalho da PETROBRÁS, nesses 22 anos, foi um serviço muito bem feito, e realmente ao que ele chegou, há uns três anos atrás, quando fundou a BRASPETRO, tinha chegado praticamente à conclusão de que terra firme brasileira, para assuntos de petróleo, era maninha, dava pouco óleo. Para mim a BRASPETRO funcionou como uma espécie de certificado negativo de existência de óleo em terra firme. Quando a BRASPETRO resolveu exercer lá, associada lá fora, ela tinha chegado, praticamente, à conclusão de que terra firme não dava a quantidade de óleo necessária para atender às necessidades brasileiras. Então, há 8 ou 10 anos atrás começou esse serviço de aproveitamento da plataforma continental, que foi dada, inicialmente, como 800 mil quilômetros quadrados de área possível e, recentemente, o *Jornal do Brasil* publicou um extrato fornecido pelo pessoal da PETROBRÁS, sobre que área é interessante, desses 800 mil quilômetros quadrados de plataforma, lá para o censo, qual é aquilo que vale a pena perfurar. É a cifra de 87 mil quilômetros quadrados, mais ou menos 10% da extensão da plataforma. Todo o processo de pesquisa geológica é um processo de descarte de área; parte-se de um total e vai-se aplicando determinados critérios, que vão eliminando áreas e concentrando em áreas finais, que nunca atingem mais de 1 ou 2% da primeira área original.

Acho que esse estado de certeza negativa ou de pessimismo quanto a volume de resultados, que estamos criando, é pelo fato de que o trabalho da PETROBRÁS foi bom. Tenho estado com profissionais de petróleo e, principalmente, recebi a visita do Sr. Walter Link, que foi a pessoa que fundou o Departamento de Exploração da PETROBRÁS, e ele acha que aquele conjunto de 300 geólogos que eles têm constitui um grupo de pessoas do mais alto quilate sobre qualquer comparação, em qualquer parte do mundo, sob o ponto de vista de óleo; apenas, a resposta do chão tem sido negativa. Esse é

um dos aspectos. Outro aspecto, todavia, que me chamou a atenção, é que estava eu na Europa e resolvi, em abril deste ano, ver a situação do Mar do Norte. E fiquei assombrado, porque, na plataforma continental da Inglaterra, do lado do Mar do Norte, ela recebeu 140 mil quilômetros quadrados para trabalhar, e em vez de colocar só num grupo pensante a fazer uma estratégia para localizar o óleo porventura existente em 140 mil km², quer dizer, na quinta parte da nossa plataforma continental, ela dividiu o Mar do Norte em lotes, em partes de 50 km² cada uma, e ofereceu a possíveis tomadores, e apareceram 113 pessoas perfurando ali. Não foi o número que me preocupou, o que me preocupou foi o seguinte: o petróleo do Mar do Norte é procurado por cento e tantas cabeças diferentes. Quer dizer, o desencontro possível de idéias, a contemplação de outros aspectos não contemplados por um grupo único parece-me de uma extraordinária importância. O que acho mais interessante, nessa decisão presidencial de abrir esse problema de contrato de risco no Brasil, é que um outro grupo de pensadores geológicos possa encarar essa possibilidade do subsolo diferentemente dos esquemas e dos modelos adotados pela PETROBRÁS, por melhores que eles sejam, e por mais qualificadas que sejam as pessoas que estão lá. Isso é que acho mais importante: o fato de ter mais gente na procura e por cabeças diferentes.

Acredito que vá aparecer muito óleo ainda debaixo do chão se houver muita gente procurando e sob impulsos diferentes. Acho, também, que o Governo não poderia ter feito outra coisa, ele está meio sem opção agora; somos um grupo nacional que consome 15 bilhões de dólares por ano para operar nossa vida. A nossa parte em cruzeiro não tem problema. Estamos com o orçamento equilibrado, a Nação vive com os cruzeiros que produz, não há problema nesse setor, mas não precisamos de apoio externo, este apoio se paga numa moeda diferente e são 15 bilhões de dólares que gastamos anualmente. Mas, a nossa capacidade de fazer dólar é de 9 bilhões, é o que exportamos, estão faltando seis, e esses seis nós vínhamos conseguindo através de empréstimos, de financiamentos e de alguns investimentos diretos na medida da nossa credibilidade. Mas, chegamos num limite econômico que é universal. Como o País está devendo 10 vezes o que exporta, todo mundo toma nota da fragilidade da sua posição. Nós temos uma dívida líquida de mais de 200 milhões de dólares e exportando 9 nós chegamos a essa cifra.

De modo que o Governo, realmente, não tinha mais outra opção. Por maior que fosse o seu amor a um determinado sistema inventado, a alguma coisa que tínhamos vestido por uma toga de intocáveis, etc., estamos em face da crueldade de um fato que não admite outra maneira.

Tenho receio de que tenhamos apelado para esse sistema um pouco tarde, talvez naquele momento em que a OPEP tinha passado o preço do óleo de 3 dólares e 80 para 11 dólares seria a hora, realmente, de nos adaptarmos para procurar abrir novas frentes. Pode ser que, só agora, cheguemos um pouco atrasados e que paguemos o preço desse atraso, sob forma de uma taxa de crescimento econômico muito menor, de uma baixa séria de credibilidade e de tensão social, resultante do desemprego, que ocorre quando a taxa de desenvolvimento baixa, isso eu mesmo sei.

Mas, estou inteiramente de acordo com o pensamento do Senador, e por mais que eu goste do Brasil e tenha por ele essa devoção que V. Ex^a e todos nós temos, ficamos com pena de sermos tão dependentes do exterior e estamos tão desaparelhados para comprar lá fora aquilo que precisamos para complementar os minerais que temos. Daí a insistência que tinha a respeito de que o Brasil precisa criar, um dia, um Ministério do Comércio Exterior, com serviço próprio e com delegações presentes naqueles países que mineralmente nos complementam.

Esta a minha opinião, Senador, e muito obrigado pela sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, Dr. Glycon de Paiva, fui privado, por muito tempo, pela satisfação de conhecê-lo nesta hora, porque seu admirador já de há muito. Fui, lamentavelmente, privado, por motivo de força maior, vez que convocado para uma Comissão à qual não podia faltar, mesmo porque lá eu era o Relator e deveria estar presente, desde o início, à conferência aqui pronunciada por V. S^a, mas o Sr. Presidente me forneceu a parte escrita desta conferência, com a qual espero deleitar-me e aprender muito, vez que muito tenho aprendido com V. S^a.

Das indagações que pude anotar, correndo a vista ligeiramente aqui, parece-me que não consta e não sei se foi formulada a pergunta que desejo fazer, por isso peço que me desculpe se estiver "chovendo no molhado". É que está em debates, na Câmara e no Senado, e lemos através da Imprensa, já há muito, uma preocupação que vem assaltando o Brasil todo e, de modo particular, o Estado de Goiás, que é a exploração das hidrovias brasileiras, principalmente aquelas que mais afetam o nosso Estado, que seria a adequação para a navegação dos rios Araguaia e Tocantins. E em particular, quando oficialmente se tomou conhecimento das jazidas de Carajás, e já se admite aquilo que foi negado nos idos de 1961 e 1962, quando um colega de V. S^a, Dr. Jofre Harada, prestando serviços na CIVAT, localizou, num levantamento que fazia naquela área, do Araguaia—Tocantins, não só os minérios de ferro mas, também, o antracito e o manganês, na zona do rio Fresco, em Itacaiúnas. Verdade é que o rio Fresco é afluente da Bacia do Xingu, mas interligado pela sua proximidade com aquele setor. Então, temos nos preocupado muito com a orientação adotada, parecendo-nos até fundada em estudos de viabilidade um tanto apressados, de que o escoamento dar-se-ia através de uma estrada de ferro, que ligaria as jazidas de Carajás ao Porto de Itaqui. E, mais recentemente, com a posição da usina de Tucuruí, com o aproveitamento de Itaboca, voltamos ao assunto na expectativa, na esperança até de uma revisão desse estudo desse processo de escoamento. De modo que sempre tivemos em vista que se a maioria das nossas exportações demandam ao Hemisfério Norte, e sendo a região de Belém o estuário natural de toda aquela nossa região, que daria a nós, se aproveitada aquela possibilidade de hidrovia, assim como ao Brasil e, de modo particular, ao meu Estado, ao sul do Maranhão, ao norte de Mato Grosso e ao sul do Pará, daria, repito, um novo corredor de exportação. Desse modo, voltamos a insistir na necessidade de uma revisão desse projeto; e, até mais, nós sonhadores, ambiciosos, como soem ser todos os povos, sonhávamos e postulávamos, desde 1967, com a implantação de uma siderurgia na boca da mina, em virtude de, mais como leigo, venho seguindo, sempre quando possível de perto, os doutos como V. S^a, encontramos ali, então, todos os fatores, que seriam o minério de ferro, o manganês, a discutível "asfaltite" ou antracito, mas há análises, segundo estou informado, feitas na Polônia, apercebe-se a presença do antracito, e o mais, a energia elétrica, ainda agregando para a produção de ácido fênico, o carvão vegetal, fartamente produzido naquela área, não só em virtude do babaçu mas pela riqueza vegetal que cobre de madeiras toda a região, e, ainda, a circunstância de terem um porto acusado de assoreado, como realmente o é o porto de Belém, propiciaria mais além, mais ao norte, na região do chamado Baixo do Espadarte, condições batimétricas na ordem de 24 a 25 metros, que permitiriam aos chamados grandes graneleiros, então, ali aportar.

Ultimamente, também, na trilha dos entendidos, verificamos que com a reabertura do Canal de Suez, os chamados grandes graneleiros perderam, pelo menos, para o transporte que demandasse àquela região e, se fosse interessante, a utilização do canal. Teríamos, ali, aquela vantagem competitiva inicial, na categoria dos grandes graneleiros, por não poderem transitar através do canal.

Então, a minha primeira colocação — se é que não estou chovendo no molhado, se outro Sr. Senador já não tenha levado a V. S^a pronunciamento a respeito — é de que V. S^a nos desse um pouco

de luz sobre essas nossas preocupações e, sobretudo, sobre esses nossos anseios, de que se viesse a reestudar, a reexaminar, como temos proposto ao Poder Executivo, o exame dessa questão. Mesmo porque já fui informado, também, de que haveria um certo desinteresse dos japoneses naquele projeto inicial, de implantar-se a siderurgia da região de Itaqui, para receber lá esse minério e industrializá-lo, quando imaginamos da conveniência de fazê-lo na boca da mina. Essa é a primeira colocação. A outra é que deploro a má desinformação e, também, a de V. Ex^a quanto à presença de cobre em Goiás. Goiás, realmente, carece de cobre, não só como sulfeto mas até mesmo na sua forma vulgar, como falamos quando nos referimos ao meio circulante, a dinheiro. Então, relativamente à presença desse metal realmente precioso, e que tanto nos sangra em forma de divisas, eu quis acudir ao nobre Senador Virgílio Távora, porque eu tinha conhecimento de uma jazida sob a forma de sulfeto. Salvo melhores informações, é um informe que tenho da METALGO, que é uma empresa mista constituída no meu Estado, de que seria sob a forma de sulfeto. Em que região, nobre Senador?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Em Anicuns.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Anicuns. Mas, o nobre Senador Virgílio Távora, maldosamente, sonogou-me, aqui, a informação, de que haveria coisa muito mais surpreendente, muito mais alvissareira, no meu Estado, mas que eu teria que "curtir" essa curiosidade até outra oportunidade. Mas, vou, realmente, extorquir de S. Ex^a essa informação, porque fez crescer em mim a angústia com essa maldosa sonegação, que sei temporária mas, de qualquer forma, realmente, está me deixando mais angustiado ainda.

De maneira que, Dr. Glycon, lastimando não ter podido desfrutar, como os demais colegas, da sua palestra ao vivo, mas o Sr. Presidente, como eu disse, generosamente, forneceu-me o roteiro sobre o qual V. Ex^a se pronunciou, e espero em Deus que não me falte outra oportunidade para desfrutar, para beber nessa fonte extraordinária que é o cérebro de V. S^a.

Muito obrigado.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Senador Benedito Ferreira, esse programa da escolha entre a hidrovia e a via férrea, para a movimentação da produção de minério de ferro de Carajás, já está há 4 ou 5 anos em estudos, como V. Ex^a sabe. Essa empresa, Amazônia Mineração, contratou uma série de estudos nesse sentido, pesquisadores, economistas, fez sérios levantamentos, e o Estado do Pará se interessou muito pela utilização da hidrovia, depois surgiu o problema do alumínio, de que só se pode fazer a usina de alumínio do Conde, na base da energia elétrica a ser produzida em Tucuruí, que seria uma usina para 3 milhões de quilowatts. Então, o programa todo tem dimensões amazônicas, são coisas gigantescas, volumes d'água extraordinários, distâncias consideráveis de mil quilômetros e até mais, e sente-se que para o Estado de Goiás a utilização do sistema Araguaia-Tocantins, para a movimentação dessas cargas, num sentido turístico e de comércio que se desenvolveria ali, daria esse rio uma espécie de posição do Reno, na Europa, algo de um sentido considerável e com conseqüências econômicas e sociais gigantescas. E, preparado o Tucuruí, com eclusas para o cruzamento de embarcações, então, se teria, realmente, algo extraordinário. Mas, o preço desses projetos todos a unidade de medida usada seria o bilhão de dólares; já vi cifras da casa de 4 e 5 bilhões de dólares, no preparo de qualquer uma dessas vias. Esta via de Tacaiunas até Itaqui, que são cerca de 900 quilômetros de ferrovias, com bitola de 1 metro e 60 centímetros, é uma construção gigantesca sob o ponto de vista ferroviário. E esse porto de Itaqui, o porto mais profundo do Brasil, com um sistema de marés extraordinariamente interessante e com áreas planas, também, para um estabelecimento siderúrgico que chegou a interessar à **nippon steel**, e mencionei isso, com usinas de 10 e 11 milhões de toneladas, que para efeito de captação de carvão coqueificado no exterior seria extraordinariamente interessante.

Sobre a Ponte do Espadarte, eu já vi relatórios a respeito das dificuldades do canal de acesso; seria um canal de vinte e tantas milhas, com os mesmos problemas de assoreamento, que perturbam o Porto de Belém e que vai se repartir, também, sobre o canal de acesso à Ponte do Espadarte, houve uma série de entrevistas e opiniões a respeito do assunto. Eu também fui consultado e recordo-me que escrevi, dizendo que tudo está na base de informações, de estudos, de ensaios de custo que se poderia fazer, porque são coisas extraordinárias, pois já estamos pensando em comunicações de mil quilômetros de comprimento, em distâncias dessa ordem e em versões de bilhões e bilhões de dólares.

Não sei qual o sentido dessa discussão de hoje, realmente, pois estamos nessa angústia, nessa crise gigantesca de dólares porque o traço essencial do Brasil de hoje é essa antevéspera de uma crise de dólares. Não sei, inclusive, de que modo isso se vai refletir sobre o investimento, principalmente em como se poderá impor diretrizes de natureza mais social ou satisfação local de certas coisas perante os poderes para então receberem esses recursos, que estarão muito presos a um retorno mais rápido das suas quantias e à aplicação mínima possível, sem atendimento a outros aspectos importantes, nos quais, entretanto, eles não estariam muito interessados.

Não tenho, ainda, opinião firmada, porque não conheço as publicações. Sei que existem relatórios volumosos, preparados sobre isso, feitos por companhias privadas, como a Amazônia Mineração de um lado, e aquele grupo da Vale do Rio Doce, a **United States Steel**, também estudos feitos pelo pessoal do Pará, a respeito das possibilidades de transportar esse minério pelo Tocantins até o Espadarte. Mas, realmente, não cheguei a nenhuma decisão que me permitisse argumentar, contra-argumentar ou até mesmo participar de um movimento dessa natureza. Acho que o problema é extraordinariamente importante, não resolvido, e não sei se a solução Carajás vai ser delongada dentro dessa crise que agora se nos apresenta, pois podemos viver, ainda, dois ou três anos em dificuldades, até que a sabedoria dos políticos ou o saber dos técnicos se conjuguem, e a sorte brasileira que nunca falha. Pode ser que, amanhã, surja alguém do governo italiano que esteja interessado em perfurar conosco, o que seria uma forma muito agradável, de Estado para Estado, sem a presença de uma multinacional. Quem sabe essa gente tem melhor sorte ou uma tecnologia mais avançada, e nos dêem, aí, trezentos mil barris de óleo por dia, o que já seria um alívio extraordinário na nossa situação.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu me permitiria, também, colocar diante de V. S^a, porque sei que muito nos ajudará, de modo geral, na Comissão, a nossa preocupação — como já avantei, e tenho certeza de que é do conhecimento de V. S^a — sobre o seguinte: quando o Ministro das Minas e Energia fala em seis bilhões, seis bilhões e oitocentos mil megawatts, da possibilidade de Itaboca ou Tucuruí, como queiram chamar a usina, eu diria a SIDACTA levantando, medindo, a vazão do Tocantins, na fase da estiagem, colheu uma vazão de 1.500m³/segundo. Em admitindo uma barragem, ali, em termos de aproveitamento da represa, ela não poderia ultrapassar cinquenta metros. Com essa vazão — mesmo como leigo — eu não chego, nem de longe, a 1/4 dessa estimativa, ministerial. O que me levou a imaginar, então, que se reiniciaria af o abandonado trajeto da Paz.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Armazenamento de uma vazão maior.

O SR. BENEDITO FERREIRA — É aquela barragem de 90 metros, na Ilha da Paz, para refluir através das áreas do Itapirapês, se não me engano, caindo naquela parte da Ilha do Bananal, em que teríamos a vazão necessária para propiciar essa aceleração. Mas o preço da ferrovia — era a informação que eu tinha — foi inicialmente estimado em trezentos milhões de dólares e hoje era admitido, sob a alegação de correção monetária, da inflação — e não

faz tanto tempo assim — aplicando-se a correção, admitindo-se uma inflação de 6% ao ano, no custo de dez anos nos Estados Unidos, chegaríamos à cifra de 472 milhões de dólares. Mas já estão publicando que chegaria, hoje, a 2,3 bilhões de dólares o preço da estrada de ferro. E mais, que ela não seria mais um investimento patrocinado pela **United States Steel**, a meridional que é nossa sócia, no caso, com a Vale do Rio Doce, mas sim, seria atribuída, como é o caso do Ministério dos Transportes que, segundo consta, não teria sido sequer ouvido, nessa questão.

De outro lado, também essas publicações que nos têm chegado às mãos, é de que o Porto Espadarte durante os últimos 115 anos não sofreu nenhuma alteração. Impossível, porque no trecho de Espadarte, segundo as casas já antigas ali existentes, não teria sofrido nenhuma alteração no curso desses últimos séculos. Isto segundo alegam, fundados nos estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias e, também, do Departamento de Portos e Vias Navegáveis.

De modo que, essa controvérsia toda tem-nos preocupado sobremaneira, especialmente à vista dessa última informação, de que o encargo que seria, inicialmente, para justificar a viabilidade e a opção, enfim, pela estrada de ferro, que seria de 300 milhões, e o encargo dos exploradores das jazidas, já agora transferida aos nossos ônus, como Governo seriam não mais 300 milhões, que aplicados à correção que seriam 472 milhões de dólares, mas que, em verdade, já orçaria por volta de 2,3 bilhões.

Essa a preocupação — como eu disse — desde que V. S^a não tenha podido se debruçar sobre o assunto, dado a magnitude do mesmo, mas sempre assoberbado por tantas coisas importantes, e que nós esperamos, em Deus, possa vir a contribuir com a sua inteligência, com a sua experiência, para que possamos encontrar o melhor caminho para o Brasil, que sei interpretar o pensamento de V. S^a Muito obrigado.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO — Sr. Presidente, eminente Professor Glycon de Paiva, quero, inicialmente, na qualidade de Deputado por Minas Gerais, dizer que, por ocasião do I Seminário de Estudos e Debates da Política Mineral do Brasil, nós, parlamentares mineiros, merecemos especial atenção no destaque de V. S^a, no início dos seus trabalhos, ao declarar que já teriam chamado a sua atenção à presença cerrada, nos debates, de representantes de Minas Gerais, tendo em vista que 60% do faturamento da lavra de minérios no Brasil se desenvolve naquele Estado; 80% do valor das exportações minerais dele provém e 40% do ácido produzido no Brasil lá é fabricado.

Dito isto, desejo esclarecer a V. S^a que estou de acordo com o Senador Jarbas Passarinho: teoricamente a palestra de V. S^a é extraordinária, mas, na prática, em face da realidade econômica internacional, dado as dificuldades que hoje existem, uma vez que um terço do produto interno bruto de todas as nações do mundo pertence às multinacionais, ela contraria aquela realidade e a nossa realidade econômica. As multinacionais são uma força que entrou na esfera mundial, até o momento ainda não bem definida. Põem, permanentemente em risco as soberanias dos estados nacionais. E isto ficou patente, também, na conferência do Dr. Carlos Santana, quando salientou que, com exceção daquelas atividades exercidas pela Vale do Rio Doce e a PETROBRÁS, através da BRASPETRO, todos os demais no comércio exterior, estão nas mãos das multinacionais. Destarte a nossa matéria-prima chega ao comprador por vias indiretas, de vez que o comércio exterior brasileiro está totalmente controlado pelas multinacionais, e esse controle dá-se, também, dentro do País. Neste ano, vamos ter uma exportação de soja da ordem 1 bilhão e 300 milhões de dólares, o que representa realmente um grande passo, mas passo, diga-se de passagem, ainda inteiramente condicionado aos interesses das multinacionais.

No setor de minério nós temos, por exemplo, o esforço desenvolvido por elas no sentido da desativação do projeto de Carajás, da desativação do projeto da ALBRAS, uma vez que isso não interessa a **United Steel**, a ALCAN e às demais multinacionais, que o Brasil entre em concorrência com elas, no mercado internacional. Sabe V. S^a que o escândalo da Rio Norte é grave demais, e a única solução cabível para ele seria pura e simplesmente a denúncia do contrato e sair para outro. Se mantido, a bauxita de Trombetas estará totalmente controlada pela ALCAN e seis outras multinacionais. A ALCAN com 19% do capital, e seis multinacionais cada uma com 5%. Não obstante, a Vale do Rio Doce deter 41% e um grupo nacional 10%, em verdade, essa maioria de 51% não nos assegura nada, uma vez que, existe uma série de decisões, frutos de protocolos, que prevalecem acima do contrato e são tomadas com **quorum** especial de 75% a 95% das ações. Em razão desses protocolos as minas de bauxita da Rio Norte vão-se transformar em minas cativas do grupo das multinacionais. E a coisa está de tal forma séria que trouxe até ao Brasil o Vice-Presidente SUKUDA, e um dos lugares onde ele esteve foi lá, em Trombetas. Hoje, li pelos jornais, com muita alegria, que algumas multinacionais japonesas estão reformulando o seu pensamento, de vez que, desativando o projeto lá de Trombetas, estavam procurando já ativar um projeto de interesse deles na Indonésia.

Acharam mais vantajoso extrair a bauxita e produzir alumínio metálico na Indonésia do que propriamente do Brasil. Então, o que se verifica — e é o que queria ponderar a V. S^a — é que, desde que o País não tenha o controle das suas matérias-primas, digamos, pelo menos o controle de sua exportação, a tese exposta por V. S^a, com devida venia, estaria fadada ao fracasso. Embora tenha a honra de discordar de V. S^a leio-o sempre com respeito. A política equacionada por V. S^a acabaria, praticamente por transformar toda a economia nacional em economia do interesse internacional. E, como o econômico condiciona o político, as nossas decisões no campo da política mineral em vez de tomadas aqui dentro, seriam ditadas de fora.

O que acho, ilustre professor, realmente muito difícil é um País que, como bem salientou V. S^a, não tem o controle de sua exportação, exportação essa que é controlada pelas filiais ou pelas matrizes multinacionais no exterior — com exceção daquelas já salientadas por nós de comandamento da PETROBRÁS e da Cia. Vale do Rio Doce — possa ter condições de realizar uma política mineral verdadeiramente brasileira.

Temos no Brasil essa coisa extraordinária que é a coincidência da fronteira política com a fronteira econômica; na Colômbia tem petróleo, no Brasil não tem petróleo, dir-se-á são os contrafortes dos Andes — isto são alguns esclarecimentos —, na Bolívia tem petróleo, no Brasil não, quer dizer, entra na fronteira brasileira não há petróleo.

Outra coisa que reputo importante ponderar, para me esclarecer com V. S^a, é que se esse estilo de política fosse, efetivamente, o mais adequado, nós teríamos de admitir que os povos do Oriente Médio, de há muito, deveriam ter uma vida razoável de vez que até 1973, praticamente, toda a exploração de petróleo, ali, era sob regime de concessão e, esses povos somente depois da OPEP é que começaram a ter algumas melhorias da civilização. Até então estavam completamente controlados pelos interesses dessas multinacionais. Pergunto a V. S^a, como conciliar a exposição brilhante produzida por V. S^a com os interesses das grandes multinacionais que controlam, de certa forma, todas as nossas reservas minerais, e mais do que isso, não só controlam a exportação como, também, a importação dos nossos recursos minerais? Como conciliar essa política definida por V. S^a e admitir que ela poderia levar-nos a uma auto-suficiência, e mais do que isso, poderia assegurar-nos um desenvolvimento que de há muito já teríamos se tivéssemos aceitado a política definida por V. S^a?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Estou me lembrando do Ministro Ueki, na reunião de junho da Comissão de Minas e Energia em que ele foi o quinto conferencista, ele disse que o ideal para nós brasileiros seria que todas as multinacionais fossem brasileiras e que trabalhassem no país dos outros. Nós, de certa maneira, estamos ingressando nesses territórios porque o Banco do Brasil é uma multinacional com 14 grandes representações lá fora e é o quinto banco mais importante da França, hoje.

A Cia. Vale do Rio Doce, com 53 subsidiárias com companhias alemãs, belgas e americanas, é uma multinacional, este é o caminho a seguir, também, temos que criar as multinacionais de fundo brasileiro e fazê-las maior em número e em tamanho. A BRASPETRO é uma multinacional, de vários objetivos ligados aos interesses locais, contratando com os interesses atuais. Vai agora montar uma usina de peletização no Egito, quer dizer, há um campo de exercício da economia mundial; não se pode pensar só em termos nacionais porque nós dependemos, fatalmente, do exterior.

A respeito do surgimento da BRASPETRO eu me tenho feito esta pergunta: terá isso coincidido com uma verificação da dificuldade ou da inutilidade ou da pouca rentabilidade do óleo em terra firme brasileira, depois de 20 anos de pesquisa? Eu não fiz uma afirmativa, fiz uma pergunta e indaguei se a BRASPETRO não tinha sido como que um certificado negativo e um ponto de partida para ir buscar, lá fora, esse óleo que ela não encontrou aqui que já encontrou na Colômbia, por exemplo, onde ela produz 7 mil barris por dia?

Falando em multinacional, são 4 mil. Vi uma estatística de multinacionais em torno de 4 mil; eles definem multinacional como empresa com assento em, pelo menos, 3 países diferentes. Seria um processo de fuga, um pouco, das dependências nacionais de cada um, e funcionam como vasos comunicantes, vão de um lugar para outro, na medida em que as condições não convenham em determinado lugar. O fato de ser apátrida é o grande segredo do sucesso da multinacional.

Penso temos que caminhar para uma situação de maior número de multinacionais como defesa própria nossa, como política brasileira, inclusive, para aplicar essa política mineral nos seus princípios essenciais e indelével que decorrem da nossa situação, da nossa descrição do subsolo e da descrição das nossas necessidades, porque política mineral é política de abastecimento da população, mais nada. Precisamos de minerais não para sermos donos das jazidas, mas para utilizar o mineral naquele momento, nosso ou de outrem, mas utilizá-lo, sem o que não se faz economia.

E, na nossa vida, as dificuldades que temos tido e o fato de não termos andado sobre esse domínio que menciona essa posição marcante das multinacionais, é preciso pensar muito na cultura do povo, na afirmação da sua presença mundial; com a nossa matagem de analfabetismo, com a nossa pobreza tecnológica, não temos armas iguais para lutar, com esse mundo, o mundo tem que ser mesmo dos países que são desenvolvidos, que são cultos, o povo é culto.

O SR. JOSÉ MACHADO — De modo que o nosso problema populacional entra nesse jogo? Nós ficáramos nesta situação: ou nos desnacionalizaremos ou nos estatizaremos?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Não, eu imagino o seguinte: estatizando, nós estaríamos caminhando, porque não há outra solução, uma vez que a dívida...

O SR. JOSÉ MACHADO — V. S^a deixa ver com ênfase essa estatização, ao citar como multinacionais brasileiras as empresas controladas pelo Estado.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Deputado, eu acho que a escala da multinacional é de tal ordem que a livre empresa brasileira não tem recursos, não tem solução; o estatizar é uma consequência do seu grau de cultura, do seu tamanho; há uma população realmente enorme para as nossas possibilidades, uma economia muito pequena, ainda, para essa população, anseios de crescimento e de

aproveitamento do Brasil, perenes claros, visíveis, nós fazemos esforços para isso...

O SR. JOSÉ MACHADO — A privatização, ela importaria em que as empresas nacionais assumissem o controle de certas atividades econômicas, mas a partir do momento em que essa privatização se der através de empresas que têm interesses fora deste País, que têm matriz fora deste País, então, essa privatização é aquela que acaba nos conduzindo àquilo que já é considerado até uma verdade para os privatistas — privativa-se o lucro e socializa-se o prejuízo.

Desde que a economia nacional, desde que a empresa nacional fosse efetivamente fortalecida, desde que a empresa nacional tivesse condições de se impor, como diz V. S^a, se transformar numa multinacional, creio que não se teria dúvida em admitir como válida a entrega de uma política mineral ao empresariado nacional.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Aqui, cabe uma pergunta, Deputado: o empresário nacional terá cultura suficiente para esta posição? Qual o grau de cultura de um empresário médio brasileiro?

O SR. JOSÉ MACHADO — Meu eminente professor. O Brasil nunca teve know-how para o petróleo, V. S^a declarou que os modelos adotados pela PETROBRÁS na pesquisa e na lavra diferem de outros, conseqüentemente nós devíamos aproveitar os modelos de fora para melhor pesquisá-lo.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Eu me refiro à empresa privada.

O SR. JOSÉ MACHADO — Posso assegurar a V. S^a que não diferem substancialmente. A tecnologia da PETROBRÁS hoje é tão boa, tão eficiente, como a de qualquer outra empresa, apenas não temos recursos, por exemplo: os equipamentos utilizados na pesquisa e na lavra do petróleo são controlados por todas as multinacionais do petróleo. E o controle desses equipamentos, sondas principalmente, se dá até mesmo no comércio dos Países socialistas. Se o Brasil, amanhã, quisesse adquirir sondas e equipamentos de pesquisa, não teria condições de adquiri-los se as multinacionais não quisessem.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Mas, Deputado, a minha pergunta é sobre o empresário privado brasileiro, qual o grau de cultura dele, é do terceiro ano ginásial, do primeiro ano, do quarto ano primário? Isso que é importante.

O SR. JOSÉ MACHADO — Se nós não temos um grau de cultura necessário, então deveríamos entregar a empresa estrangeira o comando de todas as atividades econômicas do país.

O SR. GLYCON DE PAIVA — A minha idéia é a seguinte: vencer o grau de incultura do empresário brasileiro é a coisa mais importante possível. No palco econômico brasileiro são três atores: o Estado com 35 a 38% da economia; a multinacional com 12 a 15% da economia; o resto, são todos aqueles empresários privados brasileiros, complementando para cem, com grau de cultura de terceiro ano primário a menor, extremamente individualistas, não organizados em institutos de pesquisa, de união entre eles mesmo, no sentido de fazer face aos dois grandes atores, o Estado e a multinacional, cada vez mais eles se dividem, sociedades familiares na sua maior parte.

O SR. JOSÉ MACHADO — V. S^a vem ao encontro da minha tese. Isso é consequência de que?

O SR. GLYCON DE PAIVA — Eu não sei, estou analisando numa situação...

O SR. JOSÉ MACHADO — Citei exemplos de países árabes que exportavam até 72, preço FOB, petróleo a 1,8 dólar o barril: toda a exportação desse petróleo alimentava grande parte do mundo. Então, há de compreender V. S^a que não basta ter uma riqueza, se não se tem o controle dela, porque os povos do Oriente Médio nenhum benefício tiveram com esse petróleo. Agora, sim, passaram a tê-lo.

O SR. GLYCON DE PAIVA. — Será possível fugir ao campo de gravitação delas?

O SR. JOSÉ MACHADO — Não. Daí eu dizer a V. S^a: ou nós saíramos para a área de dominação delas, nos submetendo a elas, ou então, teríamos uma economia efetivamente sob a intervenção e o controle do Estado; fora daí não vejo solução. V. S^a não concorda comigo uma vez que não acredita na capacidade do empresariado nacional.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Tem que ser educado, senão ele não consegue lutar lá fora.

O SR. JOSÉ MACHADO — Apenas como síntese do nosso entendimento, a solução seria esta: ou nos submetemos à experiência, à tecnologia, ao comando do capital e da empresa internacional para com a esperança consciente de amanhã, através de processos expropriatórios e de encampação absorvê-los ou, então nos submetemos desde logo, à estatização, não há meio-termo.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Criar multinacionais o mais possível, preparar o empresário brasileiro para isso...

O SR. JOSÉ MACHADO — Mas, multinacionais controladas pelo Estado? Por que o capital privado não tem condições para isso.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Por eles mesmos. Eles podem perfeitamente, pelas suas confederações de comércio, de indústria, etc. se reunirem, deixar de pensar neles, para pensarem no grupo, acho isso importante.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estimaria muito que esse diálogo pudesse prosseguir...

O SR. JOSÉ MACHADO — Peço perdão, Sr. Presidente e quero, não obstante, mais uma vez congratular-me com o eminente professor porque cada uma das suas presenças, nesta Casa, representa sempre ensinamentos e cultura. Homenageio a inteligência, a capacidade, o brilhantismo e, sobretudo, o ordenamento lógico da sua posição filosófica e doutrinária; rendo-me à gentileza do debate e, mais do que isso, aplaudo a Comissão por mais uma vez nos ensinar a presença de V. S^a no Congresso Nacional.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Sr. Professor Glycon de Paiva, em nome da Comissão de Minas e Energia do Senado Federal, em nome dos ilustres Deputados Federais que nos honraram com a sua presença, renovo o nosso profundo agradecimento por essa magistral conferência com que acaba de nos brindar.

O SR. GLYCON DE PAIVA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE FINANÇAS

(*) 9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e setenta e seis, na Sala "Rui Barbosa", presentes os Srs. Senadores Amaral Peixoto — Presidente, Virgílio Távora, Ruy Carneiro, José Guimard, Jessé Freire, Roberto Saturnino, Henrique de La Rocque, Mauro Benevides, Saldanha Derzi, Benedito Ferreira, Fausto Castelo-Branco e Helvídio Nunes, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Alexandre Costa, Mattos Leão, Tarso Dutra, Teotônio Vilela, Ruy Santos e Leite Chaves.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos da Comissão. Em seguida, é considerada aprovada a Ata da reunião anterior.

Da pauta, são relatadas as seguintes matérias:

Pelo Sr. Senador Virgílio Távora

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1974, que "destina à Fundação Nacional do Índio, subvenções não recebidas pelas instituições beneficiárias".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado, tendo o Sr. Senador Mauro Benevides sido vencido nos termos de voto em separado apresentado, favorável ao Projeto.

Pelo Sr. Senador Jessé Freire

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 1975, que "torna obrigatória a instalação, em imóveis residenciais, comerciais e industriais, de equipamento autodesincrustador de canalizações".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi

Parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1975, que "institui a obrigatoriedade do seguro de acidentes do trabalho no meio rural, e dá outras providências".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é finalmente aprovado.

Pelo Sr. Senador Ruy Carneiro

Parecer pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1975, que "regula a situação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação, em caso de morte presumida do adquirente".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Pelo Sr. Senador Helvídio Nunes

Parecer favorável à Emenda Substitutiva de Plenário nº 1, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1975, que "declara de utilidade pública o Grande Oriente do Brasil, os Grandes Orientes Estaduais e as Lojas a eles filiadas, existentes ou que vierem a ser organizadas no País".

O parecer, após ter sido submetido à discussão e votação, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

23ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 5 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

Às onze horas do dia cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia, José Lindoso e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os seguintes pareceres:

a) em que o Senhor Senador Orestes Quêrcia apresenta a Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1975, que altera a alínea e do parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960; e

(*) Republicada por haver saído com incorreções no DCN — Seção II — de 25-5-76.

b) em que o Senhor Senador Orestes Quêrcia apresenta a redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1975, que dispõe sobre honorários de Advogado, sua estipulação e cobrança e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

24ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 5 DIAS
DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia, José Lindoso e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Renato Franco, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1976 (nº 41-B/76, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 4 de dezembro de 1975; e

b) pelo Senhor Senador José Lindoso, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1976, que aprova o texto do Convênio de Cooperação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de novembro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmem Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

25ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 5 DIAS
DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Orestes Quêrcia e Otto Lehmann.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Otto Lehmann apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 50, de 1976, que autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ), a elevar em Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

26ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 12 DIAS
DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia doze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia, José Lindoso e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1976 (nº 44-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Gabonesa, em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

27ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 12 DIAS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e quarenta e oito minutos do dia doze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quêrcia e Otto Lehmann.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1976 (nº 45-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, concluído entre a República Federativa do Brasil e o Reino Haxemita da Jordânia, em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmem Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

28ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 13 DIAS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia treze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e Virgílio Távora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Otto Lehmann e Orestes Quêrcia.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador José Lindoso, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1976 (nº 46-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos, concluído entre o Brasil e o Peru, em Lima, a 7 de novembro de 1975; e

b) pelo Senhor Senador Virgílio Távora, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1976 (nº 43-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Comércio e Pagamento, entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Alemã, assinado em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Danton Jobim.

29ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às onze horas do dia quatorze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Virgílio Távora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lindoso, Orestes Quêrcia e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507-B/73, na Casa de origem), que estabelece normas para a prática didático-científica da "vissessão de animais", e determina outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Danton Jobim.**

30ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 19 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Orestes Quêrcia, Virgílio Távora, Otto Lehmann e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Orestes Quêrcia apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1976, que autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), para financiar projetos rodoviários naquele Estado.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Danton Jobim.**

31ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às onze horas do dia vinte e cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e Orestes Quêrcia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1975, que modifica e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Danton Jobim.**

32ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezoito horas e quarenta minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann, Virgílio Távora e Orestes Quêrcia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e José Lindoso.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Otto Lehmann, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1976 (nº 47-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Gabonesa, em Brasília, a 14 de outubro de 1975; e

b) pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1976 (nº 51-B/76, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Técnica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, em Brasília, a 8 de outubro de 1975.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Danton Jobim.**

33ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 27 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às onze horas do dia vinte e sete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Otto Lehmann, Orestes Quêrcia e Mendes Canale.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador José Lindoso.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Renato Franco apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1975 (nº 1.346-C/75, na Casa de origem), que regula a situação dos imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação, em caso de morte presumida do adquirente.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

34ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 27 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976

(Extraordinária)

Às dezessete horas do dia vinte e sete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Otto Lehmann, José Lindoso, Virgílio Távora e Orestes Quêrcia.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Otto Lehmann apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 1976, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) a elevar em Cr\$ 228.560.830,00 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos

e sessenta mil, oitocentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**35ª REUNIÃO, REALIZADA AOS
27 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1976**

(Extraordinária)

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e sete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim,

Presidente, presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, José Lindoso, Orestes Quêrcia e Otto Lehmann.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 28, de 1976, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a alienar à empresa Florestas Rio Doce S.A., área de 400.000 ha (quatrocentos mil hectares) de terras públicas.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Danton Jobim.**

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamin Forah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Correia

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálvio Coelho
5. Mendes Canale

ARENA**Suplentes**

1. Altevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala Epiácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guilomard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

ARENA**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Correia

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epiácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Halvídio Nunes
5. Itálvio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

ARENA**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

ARENA

Suplentes

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

ARENA

Suplentes

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epidácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

ARENA

Suplentes

- Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

ARENA

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

17 Membros

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

ARENA

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro
1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

17 Membros

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

Suplentes

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco
1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)

15 Membros

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

ARENA

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

115 Membros

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Peirônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides
1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

7 Membros

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares**Suplentes**

ARENA

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Seno
2. Gilvan Rocha
1. Evandro Correia
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

- Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;
- Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

PREÇO: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e *amentário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.*

"Revista de Informação Legislativa" nº 26

439 páginas

PREÇO: Cr\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EDIÇÃO 1976

Emendas Constitucionais

**nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972,
nº 3, de 1972,
nº 4, de 1975, e
nº 5, de 1975.**

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS do SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).

2 VOLUMES

1º VOLUME:

QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- LEGISLAÇÃO CORRELATA;
- JURISPRUDÊNCIA;
- DOUTRINA;
- EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZUID;
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E
- REMISSÕES.

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO 1º E 2º GRAUS

**OBRA ELABORADA E REVISADA PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — Cr\$ 45,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50